

RELATÓRIO ANUAL

2006



# Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
Principais Resultados	4
Síntese do Desempenho	5
Perfil do Grupo	6
Governança Corporativa	8
Composição da Administração	9
<b>1</b> Contexto Macroeconômico e do Setor Elétrico	11
<b>2</b> Estratégia de Negócios	15
<b>3</b> Desempenho Operacional	16
<b>4</b> Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado	23
<b>5</b> Novos Negócios	26
<b>6</b> Gestão de Pessoas	28
<b>7</b> Gestão Socioambiental	30
<b>8</b> Ativos Intangíveis	32
<b>9</b> Empresas Controladas	33
Coelba	34
Celpe	36
Cosern	38
Itapebi	40
Termope	42
Afluyente	44
NC Energia	45
Demonstrações Financeiras	46



## Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

### Senhores Acionistas,

Em 2006 foi registrado um lucro líquido de R\$ 995 milhões, cerca de 21% acima do realizado em 2005, tendo o EBITDA (a geração operacional de caixa) se mantido no nível de R\$ 2,2 bilhões. Esse incremento no lucro líquido continua sendo fruto da consolidação do modelo de governança, implementado a partir de 2004, agregado ao excelente desempenho da administração na execução do planejamento estratégico.

As vendas das três distribuidoras do Grupo, Coelba, Celpe e Cosern, foram de 21.650 GWh, apresentando um crescimento de 1,71% em relação ao ano anterior. Já a receita operacional líquida alcançou R\$ 5,7 bilhões, com um incremento de 11,3% em relação a 2005.

No plano operacional merecem destaque a Coelba, que alcançou a marca de 4 milhões de consumidores, a Cosern, que fechou o ano com 11,96% de índice de perdas, e a Celpe, que atingiu um nível de arrecadação de 97,8%.

A Neoenergia encerrou o ano com R\$ 3,2 bilhões de dívida líquida frente aos R\$ 4,0 bilhões de 2005. A relação entre a dívida líquida e o EBITDA encerrou o ano em 1,5 vez, refletindo assim a excelente gestão do caixa.

O ano de 2006 foi marcado também pela consolidação de várias ações no contexto da Governança Corporativa, com destaque os trabalhos de adequação aos requerimentos da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, disseminação entre todos os colaboradores do novo código de ética e pela ampliação da Gestão da Qualidade nas unidades organizacionais. As distribuidoras do Grupo Neoenergia realizaram R\$ 1,1 bilhão de investimentos, com a participação dos Governos Federal e Estaduais no montante de R\$ 381,4 milhões. Cabe ressaltar que a Celpe encerrou o Programa Luz para Todos, realizando o número de ligações previstas no termo de compromisso, que a Cosern irá encerrar suas ligações no primeiro trimestre de 2007 e que a Coelba completou 136.266 ligações dentro do programa. Em termos de investimentos em geração de energia elétrica, a Neoenergia ganhou, em parcerias ou individualmente, a concessão de sete projetos, entre usinas e pequenas centrais hidrelétricas, em um total de 576,1 MW de nova potência a ser agregada ao sistema elétrico brasileiro. As sete usinas irão demandar investimentos totais da ordem de R\$ 1,8 bilhão, cabendo à Neoenergia investimento de R\$ 1,0 bilhão através de sua participação nos projetos.

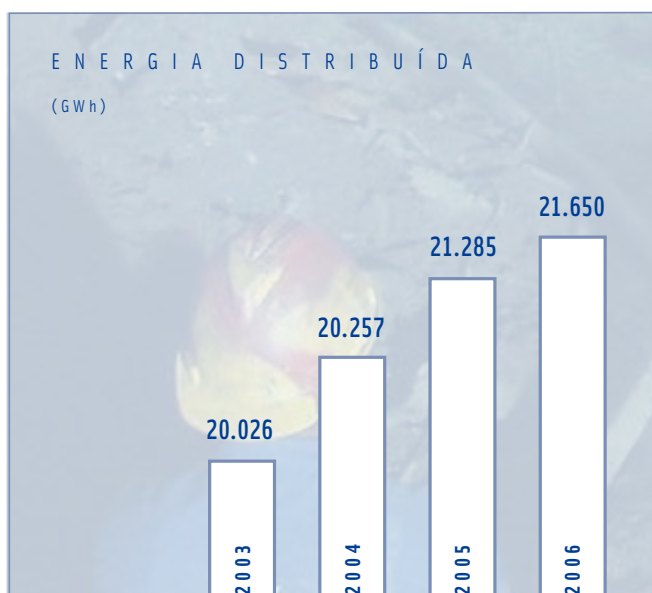
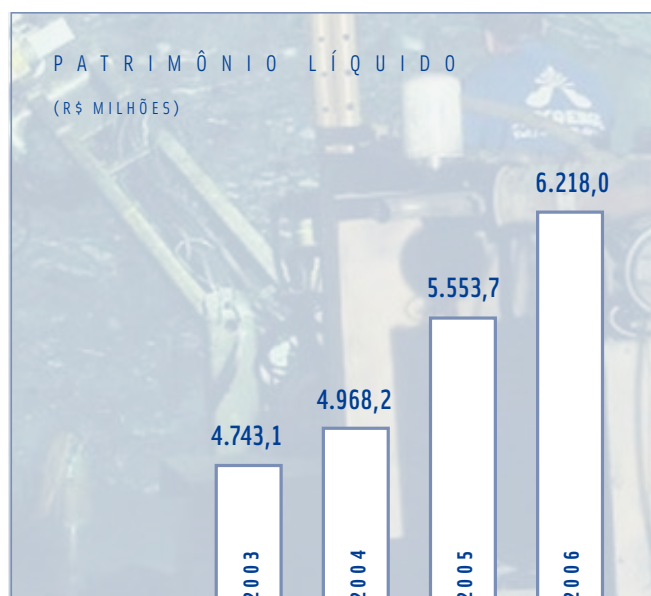
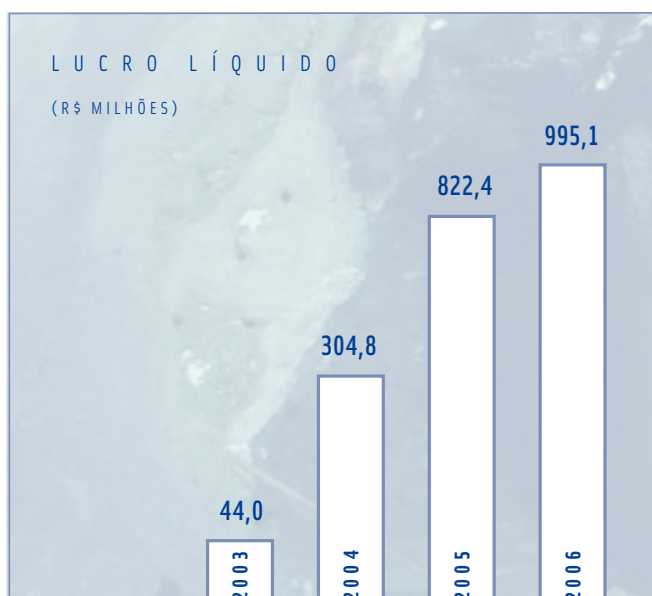
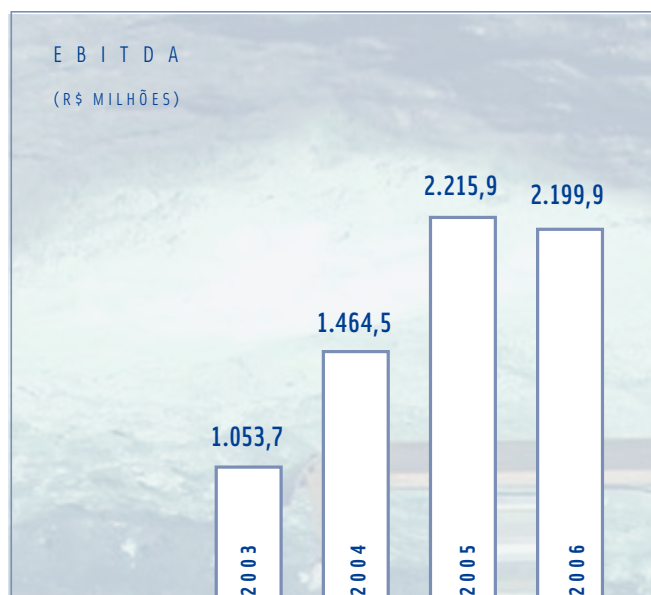
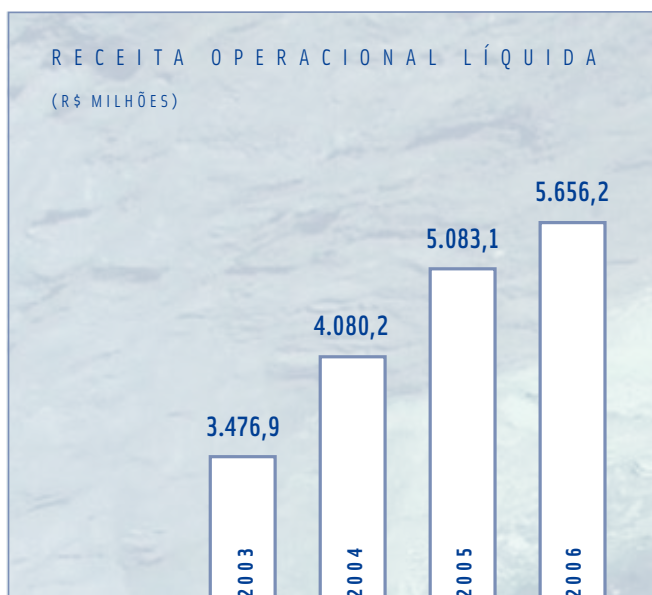
A Neoenergia deliberou a distribuição de R\$ 330,8 milhões em dividendos a seus acionistas, tendo desembolsado o total de R\$ 496 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio durante o ano de 2006.

São por estes resultados que a Neoenergia mais uma vez reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração e Fiscal, clientes, fornecedores e aos Governos Municipais, Estaduais e Federal.

**Renato Sobral Pires Chaves**

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# Principais Resultados





# S Í N T E S E D O D E S E M P E N H O

<b>NEOENERGIA</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>05/06 (%)</b>	<b>2004</b>	<b>04/05 (%)</b>
<b>Indicadores Econômicos (R\$ milhões)</b>					
Receita Operacional Bruta	8.208	7.332	12,0%	5.902	24,2%
Receita Operacional Líquida	5.656	5.083	11,3%	4.080	24,6%
Lucro Operacional Bruto	2.495	2.453	1,7%	1.705	43,9%
EBITDA	2.200	2.216	-0,7%	1.465	51,3%
Resultado do Serviço	1.813	1.834	-1,1%	1.126	62,8%
Resultado Financeiro (Exceto JSCP)	(291)	(480)	-39,4%	(400)	20,0%
Lucro Líquido	995	822	21,0%	305	169,5%
<b>Indicadores Financeiros (R\$ milhões)</b>					
Ativo Total	13.225	12.553	5,4%	11.592	8,3%
Patrimônio Líquido	6.218	5.554	12,0%	4.968	11,8%
Investimentos	1.171	808	44,9%	619	30,7%
Dívida Líquida Ajustada	3.234	3.903	-17,1%	4.042	-3,4%
Dívida Financeira Líquida/Patrimônio Líquido + Participações dos Minoritários	67,3%	74,3%	-9,4%	76,2%	-2,5%
<b>Mercado</b>					
Venda de Energia (GWh)	21.650	21.285	1,7%	20.257	5,1%
Nº de Clientes	7.674.970	7.325.003	4,8%	7.048.531	3,9%
<b>Corpo Funcional</b>					
Nº de Colaboradores	5.187	5.247	-1,1%	5.242	0,1%
Nº de Admissões no período	258	240	7,5%	278	-13,7%
<b>Indicadores Ambientais – Ibase</b>					
Investimentos em Meio Ambiente (R\$ milhões)	132	90	46,7%	66	36,4%
<b>Indicadores Sociais – Ibase</b>					
Investimentos Sociais Internos (R\$ milhões)	196	178	10,1%	147	21,1%
Total das Contribuições para a Sociedade (R\$ milhões)*	404	200	102,0%	123	62,6%
<b>Distribuição do Valor Adicionado (R\$ milhões)</b>					
Pessoal e Encargos	294	265	10,9%	264	0,4%
Impostos, Taxas e Contribuições	2.987	2.690	11,0%	2.117	27,1%
Juros e Aluguéis	1.294	1.651	-21,6%	1.481	11,5%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendo	331	222	49,1%	80	177,5%
Lucros Retidos	614	545	12,7%	210	159,5%

\* Com tributos, fora encargos sociais.

# Perfil do Grupo

## M I S S Ã O

Ser um grupo de referência em energia. Buscamos o constante compromisso com a rentabilidade, qualidade, segurança, ética e responsabilidade socioambiental, de forma a contribuir com o desenvolvimento do país.

## V I S Ã O

Estar entre os 40 maiores grupos econômicos do país até 2011

## V A L O R E S

Foco em resultado  
Espírito de equipe  
Conhecimento e comunicação  
Iniciativa e proatividade

O Grupo Neoenergia é o terceiro maior grupo privado do setor elétrico brasileiro em energia vendida, com consumo faturado em 2006 de 21,6 gigawatt (GW), e o primeiro em número de clientes, com 7,7 milhões de clientes. Atua em toda a cadeia de produção – geração, transmissão, distribuição e comercialização – da energia elétrica, com atividades em sete estados brasileiros.

Constituído em 1997, tendo como sócios a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), o grupo espanhol Iberdrola e o Banco do Brasil, completa em 2007 dez anos de existência, com a mesma estrutura societária e investimentos realizados de aproximadamente R\$ 12 bilhões no País .

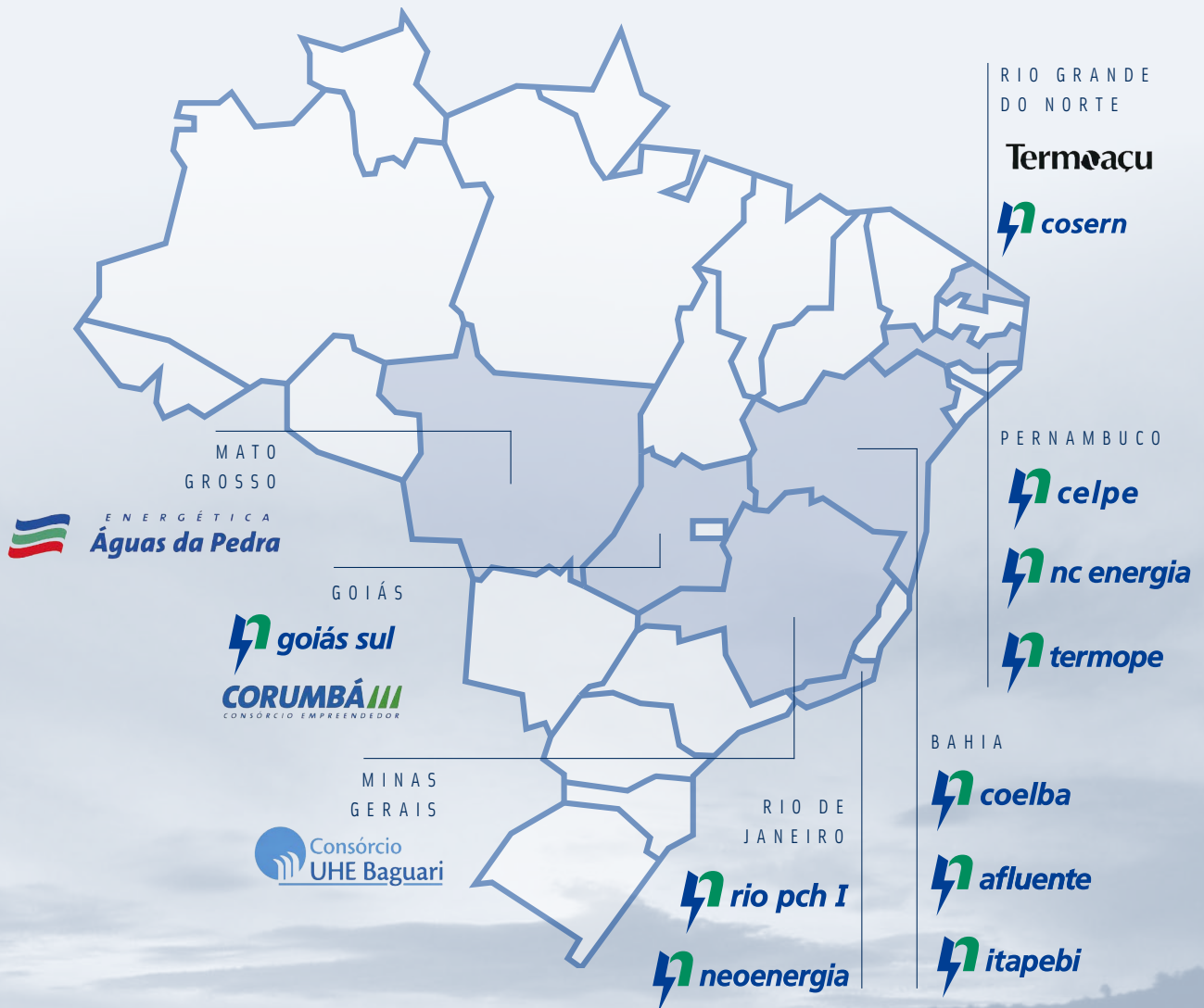
No ano de 2006, o Grupo encerrou o exercício com dez empresas controladas: Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi, Termopernambuco, Afluente, Goiás Sul, Baguari I, Geração CIII e NC Energia. Em 2007, o Grupo ampliou para onze o número de empresas controladas em que participa majoritariamente do capital, após a constituição da Rio PCH I. As novas empresas detêm participações nos consórcios construtores de novos empreendimentos.

Atuando em mercado de serviços públicos regulados, os negócios do Grupo Neoenergia têm origem na celebração de contratos de concessão e/ou autorização, sendo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o órgão regulador do setor. No segmento da distribuição, o Grupo detém as concessões para fornecimento de energia a 767 municípios nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, atendendo a 7,7 milhões de clientes e a uma população estimada em 29 milhões de habitantes.

No segmento de geração, possui capacidade instalada de 991,2 MW em operação, com as usinas Itapebi e Termopernambuco, e aumentará esta potência em mais 450,4 MW com negócios já contratados. O Grupo atua também no mercado livre de energia, por meio da comercializadora NC Energia.



# Mapa de Atuação



# Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa adotadas pelo Grupo Neoenergia são orientadas por seus valores e princípios, assegurando a seus acionistas o monitoramento do desempenho de suas empresas, demonstrando ética, transparência e equidade.

A maioria das empresas do Grupo Neoenergia são companhias abertas, que estão sujeitas às regras e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, observando também as orientações da Bovespa – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo.

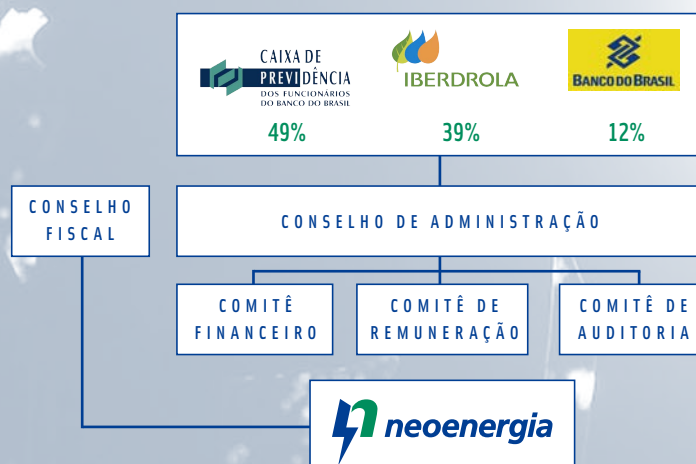
O ano de 2006 foi marcado pela consolidação de várias ações no contexto da Governança das empresas do Grupo, com destaque para os trabalhos de adequação aos requerimentos da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, disseminação entre todos os colaboradores do novo Código de Ética e ampliação da Gestão de Qualidade nas unidades organizacionais.

Na estrutura de governança do Grupo, o Conselho de Administração é o órgão de deliberação máxima, que fornece o direcionamento estratégico e estabelece suas principais políticas. É um dos principais alicerces dos sistema de Governança, zelando pela observância dos propósitos dos acionistas, com o suporte de três Comitês: Financeiro, de Remuneração e de Auditoria.

O Comitê Financeiro estuda as propostas de políticas e operações financeiras, monitorando e avaliando o desempenho financeiro e a estrutura de capital do Grupo.

O de Remuneração avalia e propõe as políticas gerais de recursos humanos da companhia, incluindo os planos de desenvolvimento.

O Comitê de Auditoria tem a atribuição de acompanhar o cumprimento das normas e regulação a que estão sujeitas as empresas do Grupo.





## Conselho de Administração

Renato Sobral Pires Chaves  
PRESIDENTE

Fernando Becker Zuazua  
Eduardo Capelastegui Saiz  
Érico Cavalcanti Furtado  
Francisco Cláudio Duda  
Gonzalo Pérez Fernández  
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
Lísio Fábio de Brasil Camargo  
Luciana Freitas Rodrigues  
Valmir Marques Camilo

### Conselho Fiscal

Davidson de Magalhães Santos  
PRESIDENTE

Luiz Gustavo Braz Lage  
Francesco Gaudio

## Diretoria Executiva

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa  
DIRETOR-PRESIDENTE

Gonzalo Gómez Alcántara  
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO

Carlos Mulas Orosa  
DIRETOR DE GERAÇÃO

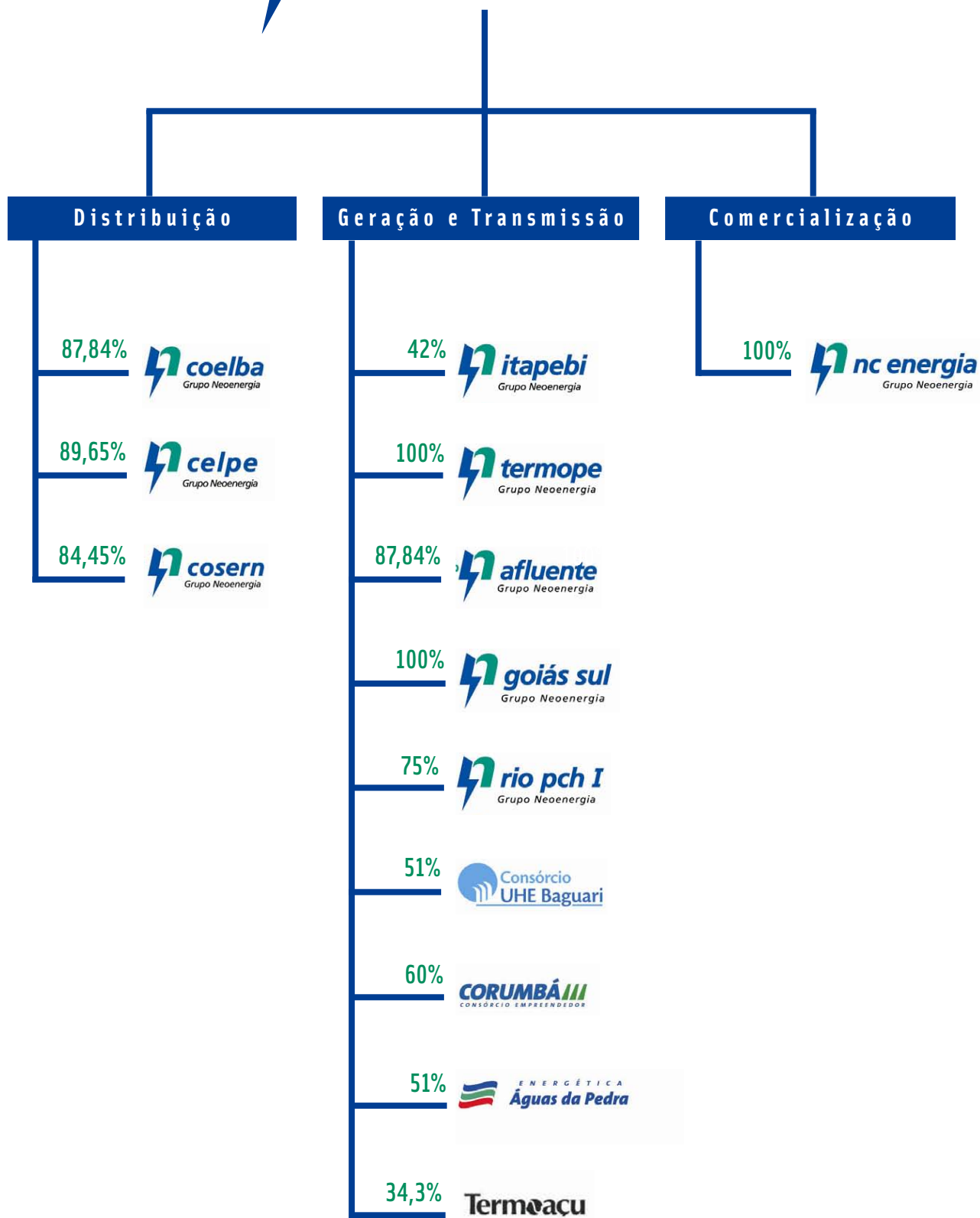
Roseli Schilagi  
DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Erik da Costa Breyer  
DIRETOR FINANCEIRO  
E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Paulo Roberto Dutra  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

Solange Maria Pinto Ribeiro  
DIRETORA DE REGULAÇÃO







# 1

## Contexto Macroeconômico e do Setor Elétrico



EM 2006, O CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)<sup>1</sup> BRASILEIRO SOFREU UMA ACELERAÇÃO EM RELAÇÃO A 2005, AO REGISTRAR UM INCREMENTO DE 3,7%, ACIMA DA TAXA DE 2,9% REGISTRADA NO ANO ANTERIOR. CONFORME SE OBSERVA NO **GRÁFICO 1**, O RESULTADO PODERIA TER SIDO AINDA MELHOR, NÃO FOSSE O FRACO DESEMPENHO DA ECONOMIA NO SEGUNDO TRIMESTRE DO ANO.

**A** atividade agropecuária foi a que mais cresceu, expandindo-se 4,1%, seguida pelo setor de serviços, que registrou crescimento de 3,7%, com destaque para os segmentos de intermediações financeiras e comércio, que apresentaram taxas de crescimento de 6,1% e 4,8%, respectivamente. O setor industrial teve expansão de 2,8%, com destaque para o segmento extrativo mineral, com aumento de 6,0%, e a construção civil, com 4,6%.

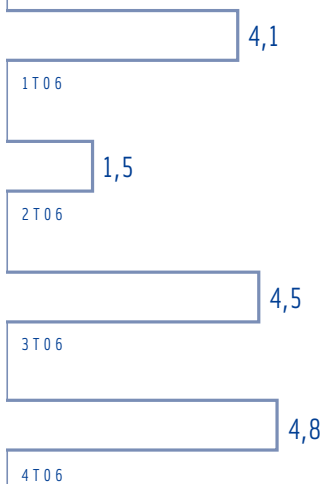
A taxa de inflação medida pelo IPCA atingiu 3,1%, seguindo a trajetória de queda iniciada em 2003. O Banco Central deu continuidade à política de redução gradual da taxa básica de juros (SELIC), que atingiu 13,25% no final de 2006. A taxa de desemprego em dezembro de 2006 foi de 8,4%, ficando praticamente estável em relação a dezembro de 2005. O país manteve a situação positiva nas contas externas, fechando o ano com superávit comercial de US\$ 46 bilhões e saldo em transações correntes de US\$ 14 bilhões, ou 0,6% do PIB. As exportações cresceram 16%, atingindo US\$ 137 bilhões em 2006. O Real manteve a apreciação em relação ao dólar, encerrando o ano com cotação de R\$ 2,14 por dólar. No âmbito fiscal, o governo atingiu um superávit primário de 3,9% do PIB.

(1) O valor do PIB divulgado pelo IBGE segundo a nova metodologia de cálculo da instituição.

GRÁFICO 1

**Taxa trimestral de crescimento do PIB em 2006 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)**

FONTE: IBGE



O crescimento da economia em 2006 refletiu-se no consumo de energia elétrica. Conforme mostra o **Gráfico 2**, a trajetória do consumo de energia elétrica evoluiu de acordo com o crescimento do PIB ao longo do ano. No mercado de fornecimento, que não inclui a energia proveniente da autoprodução clássica<sup>2</sup> e a transportada<sup>3</sup>, o consumo nos sistemas interligado e isolado cresceu 3,8% em relação a 2005, passando de 335 TWh para 347 TWh. No Sistema Interligado Nacional (SIN), que representou 98% do mercado em 2006, o crescimento foi também de 3,8%, valor este 1,3 p.p. abaixo da taxa de 5,1% utilizada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em suas previsões no início de 2006.

Em termos regionais, a Região Norte foi a que apresentou a maior taxa de crescimento no consumo de energia elétrica, com 4,9%, seguida pelas Regiões Sudeste, com 4,2%, Nordeste, com 3,8%, Sul, com 3,3%, e Centro-Oeste, com 1,0%. Estes resultados contrastam com os do ano anterior, quando o maior crescimento de consumo se deu na Região Nordeste e o menor na Região Norte.

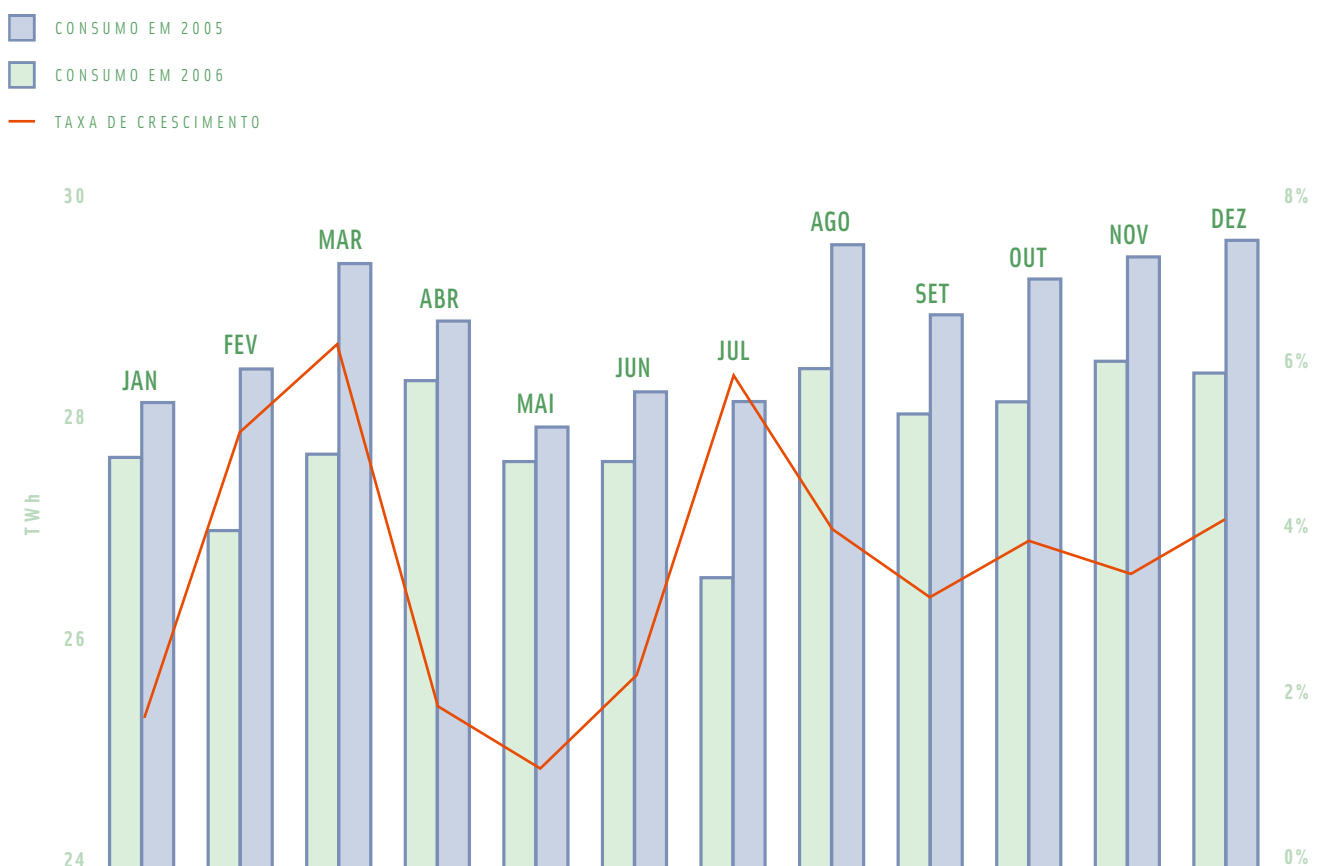
(2) Corresponde ao consumo de energia elétrica gerada pelo próprio consumidor em unidades que não estão conectadas ao SIN, não utilizam as redes elétricas e não são despachadas pelo ONS.

(3) Corresponde ao consumo da energia produzida em unidades próprias de geração, que estão interconectadas ao SIN, utilizam-se das redes de transmissão, subtransmissão e distribuição e são despachadas pelo ONS.

GRÁFICO 2

**Consumo mensal de energia elétrica e taxa de crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior**

FONTE: EPE, 2006





Como se observa no **Gráfico 3**, a classe de consumo comercial foi a que apresentou a maior taxa de consumo, seguida pelo setor público. Com participação conjunta de 26% do mercado, estas duas classes registraram um crescimento do consumo de 4,5% e 4,1%, respectivamente, atingindo 55,3 TWh e 35,8 TWh. As classes residencial e industrial, que representam, respectivamente, 25% e 44% do consumo total, tiveram crescimento de 3,9% e 3,6%, atingindo 85,8 TWh e 154,4 TWh.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o aumento do consumo dos setores comercial e público resultou, em grande parte, do crescimento de 3,7% do PIB do segmento de serviços. Contribuiu para isto o aumento do número de novos pontos comerciais e de serviços, destacando-se a ampliação da rede hoteleira e de outras instalações voltadas ao turismo. Além disso, a modernização das instalações existentes, no que toca à climatização, automação e informatização, também contribuiu para este elevado crescimento.

Em 2006, o número de total de unidades consumidoras no país cresceu 3,7% e atingiu 58,7 milhões, sendo que 29% das novas unidades consumidoras foram incorporadas graças ao Programa Luz para Todos. O número de unidades consumidoras aumentou 6,5% na Região Norte e 5% na Nordeste. Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, os aumentos foram de 3,6%, 3,0% e 2,7%, respectivamente. O consumo médio mensal por unidade consumidora ficou estável em 492 kWh entre 2005 e 2006.

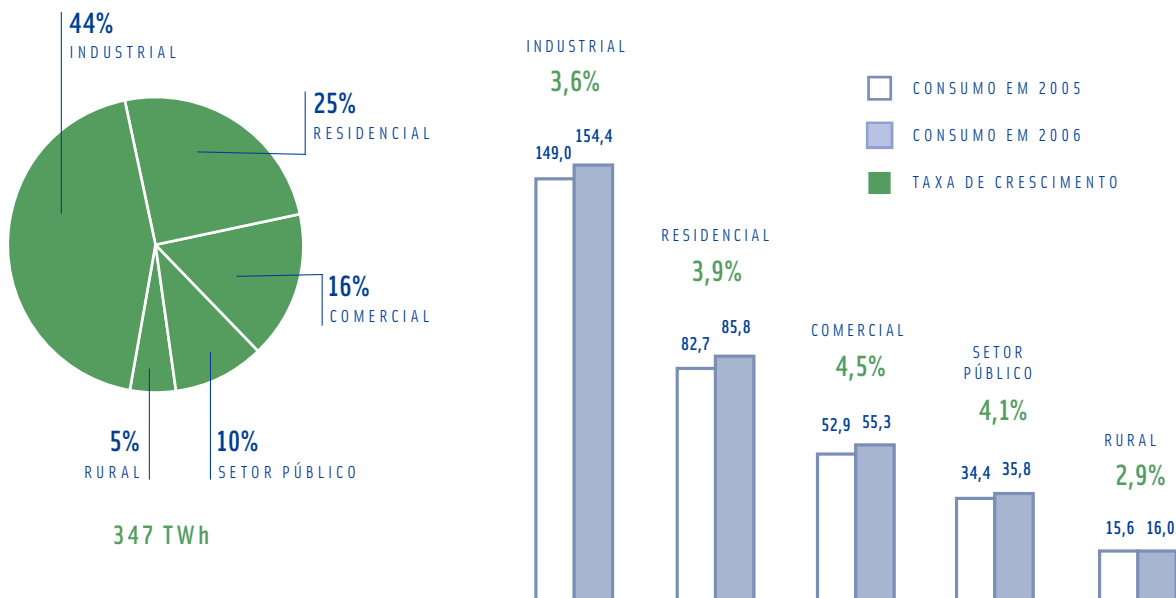
O crescimento do consumo residencial deveu-se também à expansão do número de ligações, sem que tenha havido crescimento do consumo por residência. Segundo a EPE, em 2006, foram conectadas às redes de distribuição 1,65 milhão de novas unidades consumidoras residenciais. O número de unidades consumidoras residenciais passou de 48,4 para 50,1 milhões, com um acréscimo de 3,9% sobre o número de 2005. Com isso, a taxa de atendimento elétrico às residências atingiu 97%, o que representa a mais alta de todos os serviços públicos brasileiros.

O consumo por unidade domiciliar manteve os 143 kWh/mês registrados em 2005, bem abaixo dos 173 kWh/mês registrados em 2000, ano anterior ao racionamento. Isso ocorreu apesar das elevações de 5,6% da massa salarial real, de 2,3% no nível de ocupação, de 3,3% do rendimento médio real do trabalhador e de 14% nas vendas de diversos equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

GRÁFICO 3

Consumo Anual de Energia Elétrica por Classe de Consumo (TWh)

FONTE: EPE, 2006



O ano de 2006 registrou mais uma vez o avanço do consumo de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), que cresceu 21,2% em relação a 2005, passando de 69,5 para 84,2 TWh. Em contraposição, o consumo no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) caiu 0,7%, reduzindo-se de 265,0 TWh em 2005 para 263,1 TWh em 2006. Com este resultado, a participação do mercado livre no mercado de fornecimento de energia elétrica no SIN passou de 21% para 24%.

As perdas de energia<sup>4</sup> no sistema elétrico nacional, compreendendo o SIN e os sistemas isolados, mantiveram-se altas, atingindo 17,6% em 2006, ou 0,4 p.p. maior que as apuradas em 2005. As perdas no SIN foram de 17,1%, contra 16,7% em 2005 e as perdas nos sistemas isolados foram de 35,3% em 2006, 0,6 p.p. menor que no ano anterior.

De acordo com informações do ONS, em 2006, os 415,8 TWh de carga total de energia no SIN, que representa 97,4% da carga no sistema elétrico, 91,8% foram atendidos pela geração hidráulica, incluindo as importações de Itaipu, 4,8% pelas usinas termelétricas e 3,3% pelas usinas nucleares. Em relação ao ano de 2005, caíram as participações da geração hidrelétrica e termelétrica, que diminuíram respectivamente 0,7 p.p. e 0,3 p.p.. Esta diferença foi substituída pela geração nuclear, que aumentou 0,9 p.p., e pela energia eólica, que surgiu pela primeira vez na estrutura de geração do SIN, com 0,1%. Mesmo com o aumento de geração em 2006, as usinas nucleares tiveram sua participação abaixo da marca registrada em 2001, ano de início do racionamento, quando contribuíram com 4,4% do total da geração de energia elétrica.

Para o ano de 2007, a conjuntura macroeconômica favorável, com baixa inflação, saldo positivo nas contas externas e o crescimento da economia mundial deverão garantir o aquecimento da atividade econômica do Brasil. O país se aproxima do nível de “grau de investimento” na avaliação das agências internacionais de classificação de risco, o que estimula a entrada de investimentos externos. Além disso, o início das obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contribuirá ainda mais para dinamizar a economia. O Boletim *Focus do Banco Central*, de maio de 2007, prevê um crescimento de 4,2% para o PIB, o que deve repercutir em um aumento do consumo de energia elétrica da mesma ordem.

(4) Energia produzida que não chega ao consumidor (perdas técnicas) ou não é faturada pelos agentes vendedores (perdas comerciais).



# 2

## Estratégia de Negócios



O GRUPO NEOENERGIA TEM COMO ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO A RENTABILIDADE DOS SEUS ATIVOS DE FORMA SUSTENTÁVEL, BASEADO NO COMPROMISSO DE ATENDER A TODOS OS SEUS CLIENTES COM SERVIÇOS DE QUALIDADE, COM OS MENORES PREÇOS POSSÍVEIS E COM JUSTA REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.

**O**s pilares dessa estratégia são o foco na eficiência das gestões operacional e financeira, a busca constante da satisfação do consumidor e o desenvolvimento dos seus colaboradores, empregados diretos e prestadores de serviços. São princípios básicos de todas as empresas do Grupo maximizar a rentabilidade sem abrir mão da responsabilidade social, representada pela valorização de seus colaboradores e pela priorização da segurança no trabalho e da preservação do meio ambiente.

No segmento de distribuição de energia, buscando estimular a sustentabilidade dos seus mercados, as empresas do Grupo investem continuamente na melhoria dos serviços e no desenvolvimento sócioeconômico das regiões em que atuam.



# 3

## Desempenho Operacional



A PERFORMANCE DAS EMPRESAS DO GRUPO NEOENERGIA NO EXERCÍCIO DE 2006 FOI EXCEPCIONAL EM DIVERSOS ASPECTOS. OS PRINCIPAIS DESTAQUES FORAM OS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELAS DISTRIBUIDORAS EM ELETRIFICAÇÃO RURAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS, E A EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS DE GERAÇÃO, COM A AQUISIÇÃO DE NOVOS PROJETOS HIDRELÉTRICOS.

### Distribuição

No segmento de distribuição, o Grupo Neoenergia fechou 2006 com um fornecimento consolidado de energia das empresas Coelba, Celpe e Cosern da ordem de 21.650 GW, que representou um crescimento médio de 1,7% em relação ao consumo faturado em 2005. As distribuidoras incorporaram mais 350 mil novos consumidores no período, somando ao fim do ano 7,7 milhões de clientes.

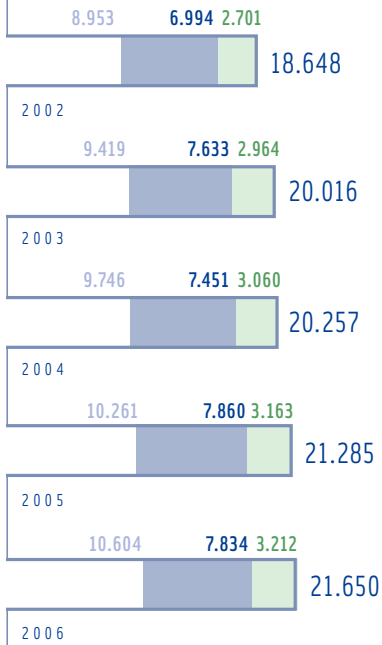
A classe residencial firmou-se como a categoria de consumo mais importante, representando em 2006 a parcela de 86,1% do total de clientes, 36% do volume de vendas de energia e 40% da receita bruta. Em segundo lugar, manteve-se a categoria comercial, com 6,9% de participação na base de clientes, 21% do volume de vendas e 26% da receita bruta.



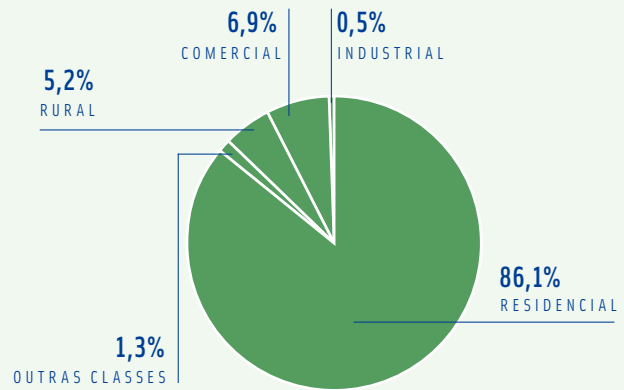
## Evolução das Vendas

(GWH)

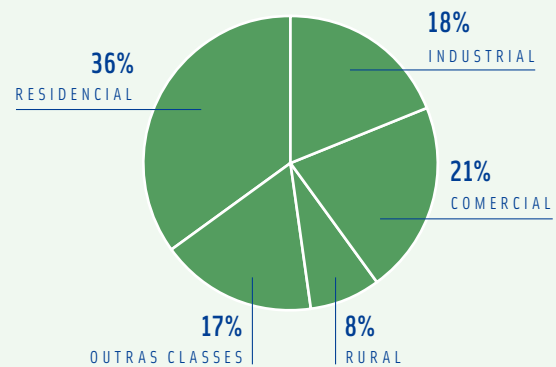
- COELBA
- CELPE
- COSERN



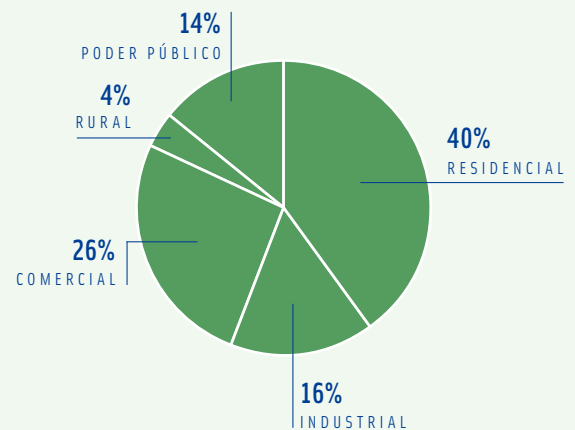
## Participação por classe de consumo - 2006



## Volume (GWh) - 2006



## Receita bruta (R\$) - 2006





## Arrecadação

COELBA

98,2%

100,6%

99,9%

CELPE

95,1%

95,1%

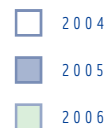
97,8%

COSERN

97,3%

101,0%

100,7%



Os indicadores de desempenho das distribuidoras em 2006, referentes à qualidade do fornecimento de energia, arrecadação e perdas, evoluíram, em média, de forma positiva. O índice de arrecadação foi mantido em patamar elevado na Cosern e na Coelba e registrou alta na Celpe, motivada pelas ações de cobrança implementadas.

As distribuidoras do Grupo intensificaram esforços para reduzir suas perdas em 2006. O resultado mais significativo foi alcançado pela Cosern, que baixou o seu índice de 12,35% em 2005 para 11,96% em 2006, uma redução de 3,16%. A Celpe também obteve redução de 18,06% em 2005 para 17,76%, com recuo de 1,66%. A Coelba, com índice de 14,41%, manteve-se praticamente no mesmo patamar de perdas do ano anterior, que foi de 14,34%.

Para combate às perdas em 2006 foram desenvolvidas ações, onde podem ser destacadas: inspeções em unidades consumidoras, blindagem de redes e caixas de medição, regularização de ligações clandestinas.

## Perdas

COELBA

14,78%

14,34%

14,41%

CELPE

19,35%

18,06%

17,76%

COSERN

12,45%

12,35%

11,96%



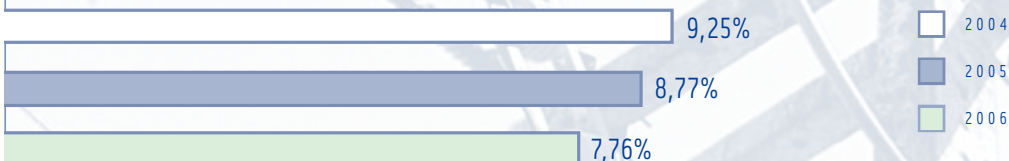


Em relação à qualidade do sistema elétrico, os principais indicadores que medem a qualidade da prestação do serviço de abastecimento de energia – Duração das Interrupções por Consumidor (DEC) e Frequência das Interrupções (FEC) – registram queda na Coelba e na Cosern, mas cresceram na Celpe, refletindo a forte incidência de chuvas ocorrida durante um período prolongado na Região Nordeste.

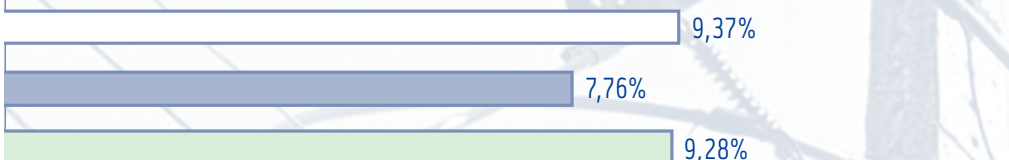
As ações e melhorias implementadas nos serviços prestados aos clientes, em 2006, resultaram em redução do número de reclamações registrado pelas distribuidoras do Grupo.

## Frequência das Interrupções – FEC

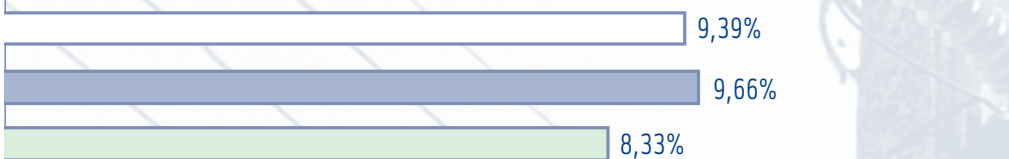
COELBA



CELPE

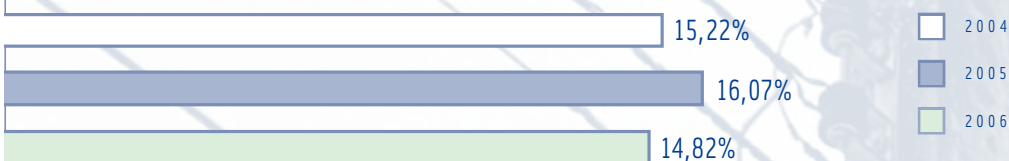


COSERN

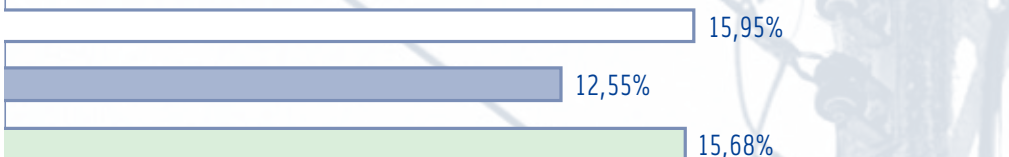


## Duração das Interrupções por Consumidor – DEC

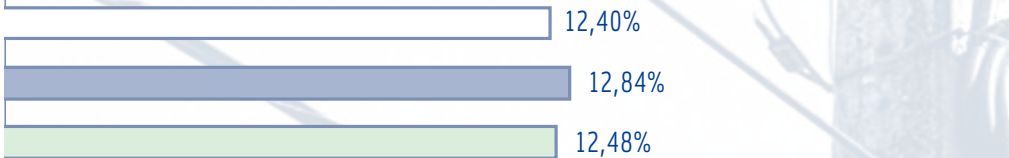
COELBA



CELPE



COSERN



## PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O destaque do segmento de distribuição do Grupo Neoenergia em 2006 foi a execução do programa do programa Luz para Todos de eletrificação rural, instituído pelo Governo Federal em 2003, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. Em 2006, as distribuidoras do Grupo executaram 126.940 novas ligações e receberam R\$ 381,4 milhões de subvenção do Governo.



As distribuidoras do Grupo Neoenergia possuem o mais elevado plano de investimentos do programa de eletrificação rural, que chegará a R\$ 2,5 bilhões até 2008, com 282.312 ligações previstas. Desde a sua implantação, em 2003, foram feitas 231.879 ligações de novos consumidores pelas empresas.

	CONSOLIDADO	COELBA	CELPE	COSERN
<b>Ligações previstas no Programa</b>	<b>282.312</b>	<b>184.380</b>	<b>67.837</b>	<b>30.095</b>
Executadas até 2005	104.939	63.237	30.374	11.328
Executadas até 2006	126.940	73.029	37.463	16.448
<b>Total de Executadas até Dezembro de 2006</b>	<b>231.879</b>	<b>136.266</b>	<b>67.837</b>	<b>27.776</b>
<b>Em execução até 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>52.845</b>	<b>48.114</b>	<b>2.412</b>	<b>2.319</b>





## Geração

No segmento de geração, o Grupo Neoenergia encerrou o ano de 2006 com a capacidade instalada de 996,2 megawatts (MW), mesma do ano anterior, proveniente da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itapebi, na Bahia; da Usina Termelétrica (UTE) Termopernambuco, em Pernambuco; e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Alto Fêmeas e Correntina, também localizadas na Bahia.

Os novos empreendimentos de geração adquiridos pelo Grupo em 2005 – a hidrelétrica de Baguari (140 MW), em Minas Gerais, e as PCHs Goiandira (27 MW) e Nova Aurora (21 MW), em Goiás – tiveram seus programas de licenciamento ambiental iniciados no ano passado. Em dezembro, foi obtida a Licença de Instalação da UHE Baguari.

O Grupo constituiu duas novas empresas controladas para os projetos: Baguari I, que participa com 51% do Consórcio Baguari com os parceiros do Grupo na obra, a Companhia Distribuidora de Minas Gerais (Cemig) e Furnas Centrais Elétricas; e Goiás Sul, controlada 100% do Grupo para a obra das PCHs.

Ao fim de 2006, o Grupo detinha a participação de 37,6% na UTE Termoaçú, uma hidrelétrica de 368 MW, que está sendo construída no Rio Grande do Norte pela Petrobras para entrada em operação ano que vem. O destaque do exercício foram os novos ativos adquiridos pelo Grupo no segmento, que contribuiu para ampliar de forma significativa a capacidade instalada de geração do Grupo (ver capítulo de Novos negócios).





## Transmissão

O Grupo Neoenergia atua na transmissão por meio da empresa Afluente, criada em 2005 para absorver os ativos de geração e transmissão desverticalizados da Coelba, por exigência da regulação do setor elétrico. A empresa detém as PCHs Alto Fêmeas e Correntina, localizadas no estado da Bahia na divisa com o estado de Goiás, e respectivas Linhas de Transmissão (LT) em 230 KV e Subestações (SE): SE Tomba, LT Governador Mangabeira – Tomba, SE Brumado II, SE Funil – 1 saída 230 KV, LT Funil – Poções, LT Poções – Brumado, SE Ford e LT Camaçari – Ford.

O seu Sistema de Transmissão em 230 kV, constituinte da Rede Básica, tem uma capacidade instalada de 500 MVA, sendo 300 MVA na SE Tomba, em Feira de Santana, e 200 MVA na SE Brumado II, município do mesmo nome. As linhas de transmissão têm uma extensão de 284 km.

## Comercialização

No segmento de comercialização de energia elétrica, o Grupo Neoenergia detém 100% de participação da NC Energia, empresa que opera em âmbito nacional, no mercado livre de energia. Entre os seus principais clientes, destacam-se os consumidores livres, distribuidores, autoprodutores e geradores de energia.

A empresa já promoveu mais de 40 leilões eletrônicos e vem se destacando no mercado como consultora no assessoramento de estratégias como estudos de oferta e demanda, projeções e preço, cálculo e análise dos Índices de Custo e Benefício (ICB), análise de riscos e penalidades, desenvolvimento de simulador de regras do leilão, além de suporte para operacionalização de leilões.





O GRUPO NEOENERGIA CONFIRMOU EM 2006 A TRAJETÓRIA CRESCENTE DE RESULTADOS POSITIVOS OBTIDOS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS, REGISTRANDO UM LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE R\$ 995 MILHÕES, 21% A MAIS QUE O ANO ANTERIOR, DE R\$ 822 MILHÕES. A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA FOI DE R\$ 5,66 BILHÕES, COM CRESCIMENTO DE 11,3% EM RELAÇÃO A 2005 E A GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBTIDA) MANTEVE-SE NO PATAMAR DO ANO ANTERIOR, DE R\$ 2,2 BILHÕES.

**C**olaborou para o bom desempenho do ano o crescimento médio de 1,7% do consumo faturado de energia das distribuidoras em relação a 2005 e o incremento da sua base de consumidores, que incorporou mais 350 mil novos clientes, totalizando 7,7 milhões de unidades atendidas.

Em 2006, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL fixou para as distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern índice médio de reajuste sobre as tarifas de 11,35%, 4,65% e 8,23%, sendo os percentuais médios aplicados ao consumidor de 4,36%, 8,59% e 1,18%, respectivamente, com vigência desde abril de 2006.

Foram distribuídos aos acionistas R\$ 330,9 milhões, sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio, que corresponderam a 33,3% do resultado.

	2002	2003	2004	2005	2006	VARIACÃO 2006/2005
<b>Dados Econômico-Financeiros</b>						
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	3.846.017	4.716.977	5.902.195	7.331.543	8.217.703	12,1%
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2.885.234	3.476.869	4.080.262	5.083.188	5.656.251	11,3%
EBITDA (R\$ mil)	644.184	1.053.677	1.464.507	2.215.988	2.199.900	-0,7%
Resultado do Serviço – EBIT (R\$ mil)	414.596	784.091	1.126.000	1.833.581	1.812.971	-1,1%
Resultado Financeiro (R\$ mil) – Exceto JSCP	(333.372)	(464.422)	(399.804)	(479.771)	(290.919)	-39,4%
<b>Lucro Líquido (R\$ mil)</b>	<b>(92.999)</b>	<b>43.959</b>	<b>304.844</b>	<b>822.482</b>	<b>995.073</b>	<b>21,0%</b>
Ativo Total (R\$ mil)	11.112.518	11.106.006	11.592.033	12.552.722	13.225.158	5,4%
Investimentos (R\$ mil)	1.347.796	685.436	618.508	808.403	1.171.461	44,9%
Dívida Bruta (R\$ mil)	4.487.668	4.058.295	4.143.960	4.427.998	4.453.174	0,6%
Dívida Líquida (R\$ mil) *	4.217.170	3.971.759	4.041.707	3.902.535	3.233.656	-17,1%
<b>Patrimônio Líquido (R\$ mil)</b>	<b>4.413.419</b>	<b>4.743.116</b>	<b>4.968.209</b>	<b>5.553.717</b>	<b>6.217.928</b>	<b>12,0%</b>

#### Indicadores Econômico-Financeiros

Margem EBITDA	22,3%	30,3%	35,9%	43,6%	38,9%	-4,7 p.p.
Margem EBIT	14,4%	22,6%	27,6%	36,1%	32,1%	-4,0 p.p.
Margem Líquida	-3,2%	1,3%	7,5%	16,2%	17,6%	1,4 p.p.
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) – em vezes	1,9	2,3	3,7	4,6	7,6	63,7%
Dívida Líquida/EBITDA**	6,5	3,8	2,8	1,8	1,5	-16,5%
<b>Índice de Endividamento Líquido</b>	<b>48,9%</b>	<b>45,6%</b>	<b>44,9%</b>	<b>41,3%</b>	<b>34,2%</b>	<b>-7,1 p.p.</b>

#### Ações

Valor Patrimonial da Ação (R\$)	0,81	0,81	0,85	0,95	1,06	12,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R\$)	(0,02)	0,01	0,05	0,14	0,17	21,0%
<b>Distribuição de Dividendos e JSCP (R\$ mil)</b>	<b>-</b>	<b>34.253</b>	<b>79.750</b>	<b>221.773</b>	<b>330.862</b>	<b>49,2%</b>

\* Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e fundos vinculados.

\*\* EBITDA 12 meses .

p.p. – pontos percentuais

### EBITDA Consolidado



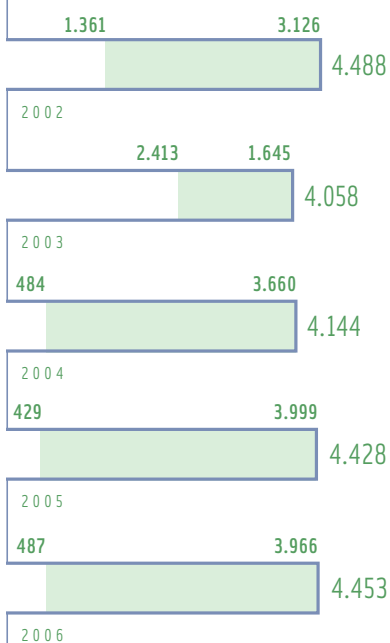


## Evolução do Endividamento Bruto Consolidado

(R\$ MILHÕES)

□ CURTO PRAZO

■ LONGO PRAZO



## Queda no endividamento

Em 2006, o Grupo acumulou 89% da dívida em operações de longo prazo, registrando a constante melhoria no perfil de seu endividamento. As principais operações foram de captação de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), além de emissão de debêntures.

A dívida líquida consolidada da Neoenergia caiu de R\$ 4 bilhões em 2005 para R\$ 3,2 bilhões em 2006, encerrando o ano com uma relação de 1,5 vez entre a dívida líquida e o EBITDA, o que refletiu a excelente gestão do caixa.

## Melhoria no rating

O rating de risco de crédito das empresas do Grupo Neoenergia, avaliado pela agência Standard & Poors, evoluiu positivamente em 2006 para todas as empresas do Grupo (tabela abaixo), refletindo a melhora no perfil financeiro e a solidez da qualidade de crédito.

	2003	2004	2005	2006
<b>NEOENERGIA</b>		A-	A	A+
Perspectiva		Estável	Positiva	Estável
<b>COELBA</b>	BBB+	A-	A	A+
Perspectiva	Negativa	Estável	Positiva	Estável
<b>CELPE</b>		BBB+	BBB+	BBB+
Perspectiva		Estável	Estável	Positiva
<b>COSERN</b>	BBB+	A-	A	A+
Perspectiva	Negativa	Estável	Positiva	Estável
<b>ITAPEBI (2ª Emissão Debêntures)</b>	BBB+		A-	A+
Perspectiva				Estável
<b>TERMOPERNAMBUCO (Debêntures)</b>			A-	A
Perspectiva				Estável

Fonte: Standard & Poors

## Mais investimentos

Em 2006, os investimentos totais do Grupo Neoenergia atingiram o montante R\$ 1,17 bilhão, com um aumento de 44,9% em relação ao ano anterior. Deste total, R\$ 1,12 bilhão foi realizado pelas suas três distribuidoras, que desenvolvem o maior programa de eletrificação rural do País, sendo R\$ 381,4 milhões correspondentes a subvenções dos Governos Federais e Estaduais. Os recursos foram destinados à ampliação das redes de distribuição no âmbito do Programa Luz para Todos, além da melhoria na confiabilidade da rede existente.

Desde a sua constituição em 1997, o Grupo acumula investimentos no Brasil de R\$ 11,92 bilhões, distribuídos entre aquisições de empresas em leilões de privatizações, compra de ações, aumento de capital em controladas e investimentos em distribuição e geração.



EM 2006, O GRUPO NEOENERGIA AVANÇOU SUBSTANCIALMENTE NA SUA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO, ADQUIRINDO MAIS QUATRO ATIVOS NO SEGMENTO DE GERAÇÃO HIDRÁULICA. SOMADOS ÀS TRÊS USINAS ADQUIRIDAS EM 2005, PASSARAM A CONSTITUIR UMA EXPRESSIVA CARTEIRA DE SETE NOVAS GERADORAS A SEREM CONSTRUÍDAS NO PAÍS, ATENDENDO À NECESSIDADE DE EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NACIONAL.

**E**m junho de 2006, a Neoenergia adquiriu a participação de 75% das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Pedra do Garrafão e Pirapetinga, com capacidade instalada de 15,7 MW e 16,5 MW, negócio viabilizado com a comercialização de sua produção no Leilão de Geração nº 002/2006, promovido pela Aneel. As usinas serão construídas no Rio Itabapoana, nas divisas dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com investimentos da ordem de R\$ 150 milhões e operação comercial prevista para 2008.

Em setembro, a Neoenergia realizou nova aquisição, comprando 60% da hidrelétrica Corumbá III. A usina de 93,6 MW será construída no rio Corumbá, em Goiás, com investimentos de cerca de R\$ 300 milhões, para entrar em operação em 2008. A entrada da Neoenergia viabilizou o empreendimento, cuja concessão datava de 2001, permitindo o início das obras já em novembro de 2006.

Mas o maior investimento do ano foi realizado em outubro de 2006, quando a Neoenergia arrematou no Leilão de Geração nº 004/2006 a concessão para construção da hidrelétrica Dardanelos, no Mato Grosso, em parceria com

a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e pela Eletronorte, que terão, respectivamente, 24,5% do negócio. A usina será construída no rio Aripuanã, com capacidade instalada de 261 MW e previsão de entrada em operação também em 2010.

Incluindo a participação da Neoenergia na hidrelétrica de Termoçu, os novos projetos demandarão investimento totais de R\$ 1,83 bilhão, dos quais R\$ 1,04 bilhão serão investidos pela Neoenergia. As usinas agregarão mais 942,8 MW de nova potência ao sistema elétrico brasileiro, sendo 450,4 MW à capacidade instalada do Grupo, que somará 1.441,7 MW em 2010.

### Resumo novos negócios

DADOS DOS EMPREENDIMENTOS	UHE BAGUARI	PCH GOIANDIRA	PCH NOVA AURORA	PCH PIRAPETINGA	PCH PEDRA DO GARRAÃO	UHE CORUMBÁ III	UHE DARDANELOS
Participação Neoenergia	51%	100%	100%	75%	75%	60%	46%
Potência (MW)	140	27	21	16,5	15,7	93,6	261
Energia assegurada (MW médio)	81,40	17,09	12,37	11,31	11,50	50,90	154,90
Queda bruta (m)	18,00	41,25	30,30	55,00	37,50	42,30	95,68
Área do reservatório (km <sup>2</sup> )	14,16	6,42	6,83	0,40	2,71	72,42	0,24
<b>Investimento total (R\$ milhões)</b>	<b>489</b>	<b>84</b>	<b>74</b>	<b>75</b>	<b>74</b>	<b>310</b>	<b>718</b>
<b>Investimento Neoenergia* (R\$ milhões)</b>	<b>249</b>	<b>84</b>	<b>74</b>	<b>56</b>	<b>56</b>	<b>186</b>	<b>330</b>

\* Previsão de investimento de acordo com a participação da Neoenergia nos projetos.

## Expansão da capacidade instalada (projetos existentes) – MW

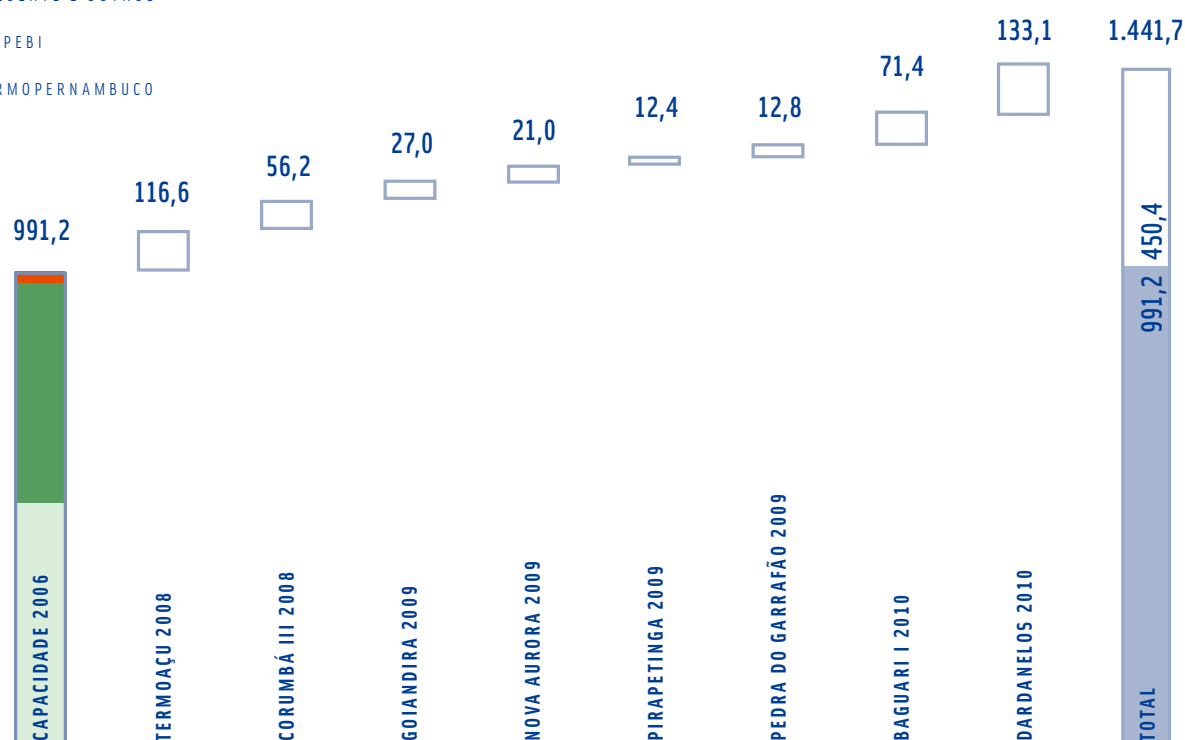
FONTE: NEOENERGIA

□ PROJETOS EXISTENTES – A EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA ESTÁ DE ACORDO COM A PARTICIPAÇÃO DA NEOENERGIA NOS PROJETOS

■ AFLUENTE E OUTROS

■ ITAPEBI

■ TERMOPEERNAMBUCO







O GRUPO NEOENERGIA ENCERROU O ANO DE 2006 COM 5.187 TRABALHADORES PRÓPRIOS E 16.220 CONTRATADOS POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO, SOMANDO UM TOTAL DE 21.407 COLABORADORES. PARA GERIR ESSA FORÇA DE TRABALHO, DISTRIBUÍDA EM ONZE EMPRESAS EM DIFERENTES ESTADOS DO PAÍS, PROGRAMAS ESTRATÉGICOS E DECISIVOS PARA A CRIAÇÃO DE UMA CULTURA CORPORATIVA FORAM IMPLEMENTADOS EM 2006, PROPICIANDO A CONSOLIDAÇÃO DE SUA REESTRUTURAÇÃO E O INÍCIO DE SEU PROCESSO DE CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL.

No ano passado, todas as empresas do Grupo alinharam suas políticas de gestão de pessoas às premissas das diretrizes corporativas, após a definição dos novos conceitos de Missão, Visão e Valores, bem como da elaboração do Código de Ética. Todos os níveis funcionais da organização, incluindo o Conselho de Administração, foram envolvidos neste processo.

### Código de Ética

O Código de Ética do Grupo Neoenergia foi lançado em novembro de 2006, por meio de campanha interna de divulgação para todos os colaboradores. A fim de torná-lo referência em conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, foi baseado em valores e princípios que sustentarão a Missão e a Visão do Grupo.

Faz parte do Código um Guia Prático de Conduta Profissional que aborda situações de obediência às leis, conflitos de interesse, direito à privacidade, segurança



e saúde no trabalho, favores e presentes, informação reservada e confidencial, recursos e meio do Grupo Neoenergia e princípio de respeito à diversidade. Para dar suporte à aplicação do Código, foi criado um Comitê de Ética em cada empresa do Grupo.

Diversas ações estratégicas foram implementadas em 2006 com a finalidade de ampliar a percepção dos colaboradores em relação às mudanças culturais necessárias à sua contínua capacitação para os novos desafios do negócio. Estas iniciativas foram baseadas nos resultados da Pesquisa de Clima realizada em 2005 em todas as empresas do Grupo.

Entre os projetos de desenvolvimento implementados, destacam-se a Cartilha de Gestão de Pessoas e o Programa de Gestão de Desempenho (PGD). Esta ferramenta de sustentação da mensuração dos resultados permitiu um alinhamento eficaz dos objetivos em todos os níveis da organização.

As principais práticas de gestão de pessoas foram unificadas e alinhadas entre as empresas, como a concessão de férias, os processos de admissão e de desligamento e as políticas de segurança do trabalho. Também foram implementadas, em 2006, melhorias nas condições de trabalho de todos os colaboradores, com reformas e troca de mobiliários, criação de espaço de convivência, mudança de fachadas das empresas, além de substanciais inovações nas agências de atendimento aos consumidores.

## Integração

O processo de integração das empresas teve como ponto alto, em 2006, a realização das Olimpíadas do Grupo Neoenergia, na Bahia. O evento reuniu cerca de 400 colaboradores de todos os níveis da organização, que disputaram provas em diferentes modalidades e contaram com as melhores torcidas.

A confraternização das equipes de atletas foi momento único vivido pelo Grupo. Colaboradores participantes puderam firmar conceitos básicos de respeito às diferenças culturais, mantendo ao mesmo tempo o foco nos resultados.

Especificamente para o nível de liderança, foi promovido em 2006 o II Encontro Integração. O evento, realizado em sua primeira versão em 2005, na Bahia, foi repetido ano passado em Recife e contou com a participação de 140 executivos do Grupo. Na sua segunda versão, o Integração teve como principal objetivo incentivar a melhoria da alta performance, contribuindo, de forma relevante, para os objetivos de mudança e fortalecimento da cultura interna.

Buscando aumentar o nível de compartilhamento de informação entre todos no Grupo, em 2006 também foi implementado o Programa de Comunicação Interna do Grupo Neoenergia. A nova sistemática, mais eficaz e robusta, com canais exclusivos de comunicação, ampliou o conhecimento e o envolvimento de todos os colaboradores no negócio.

Foram criados canais de comunicação na *holding* e nas empresas controladas. O jornal mural *Circuito Interno* e as revistas *Neoenergia Total*, *Energia Cosern*, *Energia Celpe* e *Energia Coelba*, com seções de notícias compartilhadas, passaram a levar aos colaboradores mais informação sobre o negócio, as empresas, as estratégias e os resultados.







EM 2006, AS EMPRESAS NEOENERGIA APRIMORAM SUA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL, FOCANDO SEU INVESTIMENTO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NEGÓCIO E DE SEUS PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO, CONFORME PRECONIZADO NA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL APROVADA PELO GRUPO EM 2005.

**A**s principais ações direcionadas à sustentabilidade foram implementadas pelas distribuidoras do Grupo para seus clientes de baixa renda, que representam a maior parte das suas carteiras de consumidores.

Mobilizando parceiros ou com investimentos próprios, as empresas implementaram diversos programas voltados para a eficiência energética e para a adequação do consumo de energia à capacidade de pagamento das famílias. As iniciativas mais relevantes foram a troca gratuita de geladeiras velhas e a distribuição de lâmpadas fluorescentes. A geração de renda foi incentivada por meio do fomento de cooperativas de produção de alimentos e tapeçarias.

A adoção de um modelo de gestão socialmente responsável em todas as empresas do Grupo foi confirmada pela inserção do conceito nos princípios básicos do Código de Ética e Missão do Grupo, definidos em 2006. A responsabilidade social também foi incluída no Planejamento Estratégico do Grupo para o ano de 2007.

No Código de Ética, o Grupo Neoenergia “manifesta seu firme compromisso de apoiar o poder público na defesa do meio ambiente, desenvolvendo e direcionan-



do suas atividades para a consecução real do desenvolvimento sustentável”. Ressalta, ainda, o firme propósito de apoiar e desenvolver ações de responsabilidade social, empresarial e de fomento da cultura e da educação.

## Investimento Social

O Programa de Responsabilidade Social Energia para Crescer, adotado por todas as empresas do Grupo em 2006, ganhou força transformadora com a aliança firmada pelas distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern e o Instituto Ayrton Senna (IAS). A parceria foi firmada no projeto “Educação pela Arte”, voltado para jovens de baixa renda dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Foram investidos R\$ 470 mil no apoio a projetos sociais de organizações não-governamentais (ONGs) selecionadas pelo IAS: Centro Cultural Casa da Ribeira, do Rio Grande do Norte; Associação Ária Social, Instituto Vida e Movimento Pró-Criança, de Pernambuco; Escola Pracatum, Instituto Oyá e Liceu de Artes e Ofícios, da Bahia.

A preocupação com a proteção ambiental também foi inserida nos projetos sociais do Grupo. No programa de doação de geladeiras das distribuidoras, o grupo fez parceria com o Ministério do Meio Ambiente para recolher adequadamente, dos equipamentos descartados, o gás clorofluorcarbono (CFC), causador de perfurações na camada de ozônio da atmosfera do planeta.

No segmento de geração, o Grupo Neoenergia iniciou uma ampla frente de relacionamento com diversas comunidades impactadas pelos seus novos projetos de construção de usinas hidrelétricas. Em todas as obras, o processo de licenciamento ambiental teve como marca principal a transparência na comunicação com as comunidades.

Seguindo as diretrizes da Política de Meio Ambiente aprovada em 2005, as duas geradoras do Grupo, a UHE Itapebi e a UTE Termopernambuco, obtiveram certificações ambiental ISO 14001.

## Apoio cultural

Em 2006, as empresas do Grupo ampliaram seus projetos de patrocínio cultural, por meio de incentivos fiscais federais e estaduais. A Neoenergia exibiu sua logomarca como patrocinador do cinema nacional, em filmes como “A Máquina”, “Mulheres do Brasil” e “O Maior Amor do Mundo”, que estrearam em 2006. Novos projetos foram aprovados em 2006, como o patrocínio aos documentários sobre a vida do maestro Tom Jobim e do compositor Cartola, bem como ao desenho animado “Turma da Mônica – Uma Aventura no Tempo”.

Além dos patrocínios a projetos de audiovisual, o Grupo apoiou ano passado o projeto “Loucos por Música”, uma série de apresentações de grandes artistas, com renda de bilheteria revertida para instituições que desenvolvem tratamento alternativo de doença mental.



## 8

## Ativos Intangíveis



AS EMPRESAS DO GRUPO NEOENERGIA POSSUEM UM CONJUNTO DE ATIVOS INTANGÍVEIS, DE DIFÍCIL MENSURAÇÃO POR SUA NATUREZA ABSTRATA, QUE NÃO ESTÁ CONTABILIZADO MAS REPRESENTA VALOR PATRIMONIAL DE MERCADO, QUE LHEM CONFERE VANTAGENS COMPETITIVAS. AINDA QUE SEM A MENSURAÇÃO REAL DE VALOR, OU DIMENSÃO QUANTITATIVA, POR NÃO SE ENQUADRAR NOS MODELOS CONTÁBEIS TRADICIONAIS, O CONJUNTO É PERCEBIDO PELO VALOR ECONÔMICO DADO PELA EQUAÇÃO – VALOR DE MERCADO = VALOR CONTÁBIL + CAPITAL INTELECTUAL –, QUE É EVIDENCIADO NA DIMENSÃO QUALITATIVA.

**E**sses recursos não possuem existência física. São constituídos, fundamentalmente, por informação e conhecimento produzidos pela mente humana.

No conjunto do capital humano, são ativos intangíveis das empresas do Grupo suas equipes de colaboradores e suas respectivas competências, habilidades e *expertise*; pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; direitos autorais e softwares desenvolvidos.

O conjunto de ativos intangíveis é composto também pelo capital estrutural, formado pela organização, sistemas e processos. No Grupo Neoenergia, são ativos deste tipo os contratos de concessão das controladas, a filosofia de negócio do Grupo, cultura da organização, sistemas de informação e bases de dados existentes.

O capital relacional é outro grupo de recursos intangíveis, formados pelo conjunto de relações das empresas com seus públicos de interesse: as marcas das controladas, o relacionamento com fornecedores e financiadores, a satisfação dos empregados.



# 9

## Empresas Controladas



O GRUPO NEOENERGIA ENCERROU O ANO DE 2006 COM DEZ EMPRESAS CONTROLADAS – COELBA, CELPE, COSERN, ITAPEBI, TERMOPERNAMBUCO, AFLUENTE, NC ENERGIA, BAGUARI I, GOIÁS SUL E GERAÇÃO CIII – NA QUAL A *HOLDING* NEOENERGIA DETÉM PARTICIPAÇÃO MAJORITÁRIA. DESTAS, SETE PUBLICARAM SUAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2006.

O NÚMERO DE CONTROLADAS DO GRUPO FOI AMPLIADO EM 2007 PARA DOZE EMPRESAS, COM A CONSTITUIÇÃO DA RIO PCH I E ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA. ALÉM DAS EMPRESAS CONTROLADAS, A NEOENERGIA TEM PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NA EMPRESA TERMOAÇU, TÉRMICA CONTROLADA PELA PETROBRAS.



A COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA (COELBA), A MAIOR CONCESSIONÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DA REGIÃO NORDESTE E MAIOR CONTROLADA DO GRUPO NEOENERGIA, ENCERROU O EXERCÍCIO DE 2006 COM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 540,6 MILHÕES, GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL (EBITDA) DE R\$ 1,04 BILHÃO E RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE R\$ 2,7 BILHÕES.

Os resultados foram menores em 7,0% e 8,5%, respectivamente, em relação aos realizados em 2005, em função da companhia ter registrado no ano anterior receita não recorrente de R\$ 233,9 milhões, resultado da conclusão do processo de revisão tarifária da empresa com a definição da sua base de remuneração regulatória. Se desconsiderado o impacto da receita extraordinária, o EBITDA e o Lucro Líquido registrados em 2006 seriam maiores: 12,6% e 21,6%, respectivamente.

O principal destaque do ano de 2006 da Coelba foi a conquista da marca de quatro milhões de clientes, obtida pelo avanço do plano de universalização do atendimento da empresa no Programa Luz para Todos, que aumentou sua carteira de clientes ativos em 5,1% em relação ao ano anterior, somando mais 196 mil consumidores.

A Companhia forneceu no ano 12.009 GWh de energia, equivalente a mais 3,3% que no ano anterior. O consumo da classe residencial foi o responsável pelo crescimento das vendas da empresa, registrando 4,6% de expansão. A migração de consumidores para o mercado livre reduziu as vendas de energia nas categorias



comercial, com menos 1,4%, e industrial, com 1,9%. Também na área rural houve queda de 1,2% nas vendas, devido à forte incidência de chuvas e, conseqüentemente, à menor necessidade de usar energia para irrigação.

O índice de arrecadação atingido pela empresa no ano passado, de 99,94%, foi resultado das intensivas campanhas de conscientização da população sobre a importância da pontualidade nos pagamentos e desenvolvimento de soluções facilitadoras de acesso para pagamento das contas de energia pelos clientes.

A melhoria dos indicadores operacionais da empresa e qualidade do atendimento permitiu à empresa ampliar em quatro pontos o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), pesquisa de satisfação de clientes realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), de 72,4% em 2005 para 76,4% em 2006. O índice foi o maior dos últimos cinco anos e reflete os esforços da Companhia na melhoria da qualidade do atendimento e prestação de serviços.

Os investimentos da Coelba em 2006 também foram recorde, R\$ 643 milhões, maior valor registrado na história da Companhia, para atender ao compromisso com a qualidade dos serviços e ampliação da eletrificação do estado da Bahia. Além de recursos próprios e subvenções, a empresa utilizou-se de captações financeiras junto a bancos de fomento, com destaque para a captação de R\$ 117 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Coelba aproveitou o bom momento do mercado financeiro nacional e internacional para repactuar títulos externos de US\$ 150 milhões com prazo de sete anos e carência de três anos. O custo desta operação foi reduzido de *Libor* mais 1,875% ao ano para *Libor* mais 1,0% ao ano. A empresa também obteve redução de custo na contratação de novas operações de *swap* para seus títulos externos. Em 2006, a dívida bruta totalizou R\$ 1.650 milhões, 0,6% menor que em 2005. Já a dívida líquida encerrou o ano em R\$ 1.463 milhões, 4,0% abaixo do ano anterior.

Devido à melhoria no perfil do endividamento da Companhia, sua classificação de risco corporativo, em escala nacional, avaliada pela agência Standard & Poors (S&P), foi elevada de “br A” em 2005 para “br A+” em 2006.

O RELATÓRIO ANUAL E O BALANÇO SOCIAL DA COELBA PODEM SER ENCONTRADOS EM [www.coelba.com.br](http://www.coelba.com.br)





A COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO (CELPE), SEGUNDA MAIOR DISTRIBUIDORA DO GRUPO NEOENERGIA, ENCERROU O EXERCÍCIO DE 2006 COM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 217,8 MILHÕES, 61,5% SUPERIOR AO RESULTADO OBTIDO EM 2005, E EBTDA DE R\$ 430,3 MILHÕES, 10,8%, O MESMO PERÍODO ANTERIOR.



A melhor performance da Companhia foi motivada pelo crescimento das vendas no ano, que totalizaram 8.509 GWh, um avanço de 3% sobre o total comercializado em 2005. A pequena retração de 0,33% do mercado cativo, que demandou 7.834 GWh, foi amplamente compensada pela forte expansão do mercado livre. Este segmento comprou 675 GWh de energia no ano, 55,7% mais do que no ano anterior.

O principal destaque da gestão da Companhia em 2006 foi o alcance da universalização do atendimento em seu mercado. Acordo celebrado entre a Celpe e o Ministério das Minas e Energia possibilitou a conclusão antecipada do número de ligações previstas nos contratos com a Eletrobrás referentes ao Programa Luz para Todos, com 76.113 ligações, equivalente a 99,02% de toda a população pernambucana.

A base de clientes da Celpe cresceu 3,9% e chegou a 2,7 milhões de consumidores. As vendas de energia para a classe residencial, que representa 85,8% da clientela da empresa, cresceram 4,2%, enquanto nas demais categorias de consumo a demanda permaneceu praticamente estável.



A empresa também melhorou seu índice de arrecadação, que passou de 95,1% em 2005 para 97,8% em 2006. O acréscimo foi resultado das intensivas campanhas de conscientização junto à população sobre a importância da pontualidade nos pagamentos, pelo desenvolvimento de facilidades de acesso para pagamento das contas e também pela boa percepção da população em relação aos serviços prestados pela Companhia.

Pesquisa de satisfação realizada em abril pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), por meio do Instituto Vox Populi, apurou que 81,02% dos entrevistados estavam satisfeitos com os serviços da Celpe. Estes resultados são confirmados pela redução de 17,1% no número de reclamações.

O investimento total da Celpe em 2006 foi de R\$ 343,4 milhões, com um salto de 77,56% em relação ao valor aplicado em 2005. Maior investidor privado de Pernambuco, a Celpe destinou a principal parcela dos recursos, R\$ 324,36 milhões, à distribuição, 78,91% a mais do que em 2005.

A Celpe encerrou o ano com um endividamento bruto de R\$ 1,26 bilhão. Deste total, 12,5% têm vencimento no curto prazo e 87,5% no longo prazo, com prazo médio ponderado de vencimento de 6,5 anos.

Em 2006, a empresa obteve financiamentos junto a agências de fomento e organismos multilaterais para o seu programa de expansão e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica.

Além disso, acessou o mercado de capitais, realizando a sua terceira emissão de debêntures, no valor de R\$ 170 milhões, e a repactuação da primeira emissão, com o objetivo de melhorar o perfil de sua dívida. Com estas operações, conseguiu obter prazos mais longos, redução de custos e desconcentração de vencimentos.

O RELATÓRIO ANUAL E O BALANÇO SOCIAL DA CELPE PODEM SER ENCONTRADOS EM [www.celpe.com.br](http://www.celpe.com.br)



A COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE (COSERN) ENCERROU O ANO DE 2006 COM UM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 141,3 MILHÕES, 21,08% SUPERIOR AO DE 2005. FORAM DETERMINANTES DESTA PERFORMANCE OS AVANÇOS DA EMPRESA NA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DESENVOLVIDA PELO GRUPO NEOENERGIA E DE MEDIDAS PARA A SUPERAÇÃO DE DESAFIOS NAS ÁREAS COMERCIAL, OPERACIONAL E FINANCEIRA.

O mercado de distribuição de energia da Cosern foi de 3.730 GWh em 2006, 6,12% maior do que o do ano anterior. O consumo do segmento cativo representou 86% do total, enquanto o mercado livre ficou em 14%.

Mesmo com a saída de importantes clientes para o mercado livre, o mercado cativo reagiu positivamente. A empresa registrou um consumo adicional de 49,28 GWh, equivalente a uma expansão de 1,56% sobre o ano anterior.

A arrecadação bruta, de R\$ 1,07 bilhão, superou em 14,29% a registrada em 2005. O conjunto de ações adotadas pela empresa para a redução da inadimplência e o aumento da recuperação de créditos, especialmente no que se refere ao setor público, foi determinante do índice de arrecadação, que atingiu 102,55%, contra 98,96% no ano anterior.

A Cosern encerrou o ano com 929.132 consumidores, equivalentes a um acréscimo de 53.853 novos clientes à sua carteira, que cresceu 6,15% sobre a de 2005. Do total de novos contratos, 39.785 são referentes a consumidores residenciais. Este segmento consumiu 1.063 GWh, 8,88% mais do que em 2005, principalmente





devido à expansão do Programa Luz para Todos e à transferência dos mercados de cooperativas Cersel e Cerpil para o da Cosern.

O principal destaque positivo, entretanto, foi o da classe comercial, que cresceu 9,89%. Isso é explicado, principalmente, pela entrada de novos consumidores como o Shopping Midway, Supermercado Extra, Shopping Orla Sul e Hotel Sehrrs. Entretanto, houve redução de 13,16% no consumo da categoria industrial, que era de 757 GWh em 2005 e passou a 657 GWh em 2006. Este recuo ocorreu, em grande parte, devido à migração de clientes industriais para o mercado livre das unidades da Petrobras Alto do Rodrigues, em maio de 2005, Canto do Amaro e Riacho da Forquilha, em outubro de 2005.

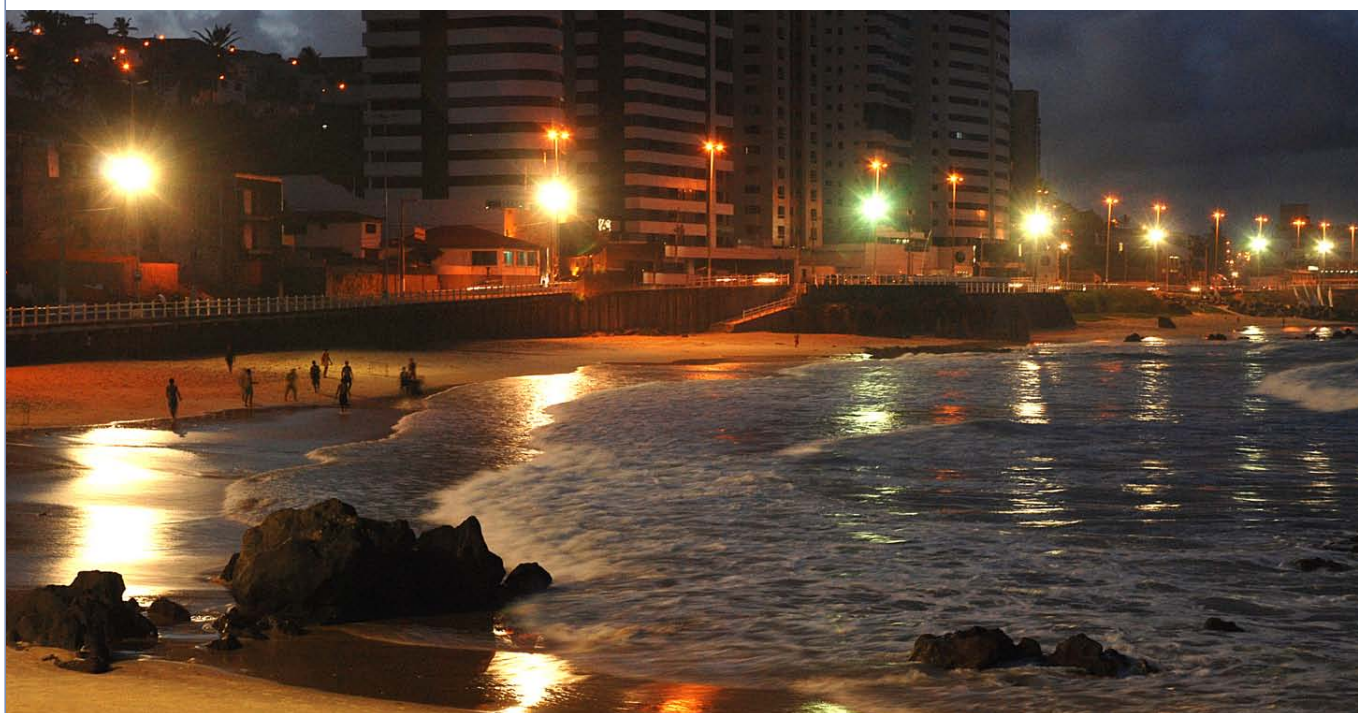
Tanto a expansão de 6,12% das vendas de energia quanto o reajuste tarifário de 8,23%, aplicado em 2006, contribuíram para que a Companhia registrasse uma receita operacional bruta de 970,56 milhões, 10,6% superior à de 2005. O EBITDA atingiu R\$ 239,8 milhões, situando-se um patamar 19,94% superior do ano anterior e elevando a margem de EBITDA para 34,39%, ante 32,26% de 2005. Esta é uma marca histórica que garante à empresa os recursos necessários para fazer frente ao seu programa de investimentos.

A Companhia investiu R\$ 135,5 milhões em 2006, principalmente em melhorias dos padrões de qualidade operacional e na ampliação da capacidade de fornecimento. Parte dos recursos foi destinada à continuidade do Programa Luz Para Todos, que, além de ampliar o acesso da população à energia, permitiu à empresa continuar apresentando índices de qualidade técnica em patamares de excelência comparados aos de empresas da Região Nordeste e de todo o território nacional.

A Cosern manteve o seu patamar de endividamento bruto em 2006. Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$ 419,4 milhões, 096% além do total registrado em 2005. A maior parcela dos vencimentos está concentrada no longo prazo.

Para fazer frente ao seu programa de investimentos, a empresa mantém como estratégia obter financiamentos de logo prazo junto a bancos e agências de fomento, a custos mais baixos e prazos compatíveis com o retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. Em 2006, a Cosern obteve R\$ 65,5 milhões em financiamentos, e subvenções de órgãos como Eletrobrás, Fipe e Banco do Nordeste, destinados especificamente a projetos de investimentos na concessão.

O RELATÓRIO ANUAL E O BALANÇO SOCIAL DA COSERN PODEM SER ENCONTRADOS EM [www.cosern.com.br](http://www.cosern.com.br)





CONTROLADA DO GRUPO NEOENERGIA PARA OPERAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA (UHE) ITAPEBI, LOCALIZADA NO RIO JEQUITINHONHA, NA BAHIA, A EMPRESA ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S/A REGISTROU EM 2006 LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 67 MILHÕES. O RESULTADO FOI 4,8% INFERIOR AO DE 2005, DEVIDO À RECEITA NÃO-RECORRENTE EM 2005 DE R\$ 3,5 MILHÕES, OBTIDA COM A VENDA DA SUBESTAÇÃO DA USINA PARA A COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF).

A receita operacional líquida da geradora foi de R\$ 215 milhões, apresentando um crescimento de 5,4% em relação ao ano anterior, e o EBITDA de R\$ 159 milhões, equivalente a 0,2% do mesmo indicador verificado em 2005.

O destaque do exercício foi o aumento da energia assegurada da usina em julho, de 1.721.340 MWh para 1.877.268 MWh, propiciado pela entrada em operação da usina hidrelétrica de Irapé, construída, a jusante, no rio Jequitinhonha.



Em 2006, Itapebi gerou 1.178.363 MWh, 62,77% da energia assegurada, frente a 1.388.565 do ano anterior. A usina efetuou 9.179 horas de operação, resultando em uma taxa de utilização de aproximadamente 35%, e produzindo 134,5 MWh médios.

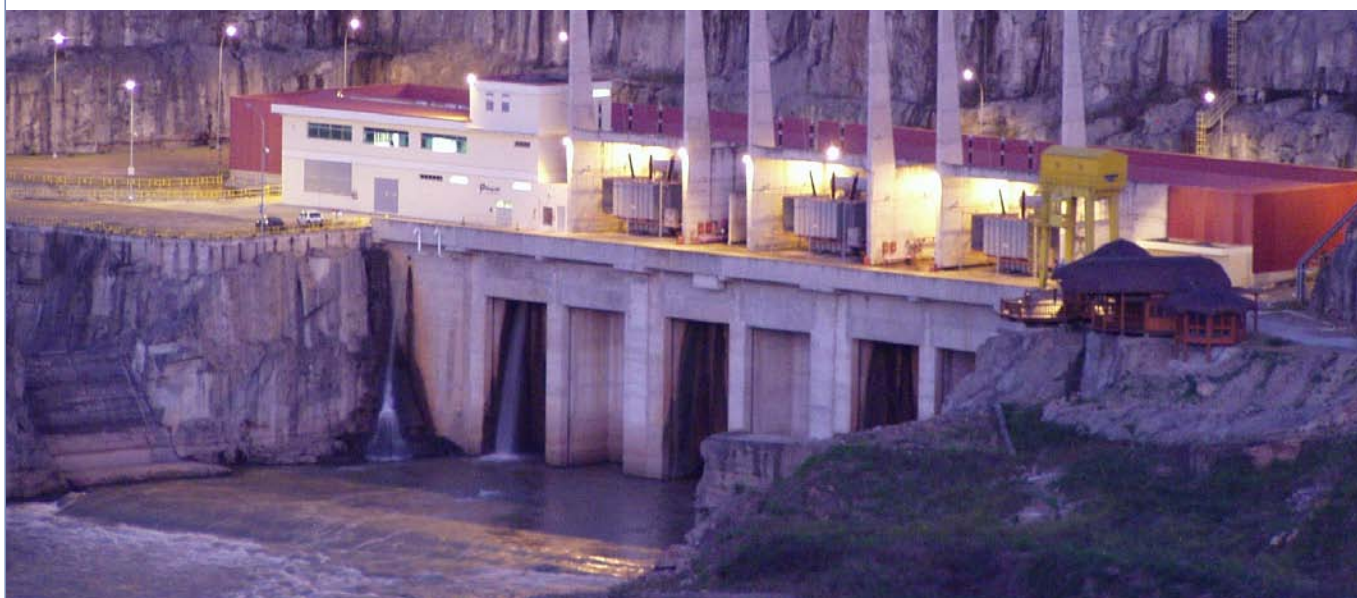
Em dezembro de 2006, a empresa entrou com pedido de registro da segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 175 milhões, com custo de IGP-M mais 9,5% ao ano. Os recursos serão utilizados para o pré-pagamento da primeira emissão, proporcionando o alongamento da dívida em condições financeiras favoráveis.

No início de dezembro, Itapebi conquistou a Certificação ISO 14.001:2004 para seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O certificado foi concedido pela BSI Management Systems com a chancela da ANAB (ANSI-ASQ National Accreditation Board) para o escopo “Geração de Energia Elétrica”.

### Itapebi – Indicadores Financeiros

INFORMAÇÕES (R\$ MIL)	2005	2006
Faturamento Bruto	212.139	223.479
Patrimônio Líquido	186.961	222.685
<b>Lucro Líquido</b>	<b>70.471</b>	<b>67.052</b>

O RELATÓRIO ANUAL E O BALANÇO SOCIAL DA ITAPEBI PODEM SER ENCONTRADOS EM [www.itapebi.com.br](http://www.itapebi.com.br)



A TERMOPERNAMBUCO S.A., EMPRESA DO GRUPO NEOENERGIA QUE OPERA A USINA TERMELÉTRICA (UTE) TERMOPERNAMBUCO, OBTEVE EM 2006 LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 100,3 MILHÕES EM 2006, QUE REPRESENTOU DECRÉSCIMO DE 36,23% EM RELAÇÃO AO LUCRO DO ANO ANTERIOR. O FATURAMENTO BRUTO ANUAL GERADO PELA VENDA DE ENERGIA FOI DE R\$ 520,08 MILHÕES E O EBITDA DE R\$ 287,977 MILHÕES.

O resultado refletiu principalmente a redução na cotação da moeda norte-americana nos anos de 2005 e 2006, indexador utilizado para reajustar os contratos de compra e venda de energia da empresa, que atualmente estão com preços inferiores aos praticados nos últimos leilões de energia nova promovidos pela Aneel.





Em julho de 2006, a Termopernambuco conquistou o Certificado ISO 14001 para o seu Sistema de Gestão Ambiental, tornando-se a primeira termelétrica a gás natural localizada na Região Nordeste e a segunda em todo o Brasil a obter tal certificação. A certificação foi concedida pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini.

Em abril de 2006 a Termopernambuco iniciou seu primeiro Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) aprovado pela Aneel para o ciclo 2004/2005, com investimentos de R\$ 2,37 milhões. O programa aprovado é composto de dez projetos voltados para aprimorar os processos da usina. Todos os projetos estão sendo desenvolvidos por instituições de pesquisa ligadas a universidades localizadas prioritariamente na Região Nordeste, contribuindo para o desenvolvimento dos centros de pesquisa locais.

### Termope – Indicadores Financeiros

INFORMAÇÕES (R\$ MIL)	2004	2005	2006
Faturamento Bruto	355.208	561.202	520.081
Patrimônio Líquido	337.844	382.814	405.009
<b>Lucro Líquido</b>	<b>76.914</b>	<b>157.340</b>	<b>100.326</b>

O RELATÓRIO ANUAL E O BALANÇO SOCIAL DA TERMOPE PODEM SER ENCONTRADOS EM [www.termope.com.br](http://www.termope.com.br)



RESULTADO DO PROCESSO DE DESVERTICALIZAÇÃO DOS ATIVOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DA COELBA, OCORRIDO EM 2005, A AFLUENTE S.A. ENCERROU O PRIMEIRO ANO DE SUA OPERAÇÃO COM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 33,3 MILHÕES.

A empresa registrou um faturamento bruto anual de R\$ 45,4 milhões, decorrente da venda da energia gerada e da receita pelo uso do seu sistema de transmissão e EBITDA de R\$ 39,5 milhões. Com este resultado, a taxa de retorno do patrimônio líquido foi de 34,8%.

Os dados econômico-financeiros da Afluente em 2006 referem-se ao seu primeiro ano de operação após o processo de desverticalização, portanto não existe histórico para efeito comparativo.

A Afluente possui contrato de compra e venda mercantil de energia elétrica até o exercício de 2027 com a Coelba para o fornecimento de volumes anuais de energia de 148.920 MWh.

Em 2006, a empresa gerou o montante de 117.776,53 MWh, que representa 81,64% da energia assegurada. As usinas de Correntina e Alto-Fêmeas efetuaram 16.965 e 22.141 horas de operação, resultando em uma taxa de utilização de tempo de 96,83% e 84,25%, respectivamente, e produzindo 13,44 MWh/médios, que corresponde a uma taxa de utilização de potência instalada de 75,08%.

O RELATÓRIO ANUAL E O BALANÇO SOCIAL DA AFLUENTE PODEM SER ENCONTRADOS EM [www.afluente.com.br](http://www.afluente.com.br)





A NC ENERGIA, EMPRESA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA DO GRUPO NEOENERGIA, ENCERROU O EXERCÍCIO DE 2006 COM UM LUCRO DE R\$ 14,9 MILHÕES, OBTENDO UMA MARGEM LÍQUIDA DE 9,1%. O EBITDA FOI DE R\$ 17,6 MILHÕES, RESULTADO 58,6% MAIOR QUE O ANO ANTERIOR.

O desempenho foi motivado pelo crescimento da carteira de clientes da empresa, com a participação de empresas de destaque nacional em seus segmentos.

Em 2006, a NC Energia adquiriu em leilões 300 MW médios, em contratos de longo e de curto prazo. A empresa intensificou sua atuação junto a energias limpas e renováveis, como no segmento sucro-alcooleiro.

Em julho do ano passado, a empresa firmou acordo de venda das unidades de geração térmica da Termo NC, empresa controlada pela comercializadora, que faziam parte do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica – PERCEE e foram vendidas para os Estados Unidos.

O RELATÓRIO ANUAL E O BALANÇO SOCIAL DA NC ENERGIA PODEM SER ENCONTRADOS EM [www.ncenergia.com.br](http://www.ncenergia.com.br)







DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2006

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 | R\$ MIL

ATIVO	NOTAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2006	2005 Reclassificado	2006	2005 Reclassificado
<b>CIRCULANTE</b>					
Numerário disponível		51	589	153.840	195.743
Aplicações financeiras	(7)	555.919	731	928.243	204.413
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(8)	-	-	1.457.332	1.248.285
Títulos a receber	(9)	33	112	83.444	70.068
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10)	-	-	(126.181)	(83.752)
Ativos regulatórios	(11)	-	-	861.712	766.897
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		630.067	687.113	-	-
Fundos vinculados	(15)	-	-	3.675	3.639
Serviços em curso		-	-	35.386	30.732
Títulos e valores mobiliários	(12)	-	-	44.938	32.114
Tributos e contribuições sociais	(13)	4.367	4.387	139.202	193.136
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14)	-	-	110.983	126.806
Benefício fiscal – ágio incorporado	(16)	-	-	57.750	52.140
Estoques	(17)	-	-	13.969	9.697
Despesas pagas antecipadamente	(19)	-	3.411	20.917	24.313
Outros créditos	(20)	1.095	567	130.906	136.259
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.191.532</b>	<b>696.910</b>	<b>3.916.116</b>	<b>3.010.490</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(8)	-	-	187.673	173.096
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10)	-	-	(363)	-
Títulos a receber	(9)	-	-	253.041	250.419
Ativos regulatórios	(11)	-	-	745.158	1.018.247
Fundos vinculados	(15)	-	-	63.155	77.038
Depósitos judiciais		10.373	9.524	31.025	23.985
Títulos e valores mobiliários	(12)	-	-	25.667	12.516
Tributos e contribuições sociais	(13)	-	-	91.157	127.493
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14)	-	-	205.382	294.090
Benefício fiscal – ágio incorporado	(16)	-	-	764.646	810.100
Coligadas, controladas e controladoras		97.704	119.539	47.697	29.125
Bens e direitos destinados à alienação		-	-	4.298	3.778
Despesas pagas antecipadamente	(19)	-	-	21.371	20.374
Outros créditos	(20)	15	15	41.119	41.477
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>108.092</b>	<b>129.078</b>	<b>2.481.026</b>	<b>2.881.738</b>
<b>Investimentos</b>					
Controladas	(21)	5.057.391	4.925.465	-	-
Outros		-	-	10.144	9.194
<b>Total dos investimentos</b>		<b>5.057.391</b>	<b>4.925.465</b>	<b>10.144</b>	<b>9.194</b>
<b>Imobilizado</b>					
Imobilizado – líquido	(22)	815	870	4.858.660	4.569.739
<b>Total do imobilizado</b>		<b>815</b>	<b>870</b>	<b>4.858.660</b>	<b>4.569.739</b>
<b>Intangíveis</b>					
Intangível – líquido	(23)	9	28	129.722	143.307
<b>Total do intangível</b>		<b>9</b>	<b>28</b>	<b>129.722</b>	<b>143.307</b>
<b>Diferido</b>					
Diferido – líquido	(24)	40.393	40.916	1.829.488	1.938.254
<b>Total do diferido</b>		<b>40.393</b>	<b>40.916</b>	<b>1.829.488</b>	<b>1.938.254</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.206.700</b>	<b>5.096.357</b>	<b>9.309.040</b>	<b>9.542.232</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>6.398.232</b>	<b>5.793.267</b>	<b>13.225.156</b>	<b>12.552.722</b>

PASSIVO	NOTAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2006	2005 Reclassificado	2006	2005 Reclassificado
<b>C I R C U L A N T E</b>					
Fornecedores	(25)	709	116	377.729	421.912
Empréstimos, financiamentos e encargos	(26)	-	-	303.440	301.146
Debêntures e encargos	(27)	-	-	174.809	119.182
Passivos regulatórios	(11)	-	-	132.403	94.039
Folha de pagamento		-	-	8.343	6.496
Taxas regulamentares	(28)	-	-	166.473	43.622
Entidade de previdência privada	(43)	-	-	11.974	13.271
Tributos e contribuições sociais	(13)	14.961	27.969	201.384	187.866
Tributos e contribuições sociais diferidos	(14)	-	-	265.095	169.891
Parcelamento de tributos e contribuições	(29)	-	-	798	750
Dividendos e juros sobre capital próprio	(30)	164.437	169.081	243.219	253.483
Obrigações estimadas	(31)	23	-	62.482	76.997
Provisão para contingências	(32)	-	-	41.621	27.893
Coligadas, controladas e controladoras		5	7.487	5	7.487
Adiantamentos recebidos		-	-	15.127	20.812
Consumidores devolução baixa renda		-	-	1.657	4.923
Outras contas a pagar	(33)	1	-	101.585	109.207
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>180.136</b>	<b>204.653</b>	<b>2.108.144</b>	<b>1.858.977</b>
<b>N Ã O C I R C U L A N T E</b>					
Empréstimos e financiamentos	(26)	-	-	1.798.521	1.849.392
Debêntures e encargos	(27)	-	-	2.026.754	2.011.183
Passivos regulatórios	(11)	-	-	174.439	165.033
Taxas regulamentares	(28)	-	-	27.845	76.332
Entidade de previdência privada	(43)	-	-	166.130	138.924
Tributos e contribuições sociais	(13)	-	-	24.666	51.065
Tributos e contribuições sociais diferidos	(14)	-	-	161.895	286.762
Parcelamento de tributos e contribuições	(29)	-	-	4.456	4.940
Provisão para contingências	(32)	-	-	62.301	103.708
Coligadas, controladas e controladoras		-	34.729	-	237
Adiantamentos recebidos		-	-	14.574	40.111
Outras contas a pagar	(33)	168	168	40.877	6.402
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>168</b>	<b>34.897</b>	<b>4.502.458</b>	<b>4.734.089</b>
<b>PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS</b>		-	-	<b>396.626</b>	<b>405.939</b>
<b>P A T R I M Ô N I O L Í Q U I D O</b>					
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucros		1.476.615	812.404	1.476.615	812.404
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>6.217.928</b>	<b>5.553.717</b>	<b>6.217.928</b>	<b>5.553.717</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>6.398.232</b>	<b>5.793.267</b>	<b>13.225.156</b>	<b>12.552.722</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 | R\$ MIL

	Reservas de capital			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social realizado	Reserva reflexa de prêmio nas debêntures COSERN	Reserva referente à diferença paga a maior	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2005</b>	<b>4.739.025</b>	<b>261</b>	<b>2.027</b>	<b>17.045</b>	<b>209.852</b>		<b>4.968.210</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	807.280	807.280
Destinações:							
Reserva legal	-	-	-	40.364	-	(40.364)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(187.000)	(187.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(34.773)	(34.773)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	545.143	(545.143)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>4.739.025</b>	<b>261</b>	<b>2.027</b>	<b>57.409</b>	<b>754.995</b>		<b>5.553.717</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	995.073	995.073
Destinações:							
Reserva legal	-	-	-	49.754	-	(49.754)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(215.100)	(215.100)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(115.762)	(115.762)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	614.457	(614.457)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>4.739.025</b>	<b>261</b>	<b>2.027</b>	<b>107.163</b>	<b>1.369.452</b>	-	<b>6.217.928</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 | R\$ MIL

	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2006	2005 Reclassificado	2006	2005 Reclassificado
Fornecimento de energia elétrica		-	-	7.721.648	6.575.510
Suprimento de energia elétrica - CCEE		-	-	52.020	18.265
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		-	-	262.860	180.062
Subvenção à baixa renda (tarifa social)		-	-	391.454	334.245
Receita de ativo regulatório		-	-	(64.952)	(3.565)
Reversão da recomposição tarifária do racionamento		-	-	(194.240)	(169.056)
Reversão da energia livre racionamento		-	-	(72.618)	(58.925)
Receita da revisão tarifária		-	-	48.685	253.236
Encargo - CBEE		-	-	112	134.231
Outras receitas operacionais		-	-	72.734	67.541
<b>Receita operacional</b>	<b>(35)</b>	-	-	<b>8.217.703</b>	<b>7.331.544</b>
ICMS		-	-	(1.707.521)	(1.419.185)
PIS		-	-	(145.272)	(120.358)
COFINS		-	-	(644.221)	(518.057)
ISS		-	-	(2.781)	(2.175)
Quota para reserva global de reversão - RGR		-	-	(59.306)	(54.039)
Encargos CBEE		-	-	(1.957)	(134.541)
Outros		-	-	(394)	-
<b>Deduções da receita operacional</b>		-	-	<b>(2.561.452)</b>	<b>(2.248.355)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		-	-	<b>5.656.251</b>	<b>5.083.189</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>		-	-	<b>(3.132.962)</b>	<b>(2.600.210)</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>		-	-	<b>(1.942.042)</b>	<b>(1.483.892)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	(1.567.227)	(1.081.852)
Encargos de uso do sistema de transmissão		-	-	(374.815)	(402.040)
Energia livre - repasse à geradora		-	-	-	-
<b>Custo de operação</b>		-	-	<b>(1.190.920)</b>	<b>(1.116.318)</b>
Pessoal		-	-	(115.346)	(95.910)
Entidade de previdência privada		-	-	(4.882)	(4.937)
Material		-	-	(32.408)	(29.829)
Combustível para produção de energia elétrica		-	-	(46.507)	(120.404)
Serviços de terceiros		-	-	(198.036)	(160.280)
Subvenção - conta consumo de combustível - CCC		-	-	(326.095)	(252.450)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		-	-	(44.755)	(38.357)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE		-	-	(14.711)	(14.997)
Pesquisa e desenvolvimento		-	-	(20.755)	(14.012)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		-	-	(19.786)	(14.407)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		-	-	(9.658)	(7.353)
Programa de Eficientização Energética - PEE		-	-	(15.317)	(29.327)
Compensação Financeira de Recursos Hídricos		-	-	(4.449)	(4.937)
Depreciação e amortização		-	-	(332.839)	(308.869)
Provisões operacionais (líquidas de reversões)		-	-	-	(1.188)
Arrendamentos e aluguéis		-	-	(4.343)	(6.633)
Tributos		-	-	(757)	(799)
Outras despesas operacionais		-	-	(276)	(11.629)
<b>Custo de serviço prestado a terceiros</b>		-	-	<b>(27.979)</b>	<b>(29.615)</b>

(continua)

	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2006	2005 Reclassificado	2006	2005 Reclassificado
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		-	-	<b>2.495.310</b>	<b>2.453.364</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(10.342)</b>	<b>(8.169)</b>	<b>(682.339)</b>	<b>(619.783)</b>
Despesas com vendas		-	-	(307.891)	(270.755)
Despesas gerais e administrativas		(10.342)	(8.169)	(374.448)	(349.028)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>(10.342)</b>	<b>(8.169)</b>	<b>1.812.971</b>	<b>1.833.581</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>		<b>1.020.535</b>	<b>909.399</b>	<b>(106.213)</b>	<b>(95.176)</b>
Equivalência patrimonial		1.126.524	1.006.371	-	-
Variação cambial – Garter		-	-	(60)	12.101
Amortização de ágio – líquida		(105.989)	(96.972)	(106.153)	(107.277)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(230.029)</b>	<b>(260.962)</b>	<b>(539.703)</b>	<b>(707.175)</b>
<b>Receita</b>		<b>19.335</b>	<b>22.582</b>	<b>732.143</b>	<b>931.974</b>
Renda de aplicações financeiras		16.066	4.503	87.979	115.135
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia		3.240	15.916	117.046	78.447
Remuneração financeira ativos regulatórios		-	-	261.345	257.778
Variação monetária		-	2.163	49.127	91.665
Variação cambial		-	-	104.243	304.045
Operações swap		-	-	77.687	65.050
Outras receitas financeiras		29	-	34.716	19.854
<b>Despesa</b>		<b>(249.364)</b>	<b>(283.544)</b>	<b>(1.271.846)</b>	<b>(1.639.149)</b>
Encargos de dívida		(3.454)	(53.340)	(556.678)	(784.447)
Remuneração financeira passivos regulatórios		-	-	(85.767)	(49.900)
Variação monetária		(1.464)	(8.640)	(58.937)	(87.543)
Variação cambial		-	-	(71.098)	(87.787)
Operações swap		-	-	(164.729)	(272.553)
Juros sobre capital próprio a pagar		(215.100)	(187.000)	(248.784)	(227.405)
Outras despesas financeiras		(29.346)	(34.564)	(85.853)	(129.514)
Outras receitas operacionais		-	-	-	14.517
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(37)</b>	<b>780.164</b>	<b>640.268</b>	<b>1.167.055</b>	<b>1.045.747</b>
Receita não operacional		3	536	10.872	6.093
Despesa não operacional		(194)	(20.000)	(14.375)	(34.243)
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(38)</b>	<b>(191)</b>	<b>(19.464)</b>	<b>(3.503)</b>	<b>(28.150)</b>
<b>LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>779.973</b>	<b>620.804</b>	<b>1.163.552</b>	<b>1.017.597</b>
Imposto de renda e contribuição social – corrente		-	(524)	(132.471)	(111.024)
Imposto de renda e contribuição social – diferido		-	-	(78.678)	(119.979)
Amortização ágio e reversão PMIPL		-	-	(54.025)	(52.342)
<b>LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS E DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>779.973</b>	<b>620.280</b>	<b>898.378</b>	<b>734.252</b>
Reversão dos juros sobre capital próprio		215.100	187.000	248.784	227.405
Participações minoritárias		-	-	(152.089)	(139.175)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>995.073</b>	<b>807.280</b>	<b>995.073</b>	<b>822.482</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL – R\$</b>		<b>0,17</b>	<b>0,14</b>	<b>0,17</b>	<b>0,14</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 | R\$ MIL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005 Reclassificado	2006	2005 Reclassificado
<b>O R I G E N S</b>				
<b>Das Operações</b>				
Lucro líquido do exercício	995.073	807.280	995.073	822.482
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Depreciação e amortização	5.064	5.031	392.378	372.817
Ativo/passivo regulatório	-	-	(33.827)	(119.583)
Variações monetárias e cambiais de longo prazo, líquidas	(1.878)	(1.244)	2.133	(127.623)
Equivalência patrimonial	(1.126.524)	(1.006.371)	-	-
Varição cambial PL Garter	-	-	60	(12.101)
Amortização do ágio, líquida	105.989	96.972	106.153	122.691
Baixa de imobilizado e outros	-	-	16.862	4.534
Imposto de renda e contribuição social diferida	-	-	107.913	123.872
Reserva de isenção – ADENE	-	-	23.865	20.826
Provisões para contingências	494	-	(16.203)	3.298
Provisão (reversão) para RTE	-	-	13.365	(2.761)
Outras provisões	-	20.000	4.867	21.457
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(16.998)
Participações minoritárias	-	-	152.089	139.175
<b>Total originado das operações</b>	<b>(21.782)</b>	<b>(78.332)</b>	<b>1.764.726</b>	<b>1.352.086</b>
<b>Dos Acionistas</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	26.391	43.172
<b>Recursos de outros</b>				
Aumento em empréstimos e financiamentos	-	-	378.058	769.626
Aumento em debêntures	-	-	170.000	1.604.306
Obrigações vinculadas	-	-	382.750	291.921
Aumento do passivo não circulante	-	4.492	149.928	655.772
Transferência do realizável a longo prazo para o ativo circulante	-	5.681	704.677	799.839
Diminuição do realizável a longo prazo	61.831	184.405	405.809	647.256
Dividendos e juros sobre o capital próprio de controladas	917.172	935.338	-	6.554
Alienação de bens e direitos do ativo permanente	-	-	152	37.122
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>957.221</b>	<b>1.051.584</b>	<b>3.982.491</b>	<b>6.207.654</b>
<b>A P L I C A Ç Õ E S</b>				
No realizável a longo prazo	38.359	84.421	525.496	954.446
No investimento	28.563	5.000	1.424	20.328
No imobilizado	112	37	1.165.855	827.222
No diferido	4.356	257	38.220	2.906
Transferência do passivo não circulante para o passivo circulante	-	218.576	857.362	2.076.843
Diminuição do passivo não circulante	35.830	126.266	262.137	1.039.762
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados	330.862	221.772	475.535	355.277
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>438.082</b>	<b>656.329</b>	<b>3.326.029</b>	<b>5.276.784</b>
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>519.139</b>	<b>395.255</b>	<b>656.462</b>	<b>930.870</b>
Representado(a) por:				
Ativo circulante	1.191.532	696.910	3.916.118	3.010.489
Passivo circulante	180.136	204.653	2.108.145	1.858.978
	<b>1.011.396</b>	<b>492.257</b>	<b>1.807.973</b>	<b>1.151.511</b>
Menos – capital circulante líquido inicial	492.257	97.002	1.151.511	220.641
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>519.139</b>	<b>395.255</b>	<b>656.462</b>	<b>930.870</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 (Informação Adicional) | R\$ MIL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
<b>R E C E I T A S</b>				
Vendas de energia e serviços	-	-	8.217.724	7.331.543
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(24.526)	(68.999)
Resultado não operacional	(191)	(19.464)	(3.503)	(28.150)
	<b>(191)</b>	<b>(19.464)</b>	<b>8.189.695</b>	<b>7.234.394</b>
<b>I N S U M O S A D Q U I R I D O S D E T E R C E I R O S</b>				
Matérias-primas consumidas	-	-	(1.541.919)	(1.822.404)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(5.794)	(4.880)	(1.423.056)	(547.527)
	<b>(5.794)</b>	<b>(4.880)</b>	<b>(2.964.975)</b>	<b>(2.369.931)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(5.985)</b>	<b>(24.344)</b>	<b>5.224.720</b>	<b>4.864.463</b>
<b>DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(5.064)</b>	<b>(5.031)</b>	<b>(386.931)</b>	<b>(367.889)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>(11.049)</b>	<b>(29.375)</b>	<b>4.837.789</b>	<b>4.496.574</b>
<b>V A L O R A D I C I O N A D O T R A N S F E R I D O</b>				
Receitas financeiras	19.335	22.582	732.143	931.974
Resultado de equivalência patrimonial	1.126.524	1.006.371	-	-
	1.145.859	1.028.953	732.143	931.974
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>1.134.810</b>	<b>999.578</b>	<b>5.569.933</b>	<b>5.428.548</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>				
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	-	-	179.897	180.157
Encargos sociais (exceto INSS)	21	-	23.743	16.728
Entidade de previdência privada	114	608	14.115	15.906
Auxílio alimentação	6	4	14.697	12.536
Convênio assistencial e outros benefícios	118	49	44.522	47.175
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	10.004	6.637
Provisão para férias e 13º salário	26	-	43.026	23.158
Participação nos resultados	-	-	44.313	35.157
Administradores	3.219	1.856	10.199	5.817
Custos imobilizados	-	-	(90.602)	(78.575)
<b>Subtotal</b>	<b>3.504</b>	<b>2.517</b>	<b>293.914</b>	<b>264.696</b>
<b>Governo</b>				
INSS (sobre folha de pagamento)	689	416	62.095	56.852
ICMS	-	-	1.707.521	1.419.185
PIS/COFINS sobre faturamento	-	-	861.308	711.113
Imposto de renda e contribuição social	-	524	265.174	283.345
Obrigações intra-setoriais	-	-	61.263	188.580
Outros	146	180	29.462	31.170
<b>Subtotal</b>	<b>835</b>	<b>1.120</b>	<b>2.986.823</b>	<b>2.690.245</b>
<b>Financiamentos</b>				
Juros e variações cambiais	110.907	158.953	1.089.356	1.406.102
Aluguéis	3	24	12.761	20.333
Outros	24.488	29.684	192.006	224.690
<b>Subtotal</b>	<b>135.398</b>	<b>188.661</b>	<b>1.294.123</b>	<b>1.651.125</b>
<b>Acionistas</b>				
Juros sobre capital próprio	215.100	187.000	215.100	187.000
Dividendos	115.762	34.773	115.762	34.773
Lucro retido (reserva legal)	49.754	40.364	49.754	40.364
Reserva de retenção de lucro	614.457	545.143	614.457	545.143
Ajuste de exercícios anteriores – controlada	-	-	-	15.202
<b>Subtotal</b>	<b>995.073</b>	<b>807.280</b>	<b>995.073</b>	<b>822.482</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO</b>	<b>1.134.810</b>	<b>999.578</b>	<b>5.569.933</b>	<b>5.428.548</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 (Informação Adicional) | R\$ MIL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b>				
<b>Das Operações Sociais</b>				
Lucro líquido do exercício	995.073	807.280	995.073	822.482
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	5.064	5.031	392.378	372.817
Equivalência patrimonial	(1.126.524)	(1.006.371)	-	-
Ativo/passivo regulatório	-	-	387.259	(126.507)
Varição cambial Garter	-	-	60	(12.101)
Amortização de ágio, líquida	105.989	96.972	106.153	122.691
Variações monetárias, cambiais e juros, líquidas	(1.878)	45.120	465.512	435.234
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-	16.862	4.534
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	107.913	120.689
Provisões contingências	494	-	(17.331)	722
Provisão (reversão) para RTE	-	-	13.365	(2.761)
Outras provisões (reversões)	-	20.000	9.177	17.932
Reserva de isenção – ADENE	-	-	23.866	20.826
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(16.998)
Participações minoritárias	-	-	152.089	139.175
	<b>(21.782)</b>	<b>(31.968)</b>	<b>2.652.376</b>	<b>1.898.735</b>
<b>(Aumento) redução de ativos</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(180.832)	(297.550)
Títulos a receber	79	-	(15.998)	46.645
Recebimento de juros sobre capital próprio e dividendos	974.218	407.378	-	6.554
Fundos vinculados	-	-	13.847	(44.421)
Depósitos judiciais	(1.343)	(176)	(7.040)	(21.842)
Tributos e contribuições sociais a compensar	20	24.601	90.270	(105.836)
Tributos e contribuições diferidos	-	-	(577)	7.263
Títulos e valores mobiliários	-	-	(19.744)	(1.304)
Serviço em curso	-	-	(4.654)	(6.775)
Despesas pagas antecipadamente	3.411	271	2.399	(331)
Benefício fiscal – ágio incorp-controladora	-	-	-	38.768
Bens destinados à alienação	-	-	462	529
Estoques	-	-	(4.272)	775
Outros ativos	(907)	(3.116)	(5.711)	(21.813)
	<b>975.478</b>	<b>428.958</b>	<b>(131.850)</b>	<b>(399.338)</b>
<b>Aumento (redução) de passivos</b>				
Fornecedores	593	(497)	(44.183)	(84.593)
Folha de pagamento	-	-	1.847	1.298
Encargos de dívidas	-	(53.697)	(459.655)	(736.972)
Depósitos judiciais	-	-	-	(26.231)
Taxas regulamentares	-	-	51.606	32.736
Entidade de previdência privada	-	-	22.357	(2.135)
Programa recup. fiscal e outros parcelamentos	-	-	(436)	(904)
Tributos e contribuições sociais	(4.438)	(4.357)	22.197	40.861
Tributos e contribuições diferidos	-	-	(4.430)	11.672
Obrigações estimadas	23	-	(14.515)	2.728
Consumidores baixa renda – tarifa social a devolver	-	-	(3.266)	(2.716)
Coligadas, controladas e controladoras	-	-	(7.719)	-
Adiantamentos recebidos	-	-	(5.685)	5.135
Provisões para contingências	-	-	(13.513)	(8.157)
Outras contas a pagar	-	(359)	26.853	26.149
	<b>(3.822)</b>	<b>(58.910)</b>	<b>(428.542)</b>	<b>(741.129)</b>



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>949.874</b>	<b>338.080</b>	<b>2.091.984</b>	<b>758.268</b>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(3.986)	26.391	52.726
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	587.996	1.165.434
Debêntures emitidas	-	-	170.000	1.604.306
Pagamentos de empréstimos, financiamentos	-	-	(658.236)	(1.573.921)
Pagamentos de debêntures	-	(317.171)	(221.103)	(941.516)
Obrigações vinculadas	-	-	382.750	291.921
Empréstimos com partes relacionadas	(18.119)	97.002	-	-
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(344.075)	(109.172)	(496.381)	(211.679)
	<b>(362.194)</b>	<b>(333.327)</b>	<b>(208.538)</b>	<b>387.271</b>
<b>TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS</b>	<b>587.680</b>	<b>4.753</b>	<b>1.883.401</b>	<b>1.145.539</b>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>				
Integralização de capital	-	-	-	(52.678)
No realizável a longo prazo	-	-	-	(199)
Em investimentos	(28.563)	(5.000)	(1.424)	(2.640)
Alienação de bens do ativo permanente	-	-	151	37.122
No imobilizado	(112)	(42)	(1.163.501)	(826.335)
No diferido	(4.356)	(258)	(36.700)	(2.906)
	<b>(33.031)</b>	<b>(5.300)</b>	<b>(1.201.474)</b>	<b>(847.636)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>554.649</b>	<b>(547)</b>	<b>681.927</b>	<b>297.903</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.321	1.868	400.156	102.253
Caixa e equivalentes no final do exercício	555.970	1.321	1.082.083	400.156
	<b>554.649</b>	<b>(547)</b>	<b>681.927</b>	<b>297.903</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 (Informação Adicional) | R\$ MIL

### 1. BASE DE CÁLCULO

	2006	2005 (Reclassificado)
Receita Líquida (RL)	5.656.251	5.083.189
Resultado Operacional (RO)	1.167.055	1.045.747
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	316.461	281.851
Valor Adicionado Total (VAT)	5.569.933	5.428.548

### 2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)

	2006 % sobre				2005 % sobre			
	R\$ mil	FPB	RL	VAT	R\$ mil	FPB	RL	VAT
Alimentação	15.236	4,81	0,27	0,27	14.200	5,04	0,28	0,26
Encargos sociais compulsórios	85.538	27,03	1,53	1,54	79.511	28,21	1,59	1,46
Previdência privada	14.485	4,58	0,26	0,26	15.633	5,55	0,31	0,29
Saúde	13.720	4,34	0,25	0,25	15.491	5,50	0,31	0,28
Segurança e saúde no trabalho	4.453	1,41	0,08	0,08	3.162	1,12	0,06	0,06
Educação	838	0,26	0,02	0,02	1.329	0,47	0,03	0,02
Cultura	10	0,00	0,00	0,00	11	0,00	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.395	1,39	0,08	0,08	4.424	1,57	0,09	0,08
Creches ou auxílio-creche	675	0,21	0,01	0,01	611	0,22	0,01	0,01
Esporte	399	0,13	0,01	0,01	453	0,16	0,01	0,01
Participação nos lucros ou resultados	44.454	14,05	0,80	0,80	34.772	12,34	0,69	0,64
Transporte	2.239	0,71	0,04	0,04	2.339	0,83	0,05	0,04
Outros	9.596	3,03	0,17	0,17	6.063	2,15	0,12	0,11
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>196.038</b>	<b>61,95</b>	<b>3,51</b>	<b>3,52</b>	<b>177.996</b>	<b>63,15</b>	<b>3,55</b>	<b>3,27</b>

### 3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (1)

	2006				2005			
	R\$ mil	% sobre			R\$ mil	% sobre		
		RO	RL	VAT		RO	RL	VAT
<b>Educação</b>	<b>1.939</b>	<b>0,17</b>	<b>0,03</b>	<b>0,03</b>	<b>773</b>	<b>0,07</b>	<b>0,02</b>	<b>0,01</b>
Projeto Jovem Cidadão	619	0,05	0,01	0,01	486	0,05	0,01	0,01
Projeto Brasil Alfabetizado	2	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Outros	1.318	0,11	0,02	0,02	286	0,03	0,01	0,01
<b>Cultura</b>	<b>14.609</b>	<b>1,25</b>	<b>0,26</b>	<b>0,26</b>	<b>6.241</b>	<b>0,60</b>	<b>0,12</b>	<b>0,11</b>
Projeto Faz Cultura	1.396	0,12	0,02	0,03	1.989	0,19	0,04	0,04
Lei Rouanet	-	0,00	0,00	0,00	2.264	0,22	0,04	0,04
Projetos Lei Audiovisual	250	0,02	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Projetos Lei Câmara Cascudo	1.671	0,14	0,03	0,03	1.525	0,15	0,03	0,03
Outros	11.292	0,97	0,20	0,20	463	0,04	0,01	0,01
<b>Saúde e Saneamento</b>	<b>381</b>	<b>0,03</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>406</b>	<b>0,04</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>
<b>Esporte</b>	<b>456</b>	<b>0,04</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>182</b>	<b>0,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Combate à fome e segurança alimentar</b>	<b>6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fundo de Desenvolvimento Social</b>	<b>375.763</b>	<b>32,20</b>	<b>6,64</b>	<b>6,75</b>	<b>183.023</b>	<b>17,50</b>	<b>3,60</b>	<b>3,37</b>
Luz no Campo/Luz para Todos	258.450	22,15	4,57	4,64	84.532	8,08	1,66	1,56
Doação Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	50	0,00	0,00	0,00	80	0,01	0,00	0,00
Programa TEMPO – Natal Voluntários	18	0,00	0,00	0,00	18	0,00	0,00	0,00
Caminhos da Justiça	3	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Programa Inclusão Digital – Diversos	46	0,00	0,00	0,00	53	0,01	0,00	0,00
Parceria Casa do Menor Trabalhador	100	0,01	0,00	0,00	60	0,01	0,00	0,00
Universalização	116.832	10,01	2,07	2,10	98.225	9,39	1,93	1,81
Projeto EL05	263	0,02	0,00	0,00	55	0,01	0,00	0,00
<b>Comunidade</b>	<b>1.412</b>	<b>0,12</b>	<b>0,02</b>	<b>0,03</b>	<b>1.174</b>	<b>0,11</b>	<b>0,02</b>	<b>0,02</b>
Projeto Coelba ao Seu Lado	183	0,02	0,00	0,00	327	0,03	0,01	0,01
Doações e contribuições	1.229	0,11	0,02	0,02	847	0,08	0,02	0,02
<b>Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico</b>	<b>9.276</b>	<b>0,79</b>	<b>0,16</b>	<b>0,17</b>	<b>8.386</b>	<b>0,80</b>	<b>0,16</b>	<b>0,15</b>
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>403.843</b>	<b>34,60</b>	<b>7,14</b>	<b>7,25</b>	<b>200.192</b>	<b>19,14</b>	<b>3,94</b>	<b>3,69</b>
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	2.878.498	246,65	50,89	51,68	2.423.330	231,73	47,67	44,64
<b>Total – Indicadores sociais externos</b>	<b>3.282.341</b>	<b>281,25</b>	<b>58,03</b>	<b>58,93</b>	<b>2.623.522</b>	<b>250,88</b>	<b>51,61</b>	<b>48,33</b>



#### 4. INDICADORES AMBIENTAIS (1)

	2006 % sobre				2005 % sobre			
	R\$ mil	RO	RL	VAT	R\$ mil	RO	RL	VAT
<b>Investimentos relacionados com a operação da empresa</b>								
Manejo da vegetação	8.902	0,76	0,16	0,16	7.519	0,72	0,15	0,14
Conservação de energia	3.958	0,34	0,07	0,07	2.105	0,20	0,04	0,04
Substituição de equipamentos	782	0,07	0,01	0,01	3.029	0,29	0,06	0,06
Reciclagem de óleo	501	0,04	0,01	0,01	247	0,02	0,00	0,00
Licenciamento ambiental	1.138	0,10	0,02	0,02	1.423	0,14	0,03	0,03
Rede compacta ou isolada	83.725	7,17	1,48	1,50	62.384	5,97	1,23	1,15
Educação ambiental	95	0,01	0,00	0,00	131	0,01	0,00	0,00
Energia solar fotovoltaica	3.201	0,27	0,06	0,06	-	0,00	0,00	0,00
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial	9.132	-	-	-	6.881	-	-	-
Sistema de Gestão Ambiental	212	0,02	0,00	0,00	66	0,01	0,00	0,00
Outros projetos ambientais	3.716	0,48	0,07	0,07	1.116	0,11	0,02	0,02
<b>Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa</b>	<b>115.361</b>	<b>9,88</b>	<b>2,04</b>	<b>2,07</b>	<b>84.901</b>	<b>8,12</b>	<b>1,67</b>	<b>1,56</b>
Investimento em programas e/ou projetos externos								
Pesquisa e Desenvolvimento	4.329	0,37	0,08	0,08	1.135	0,11	0,02	0,02
<b>Eficientização Energética</b>	<b>10.198</b>	<b>0,87</b>	<b>0,18</b>	<b>0,18</b>	<b>1.959</b>	<b>0,19</b>	<b>0,04</b>	<b>0,04</b>
Doação de refrigeradores e lâmpadas	7.879	0,68	0,14	0,14	169	0,02	0,00	0,00
Agente Coelba	1.576	0,14	0,03	0,03	1.777	0,17	0,03	0,03
Outros projetos de efficientização energética	742	0,06	0,01	0,01	13	0,00	0,00	0,00
<b>Educação ambiental para comunidade</b>	<b>649</b>	<b>0,06</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>498</b>	<b>0,05</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>
Projeto SOS Energia – Corrente de Vida	401	0,03	0,01	0,01	394	0,04	0,01	0,01
Outros projetos educacionais	248	0,02	0,00	0,00	104	0,01	0,00	0,00
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	754	0,06	0,01	0,01	208	0,02	0,00	0,00
Outros	1.119	0,10	0,02	0,02	810	0,08	0,02	0,01
<b>Total dos investimentos em programas e/ou projetos externos</b>	<b>17.049</b>	<b>1,46</b>	<b>0,30</b>	<b>0,31</b>	<b>4.610</b>	<b>0,44</b>	<b>0,09</b>	<b>0,08</b>
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>132.410</b>	<b>11,35</b>	<b>2,34</b>	<b>2,38</b>	<b>89.511</b>	<b>8,56</b>	<b>1,76</b>	<b>1,65</b>
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade				88				62
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente				-				140
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:				( ) Não possui Metas, ( ) Cumpre de 0 a 50%, ( ) Cumpre de 51 a 75%, (x) Cumpre de 76 a 100%				( ) Não possui Metas, ( ) Cumpre de 0 a 50%, ( ) Cumpre de 51 a 75%, (x) Cumpre de 76 a 100%

## 5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	2006	2005
Nº de empregados(as) ao final do período	5.187	5.247
Nº de admissões durante o período	258	240
Nº de desligamentos durante o período	305	235
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	16.220	12.445
Nº de estagiários(as) (1)	362	310
Nº de empregados acima de 45 anos	2.044	2.088
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	17	21
de 18 a 35 anos	1.277	1.143
de 36 a 60 anos	3.859	4.058
acima de 60 anos	10	10
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	0	0
com ensino fundamental	678	726
com ensino médio	1.465	1.428
com ensino técnico	1.217	1.341
com ensino superior	1.619	1.533
pós- graduados	208	219
Nº de empregados por sexo:		
homens	4.047	4.122
mulheres	1.140	1.125
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	77	81
mulheres	23	19
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.258	1.238
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	21	13
Nº de empregados portadores(as) de deficiência (1) ou necessidades especiais	157	109
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	235.079	215.893
Administradores	3.994	3.686

## 6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL (1)

	2006			Metas 2007		
Nº total de acidentes de trabalho			65			58
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) pela direção	(X) direção e gerências	( ) todos os empregados	( ) pela direção	(X) direção e gerências	( ) todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) pela direção	(X) direção e gerências	( ) todos os empregados	( ) pela direção	(X) direção e gerências	( ) todos os empregados
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(X) apóia	( ) organiza e incentiva

### Contencioso Cível:

#### Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):

na empresa	439.436	448.672
no procon	3.184	3.218
na justiça	16.001	4.526

#### % das reclamações e críticas solucionadas:

na empresa	100%	100%
no procon	30%	70%
na justiça	30%	28%

Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	386.377	447.566
--	---------	---------

"Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:

- Revisar e divulgar procedimentos, reforçando o cumprimento das Resoluções ANEEL.
- Treinamento de atendentes de Agências e Call Center, a fim de evitar que os clientes saiam da agência sem resolver o problema.
- Análise do projeto de reclamação de Conta Não Entregue e implantação de melhoria, avaliando a expansão para reclamação de correção de endereço.
- Ampliação em 30 minutos (até as 17h30) do atendimento à solicitações de religação de urgência durante a semana nas equipes de OSC.
- Mapeamento das reclamações de nova ligação e danos elétricos para investigar e corrigir as possíveis falhas no processo.
- A avaliação da insatisfação em relação aos serviços prestados, através de pesquisa com os clientes.

### Contingências e passivos trabalhistas:

Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	980	1.044
julgados procedentes	639	542
julgados improcedentes	91	72
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	231.272	403.259
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2006: 5.569.933	Em 2005: 5.428.548
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	5,28% Colaboradores	4,88% Colaboradores
	53,62% Governo	49,56% Governo
	23,23% Terceiros	30,42% Terceiros
	17,87% Acionistas	15,15% Acionistas

## 7. OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 01.083.200/0001-18 – NEOENERGIA S.A.

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.



# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 | EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO ESPECIFICADO

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. é uma companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controlada em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

Empresas Controladas	Ref.	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO (%)			
		2006		2005	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,45	-	84,45	-
<b>GERAÇÃO</b>					
AFLUENTE	(a)	87,84	-	87,84	-
BAGUARI I	(b)	100,00	-	-	-
GOIÁS SUL	(b)	100,00	-	-	-
GERAÇÃO CIII	(b)	99,00	1,00	-	-
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
TERMOAÇU	(c)	37,57	-	60,52	-
TERMOPERNAMBUCO		100,00	-	100,00	-
TERMO NC		1,00	99,00	1,00	99,00
<b>COMERCIALIZAÇÃO</b>					
NC ENERGIA	(d)	100,00	-	100,00	-

(a) Empresa constituída a partir da desverticalização dos ativos de geração e transmissão da COELBA.

(b) Empresa constituída para construção de novos empreendimentos em geração, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(c) O Acordo de Acionistas, assinado em 18 de abril de 2005, ratificou a transferência da gestão do projeto TERMOAÇU para a PETROBRAS, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na NEOENERGIA proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da NEOENERGIA na TERMOAÇU continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Encontra-se em fase pré-operacional.

(d) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 21.

## 2. CONCESSÕES

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)*	Energia Assegurada (MWmed)*	Energia Contratada (MWmed)*	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
<b>COELBA</b>							
Belmonte	Termelétrica – UTE	Belmonte – BA	1,5 MW	Somente em caráter emergencial	-	29/08/2005	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica – UTE	Camamu – BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/1997	07/08/2027
<b>AFLUENTE</b>							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica – PCH	Rio das Fêmeas – São Desidério – BA	10 MW	9,5 MW	9,5 MW	08/08/1997	07/08/2027
Presidente Goulart	Hidrelétrica – PCH	Rio Correntina – BA	8 MW	6,9 MW	6,9 MW	08/08/1997	07/08/2027
<b>ITAPEBI</b>							
Itapebi	Hidrelétrica – UHE	Rio Jequitinhonha – BA	450 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/1999	27/05/2034
<b>TERMOPERNAMBUCO</b>							
Termopernambuco	Termelétrica – UTE	Complexo Portuário do Suape – PE	520 MW	490,6 MW	455 MW	15/12/2000	18/12/2030

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)*	Energia Assegurada (MWmed)*	Energia Contratada (MWmed)*	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
<b>TERMOAÇU</b>							
Termoaçu	Termelétrica – UTE	Alto do Rodrigues – RN	368 MW	331 MW		09/07/2001	08/07/2031
<b>GOIAS SUL</b>							
Nova Aurora	Hidrelétrica – PCH	Rio Veríssimo – GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	17/02/2004	16/02/2034
Goiandira	Hidrelétrica – PCH	Rio Veríssimo – GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	17/12/2002	16/12/2032
<b>BAGUARI I</b>							
Baguari I	Hidrelétrica – UHE	Rio Doce – MG	140 MW	80,2 MW	77 MW	15/08/2006	15/08/2041
<b>GERAÇÃO CIII</b>							
Corumba III	Hidrelétrica – UHE	Rio Corumbá – GO	93,6 MW	50,9 MW	50,9 MW	07/11/2001	06/11/2036
<b>PEDRA DO GARRAFÃO</b>							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica – PCH	Rio Itabapoana – RJ	15,7 MW	11,31 MW	11 MW	17/12/2002	16/12/2032
<b>PIRAPETINGA</b>							
Pirapetinga	Hidrelétrica – PCH	Rio Itabapoana – RJ	16,5 MW	11,51 MW	11 MW	17/12/2002	16/12/2032
<b>DARDANELOS</b>							
Dardanelos	Hidrelétrica – UHE	Rio Aripuanã – MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	2007	2042

Distribuição	Número de Municípios*	Localidade	Data da Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/1997	07/08/2027
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/2000	30/03/2030
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027

Comercialização	Localidade	Data da Autorização
NC ENERGIA	Recife – PE	16/08/2000

\* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

### 3. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

As controladas COELBA, CELPE e COSERN possuem bens originários do ativo imobiliário utilizados na obtenção de renda.

### 4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº 2.396, da SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2006.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins melhor de apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

	2005	
	Publicado	Reclassificado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.010.272</b>	<b>3.010.490</b>
Consumidores	1.286.500	1.248.285
Títulos a receber	84.418	70.068
(-) Prov. para créd. de liquidação duvidosa	(125.276)	(83.752)
Ativos regulatórios	768.353	766.897
Financiamentos repassados	1.650	-
Depósitos judiciais	4	-
Serviços em curso	37.561	30.732
Títulos e valores mobiliários	31.894	32.114
Despesas pagas antecipadamente	22.644	24.313
Outros	116.950	136.259
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>9.595.558</b>	<b>9.542.232</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>2.935.064</b>	<b>2.881.738</b>
Consumidores	161.618	173.096
Títulos a receber	262.694	250.419
Ativo regulatório	1.018.256	1.018.247
Financiamentos repassados	1.547	-
Fundos vinculados	76.779	77.038
Depósitos judiciais	77.090	23.985
Títulos e valores mobiliários	12.736	12.516
Despesas pagas antecipadamente	20.365	20.374
Créditos com pessoas ligadas	29.039	29.125
Outros	39.479	41.477
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.865.203</b>	<b>1.858.977</b>
Fornecedores	420.167	421.912
Tributos e contribuições sociais	236.450	187.866
Provisão para contingências	28.499	27.893
Dívidas com pessoas ligadas	7.491	7.487
Taxas regulamentares	63.382	43.622
Obrigações estimadas	33.554	76.997
Outros	91.667	109.209
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>4.780.974</b>	<b>4.734.089</b>
Provisões para contingências	156.214	103.105
Taxas regulamentares	67.957	76.332
Tributos e contribuições sociais	8.887	51.065
Tributos e contribuições sociais diferidos	323.319	286.762
Adiantamentos recebidos	40.279	40.111
Outros	14.609	6.233
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>		
Custo de bens e serviços vendidos	(2.562.013)	(2.629.825)
Resultado bruto	2.448.477	2.453.364
Despesas com vendas	(251.750)	(270.755)
Despesas gerais e administrativas	(348.628)	(349.028)
Outras despesas financeiras	-	14.517

Em atendimento à Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, as controladas e a controladora efetuaram as reclassificações dos depósitos judiciais para serem apresentadas deduzindo os passivos contingentes correspondentes.



## 5. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 5.1. Práticas Contábeis Gerais

#### **Aplicações financeiras**

Estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pro rata.

#### **Consumidores, concessionárias e permissionárias**

Engloba as contas a receber com fornecimento e suprimento de energia faturada e não faturada, esta por estimativa, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

#### **Títulos e valores mobiliários**

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não excedem o seu valor de mercado.

#### **Estoques (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado (depósito de obras), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

#### **Investimentos**

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

#### **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

#### **Empréstimos, financiamentos e debêntures**

As obrigações são atualizadas pela variação cambial ou monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

#### **Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos**

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, do imposto de renda e contribuição social quando da parcela corrente e reconhecido o diferimento em função dos prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais.

As controladas COELBA, CELPE, COSERN, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO, têm direito à redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Adene), calculada com base no lucro de exploração (vide nota explicativa nº 34).

#### **Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados**

Os custos associados aos planos de aposentadoria e pensão das controladas COELBA, CELPE e COSERN são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação CVM nº 371/00.

#### **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

#### **Uso de estimativas**

A preparação de demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis consolidadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do fornecimento não faturado, utilização da rede de distribuição não faturada, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, realizações dos impostos e contribuições sociais diferidos, ágio e da recomposição tarifária.

## **Derivativos**

As controladas COELBA e CELPE firmaram contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e de juros, contabilizados pelo regime da competência. Os pagamentos feitos ou recebidos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras.

Os contratos derivativos das controladas são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros desta natureza. As controladas não têm contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 41).

## **Demais direitos e obrigações**

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

## **5.2. Práticas Contábeis Regulatórias – Específicas do Setor Elétrico**

### **Plano de contas**

As controladas e sua controladora adotam o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através da Resolução ANEEL nºs 473 de 6 de março de 2006 e 219, de 11 de abril de 2006, e Despacho nº 657, de 30 de março de 2006, 3.033 de 21 de dezembro de 2006 e 3.073 de 28 de dezembro de 2006.

### **Ativos e Passivos Regulatórios**

Tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão das controladas, que têm como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão (vide nota explicativa nº11).

O contrato prevê que “As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acuracidade das informações contábeis.”

### **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

### **Ativo Imobilizado em Serviço – AIS (controladas)**

#### **■ Reserva técnica imobilizada**

Compreende o bem, ou conjunto de bens, que, por razões de ordem técnica voltada à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, embora não estando em serviço, esteja à disposição e que poderá entrar em operação de imediato. Sua contabilização obedece a todos os preceitos do ativo imobilizado em serviço, exceto quanto à depreciação, que deverá ser paralisada enquanto o respectivo bem se encontrar nessa situação.

#### **■ Bens e Instalações em função do serviço concedido**

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro – UC e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização – ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

#### ■ Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 015 de 24 de dezembro de 1997 e a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, revogada pela Resolução ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006 (vide nota explicativa nº 22).

#### **Ativo Imobilizado em Curso – AIC (controladas)**

Bens e instalações em formação ou construção

#### ■ Rateio de Administração Geral (RAG)

As despesas administrativas e gerais, decorrentes dos gastos com pessoal próprio, prestação de serviços, arrendamentos e aluguéis e outros, são apropriadas, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, com base em critérios adequadamente fundamentados.

#### ■ Encargos Financeiros

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

#### **Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as concessionárias. (vide nota explicativa nº 22).

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante – Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

#### **Receita não Faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

#### **Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração das controladas, quando essas informações não estão disponíveis.

## 6. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº 247 de 27 de março de 1996 da CVM e incluem a Neoenergia e suas controladas.

As demonstrações contábeis da controlada em conjunto com a TERMOAÇU, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações contábeis da investida.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos foi reclassificado para o ativo diferido (vide nota explicativa nº 24).



A Companhia e suas controladas obtiveram manifestação favorável da CVM quanto ao ajuste nas informações trimestrais consolidadas do ganho de equivalência patrimonial oriundo de constituição de reserva de capital em suas controladas, decorrente de redução do imposto de renda, o que significa um acréscimo de Patrimônio Líquido não derivado de lucros. O ajuste é procedido diretamente na conta de imposto de renda, e em 31 de dezembro de 2006 foi de R\$ 159.506. (2005, R\$ 130.761).

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (reclassificado), e as demonstrações do resultado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (reclassificado), das controladas diretas, indiretas e em conjunto, estão assim compostos, de forma condensada:

	BALANÇOS PATRIMONIAIS					
	COELBA		COSERN		CELPE	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>Ativo</b>	<b>4.074.527</b>	<b>4.010.090</b>	<b>1.240.371</b>	<b>1.197.244</b>	<b>3.333.012</b>	<b>3.146.993</b>
Circulante	1.449.078	1.412.644	312.612	316.456	1.253.103	1.014.899
Não Circulante	2.625.449	2.597.446	927.759	880.788	2.079.909	2.132.094
<b>Passivo</b>	<b>4.074.527</b>	<b>4.010.090</b>	<b>1.240.371</b>	<b>1.197.244</b>	<b>3.333.012</b>	<b>3.146.993</b>
Circulante	1.048.207	1.030.073	288.499	283.461	949.921	736.999
Não Circulante	1.725.954	1.825.628	476.248	469.432	1.254.892	1.303.982
Patrimônio Líquido	1.300.366	1.154.389	475.624	444.351	1.128.199	1.106.012

	BALANÇOS PATRIMONIAIS					
	ITAPEBI		TERMOPERNAMBUCO		TERMOAÇU	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>Ativo</b>	<b>708.345</b>	<b>729.579</b>	<b>1.239.404</b>	<b>1.324.648</b>	<b>244.736</b>	<b>517.601</b>
Circulante	118.059	100.329	219.738	209.908	9.961	3.470
Não Circulante	590.286	629.250	1.019.666	1.114.740	234.775	514.131
<b>Passivo</b>	<b>708.345</b>	<b>729.579</b>	<b>1.239.404</b>	<b>1.324.648</b>	<b>244.736</b>	<b>517.601</b>
Circulante	79.656	100.409	206.685	246.712	8.061	13.024
Não Circulante	406.004	442.209	627.710	695.122	42.469	132.476
Patrimônio Líquido	222.685	186.961	405.009	382.814	194.206	372.101

	BALANÇOS PATRIMONIAIS					
	NC ENERGIA		TERMONC		AFLUENTE	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>Ativo</b>	<b>60.054</b>	<b>59.231</b>	<b>7.952</b>	<b>15.199</b>	<b>132.414</b>	<b>94.077</b>
Circulante	46.493	40.851	7.669	11.528	41.153	1.439
Não Circulante	13.561	18.380	283	3.671	91.261	92.638
<b>Passivo</b>	<b>60.054</b>	<b>59.231</b>	<b>7.952</b>	<b>15.199</b>	<b>132.414</b>	<b>94.077</b>
Circulante	39.523	38.445	6.280	9.549	36.529	77
Não Circulante	4.211	4.466	-	-	220	-
Patrimônio Líquido	16.320	16.320	1.672	5.650	95.665	94.000

	BALANÇOS PATRIMONIAIS		
	GOIÁS SUL	BAGUARI I	GERAÇÃO CII
	2006	2006	2006
<b>Ativo</b>	<b>5.040</b>	<b>9.966</b>	<b>18.300</b>
Circulante	492	2.212	18
Não Circulante	4.548	7.754	18.282
<b>Passivo</b>	<b>5.040</b>	<b>9.966</b>	<b>18.300</b>
Circulante	15	35	1.641
Não Circulante	-	-	16.659
Patrimônio Líquido	5.025	9.931	-

	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
	COELBA		COSERN		CELPE	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Receita operacional líquida	2.734.343	2.702.117	697.131	619.654	2.022.318	1.603.646
Custo de bens e serviços vendidos	(1.570.945)	(1.422.360)	(411.962)	(386.288)	(1.434.104)	(1.111.100)
<b>Resultado bruto</b>	<b>1.163.398</b>	<b>1.279.757</b>	<b>285.169</b>	<b>233.366</b>	<b>588.214</b>	<b>492.546</b>
Receitas (despesas) operacionais	(298.101)	(308.907)	(78.131)	(68.474)	(253.982)	(196.761)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>865.297</b>	<b>970.850</b>	<b>207.038</b>	<b>164.892</b>	<b>334.232</b>	<b>295.785</b>
Receita (despesas) financeiras	(180.946)	(349.400)	(41.953)	(47.619)	(131.900)	(185.241)
Resultado da equivalência patrimonial	(219)	58.095	-	-	-	-
<b>Resultado operacional</b>	<b>684.132</b>	<b>679.545</b>	<b>165.085</b>	<b>117.273</b>	<b>202.332</b>	<b>110.544</b>
Resultado não operacional	(4.920)	(7.514)	510	(2.295)	(3.686)	(1.888)
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>679.212</b>	<b>672.031</b>	<b>165.595</b>	<b>114.978</b>	<b>198.646</b>	<b>108.656</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(229.653)	(244.586)	(59.147)	(39.744)	(67.846)	(36.307)
Reversão juros sobre capital próprio	91.000	154.000	34.900	41.500	87.000	62.500
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>540.559</b>	<b>581.445</b>	<b>141.348</b>	<b>116.734</b>	<b>217.800</b>	<b>134.849</b>

	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
	TERMOVERNAMBUCO		ITAPEBI		AFLUENTE	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Receita operacional líquida	501.098	540.718	215.233	204.191	42.878	
Custo de bens e serviços vendidos	(245.913)	(268.643)	(71.048)	(62.097)	(8.635)	
<b>Resultado bruto</b>	<b>255.185</b>	<b>272.075</b>	<b>144.185</b>	<b>142.094</b>	<b>34.243</b>	
Receitas (despesas) operacionais	(25.885)	(10.364)	(6.066)	(5.142)	(197)	
<b>Resultado do serviço</b>	<b>229.300</b>	<b>261.711</b>	<b>138.119</b>	<b>136.952</b>	<b>34.046</b>	
Receita (despesas) financeiras	(123.725)	(74.774)	(58.148)	(58.212)	1.117	
Resultado operacional	105.575	186.937	79.971	78.740	35.163	
Resultado não operacional	6	(6)	20	3.565	-	
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>105.581</b>	<b>186.931</b>	<b>79.991</b>	<b>82.305</b>	<b>35.163</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(35.355)	(62.091)	(27.538)	(27.833)	(1.857)	
Reversão juros sobre capital próprio	30.100	32.500	14.600	16.000	-	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>100.326</b>	<b>157.340</b>	<b>67.053</b>	<b>70.472</b>	<b>33.306</b>	

	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
	NC ENERGIA		TERMO NC	
	2006	2005	2006	2005
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>162.538</b>	<b>108.548</b>	<b>53</b>	<b>24.569</b>
Custo de bens e serviços vendidos	(137.072)	(90.768)	(603)	(8.822)
<b>Resultado bruto</b>	<b>25.466</b>	<b>17.780</b>	<b>(550)</b>	<b>15.747</b>
Receitas (despesas) operacionais	(8.092)	(6.918)	(1.542)	(532)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>17.374</b>	<b>10.862</b>	<b>(2.092)</b>	<b>15.215</b>
Receita (despesas) financeiras	347	1.134	498	303
Resultado da equivalência patrimonial	2.002	13.953	-	-
<b>Resultado operacional</b>	<b>19.723</b>	<b>25.949</b>	<b>(1.594)</b>	<b>15.518</b>
Resultado não operacional	-	(1)	4.758	(546)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	19.723	25.948	3.164	14.972
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(6.143)</b>	<b>(3.979)</b>	<b>(1.142)</b>	<b>(881)</b>
Reversão juros sobre capital próprio	1.280	1.500	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>14.860</b>	<b>23.469</b>	<b>2.022</b>	<b>14.091</b>

## 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Taxas (%)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				2006	2005	2006	2005
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	100 CDI	141.606	-	197.160	7.068
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	Diversas	-	-	84.971	-
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	101 CDI	-	-	15.600	11.031
Banco do Brasil	Swap	(*)	101 CDI	-	-	6.426	7.892
Banco do Brasil	Swap	abr/06	98 CDI	-	-	-	2.211
Banco do Brasil	Swap	Diversos	99,2 CDI	-	-	-	32.730
Banco do Brasil	Swap	Diversos	100 CDI	-	731	-	74.340
Banco do Brasil	Garantias Chesf	dez/06	98 CDI	-	-	-	379
Banco Nordeste do Brasil	CDI	(*)	100 CDI	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil	CDB/CDI	jul/07	99,5 CDI	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil	CDB	jul/07	99 CDI	-	-	-	-
Bradesco	CDB	jul/08	100 CDI	-	-	17.108	2.791
Bradesco	CDB/CDI	Diversos	99 CDI	-	-	-	-
Bradesco	CDB/CDI	Diversos	92 a 99 CDI	-	-	-	-
Bradesco	Título Público Federal	(*)	100 CDI	-	-	-	-
Bradesco	TPF	(*)	100 CDI	-	-	6.013	-
Bradesco	Título de Capitalização	fev/07	Diversas	-	-	150	150
Bradesco	Fundo de Renda Fixa	(*)	100 CDI	-	-	-	4
Citibank	Fundo de Renda Fixa	Disponível	50,0 CDI	-	-	2.675	-
Santander	Time Deposit	nov/05	2,64	-	-	-	-
Santander	CDI	out/06	100,7 CDI	-	-	-	-
Santander	CDB	-	100,7 CDI	-	-	-	-
Santander	CDB	jan/09	100,5 CDI	-	-	-	-
Banco Santos	CDB	14/02/05	100 CDI	-	-	-	-
Banco Itaú	Fundo de Renda Fixa	(*)	Diversas	213.734	-	307.526	64.588
Banco Itaú	CDI	dez/06	100 CDI	-	-	-	737
Banco Itaú	Fundo de Renda Fixa	jun/07	100 CDI	-	-	-	492
Banco Itaú	Fundo de Investimento	(*)	Diversas	-	-	90.035	-
Banco Votorantim	Fundo de Renda Fixa	(*)	100 CDI	200.579	-	200.579	-
<b>Total</b>				<b>555.919</b>	<b>731</b>	<b>928.243</b>	<b>204.413</b>
Ativo Circulante				555.919	731	928.243	204.413

(\*) Aplicações sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela controladora e suas controladas.

## 8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	CONSOLIDADO						
	Saldos Vincendos	Saldos Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2006	2005	2006	2005
							Reclassificado
<b>Setor Privado</b>							
Residencial	286.780	166.089	50.053	502.922	429.885	(35.906)	(31.882)
Industrial	107.030	28.528	44.103	179.661	153.280	(19.483)	(10.015)
Comercial, serviços e outras	158.759	62.727	35.859	257.345	215.095	(18.074)	(14.544)
Rural	32.974	19.276	21.962	74.212	74.631	(12.830)	(3.372)
	<b>585.543</b>	<b>276.620</b>	<b>151.977</b>	<b>1.014.140</b>	<b>872.891</b>	<b>(86.293)</b>	<b>(59.813)</b>
<b>Setor Público</b>							
Poder Público							
Federal	10.297	1.731	1.174	13.202	11.035	(557)	(554)
Estadual	16.155	4.730	6.344	27.229	24.777	(800)	(684)
Municipal	19.322	13.755	9.522	42.599	34.145	(3.234)	(1.059)
	<b>45.774</b>	<b>20.216</b>	<b>17.040</b>	<b>83.030</b>	<b>69.957</b>	<b>(4.591)</b>	<b>(2.297)</b>
Iluminação pública	25.061	11.528	17.430	54.019	39.596	(6.062)	(3.258)
Serviço público	30.558	20.900	9.721	61.179	33.545	(1.772)	(1.971)
	<b>101.393</b>	<b>52.644</b>	<b>44.191</b>	<b>198.228</b>	<b>143.098</b>	<b>(12.425)</b>	<b>(7.526)</b>
Fornecimento não faturado	227.338	-	-	227.338	233.093	-	-
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>914.274</b>	<b>329.264</b>	<b>196.168</b>	<b>1.439.706</b>	<b>1.249.082</b>	<b>(98.718)</b>	<b>(67.339)</b>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	18.739	17.465	36.483	72.687	72.922	-	-
Contratos Bilaterais	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos moratórios	19.939	8.494	14.559	42.992	19.836	-	-
Serviços prestados a terceiros	5.858	2.984	3.793	12.635	11.987	-	-
Disponibilização do sistema de Transmissão e Distribuição	21.477	4.024	5.502	31.003	24.617	-	-
Suprimento	83	-	-	83	855	-	-
Outros créditos	28.717	8.057	9.125	45.899	42.082	(1.511)	(2.020)
<b>TOTAL</b>	<b>1.009.087</b>	<b>370.288</b>	<b>265.630</b>	<b>1.645.005</b>	<b>1.421.381</b>	<b>(100.229)</b>	<b>(69.359)</b>
Ativo Circulante				1.457.332	1.248.285	(99.866)	(69.359)
Ativo Não Circulante				187.673	173.096	(363)	-

As contas a receber de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e parcelamentos com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa.

### Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os valores correspondentes às operações junto à CCEE, foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações de venda de “energia de curto prazo” no âmbito da CCEE, (Mercado Atacadista de Energia – MAE, à época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após, conclusão dos trabalhos da auditoria, e as realizadas após essa data, geraram um direito de crédito para as controladas COELBA, CELPE, COSERN e NC ENERGIA, conforme demonstrado a seguir:

	2006			2005
	Janeiro/2003 a dezembro/2006	Setembro/2000 a dezembro/2002	Total	Total
Valores a receber	67.743	396.568	464.311	432.622
Atualização monetária	132	14.285	14.416	11.963
Valores recebidos	(62.703)	(343.338)	(406.041)	(371.663)
<b>Saldo a receber em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>5.172</b>	<b>67.515</b>	<b>72.687</b>	<b>72.922</b>
Valor em litígio judicial	-	48.793	48.793	48.789
Valores negociados com os agentes	-	5.321	5.321	9.061
Valores não negociados	-	13.401	13.400	15.072



Os valores da “energia de curto prazo” podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por algumas empresas do setor, contra a ANEEL, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Os referidos processos encontram-se sob análise da jurisdição federal em 1ª. e 2ª. Instâncias. As controladas não são partes processuais, porém, como têm interesse direto no resultado das demandas figuram como assistentes processuais.

## 9. TÍTULOS A RECEBER

Referem-se aos parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia em atraso, de órgãos públicos e de prestação de serviços (obras e serviços para terceiros).

	Saldos Vincendos	Saldos Vencidos		CONSOLIDADO Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2006	2005 Reclassificado	2006	2005 Reclassificado
Setor público	277.590	3.873	11.814	293.277	266.370	(16.254)	(7.687)
Setor privado	40.626	802	1.780	43.208	54.117	(9.274)	(5.733)
<b>Total</b>	<b>318.216</b>	<b>4.675</b>	<b>13.594</b>	<b>336.485</b>	<b>320.487</b>	<b>(25.528)</b>	<b>(13.420)</b>
Ativo Circulante				83.444	70.068	(25.528)	(13.420)
Ativo Não Circulante				253.041	250.419	-	-

Os parcelamentos de débito incluem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores são considerados recuperáveis pela Administração das controladas.

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 128.079 (R\$ 128.639 em 31 de dezembro de 2005), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº 2016/CCE/2004 e 2033/CME/2005.

## 10. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração das Controladas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

As controladas COELBA, CELPE e COSERN efetivam as baixas de contas a receber de consumidores de valores inferiores a R\$ 5 nos termos da Lei nº 9430, de 27 de dezembro de 1996. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(100.229)	(69.359)
Títulos a receber	(25.528)	(13.420)
Outros créditos	(787)	(973)
<b>Total</b>	<b>(126.544)</b>	<b>(83.752)</b>
Ativo Circulante	(126.181)	(83.752)
Ativo Não Circulante	(363)	-

## 11. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Ref.	CONSOLIDADO			
		Ativo		Passivo	
		2006	2005	2006	2005
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
			Reclassificado		Reclassificado
<b>Acordo Geral do Setor Elétrico</b>	(a)				
Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE		202.120	151.586	209.208	282.980
Energia livre – racionamento		92.267	153.603	83.999	148.748
<b>Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela “A” – racionamento</b>		–	<b>124.328</b>	–	<b>108.061</b>
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela “A” – CVA	(b)	87.143	110.162	187.838	102.624
<b>PIS/COFINS</b>	(c)	<b>43.038</b>	<b>24.318</b>	<b>12.543</b>	<b>123.022</b>
<b>Revisão tarifária periódica</b>	(d)	<b>372.205</b>	<b>118.813</b>	<b>217.230</b>	<b>150.634</b>
<b>Energia elétrica excedente</b>	(e)	<b>13.875</b>	<b>14.007</b>	<b>7.891</b>	<b>883</b>
Subsídio a irrigantes	(f)	7.230	4	–	–
Exposição financeira	(g)	179	–	5.830	2.756
Redução da tarifa de uso dos sistemas de distribuição	(h)	10.403	245	–	–
Compra de energia	(i)	32.505	44.824	42.231	98.539
Outros	(j)	747	3.268	127	–
<b>Total</b>		<b>861.712</b>	<b>745.158</b>	<b>766.897</b>	<b>1.018.247</b>

	Ref.	CONSOLIDADO			
		Passivo		Ativo	
		2006	2005	2006	2005
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
			Reclassificado		Reclassificado
<b>Acordo geral do setor elétrico</b>	(a)				
Energia livre – racionamento		90.965	143.090	86.811	134.268
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela “A” – racionamento		–	5.199	–	4.540
<b>Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela “A” – CVA</b>	(b)	<b>38.402</b>	<b>25.826</b>	<b>7.228</b>	<b>26.225</b>
<b>PIS/COFINS</b>	(c)	<b>952</b>	<b>324</b>	–	–
<b>Exposição financeira</b>	(g)	<b>2.084</b>	–	–	–
<b>Total</b>		<b>132.403</b>	<b>174.439</b>	<b>94.039</b>	<b>165.033</b>

### (a) Acordo Geral do Setor Elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, o “Acordo Geral do Setor Elétrico”, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda), iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vêm sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. sobre 90% do saldo. A ANEEL, através do Ofício Circular nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005; e 074, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- **Para o item Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE**, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e (ii) sobre os 10% não financiados, taxa SELIC (BACEN);
- **Para o item Energia Livre**, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e para as Geradoras que não obtiveram financiamento, a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);
- **Para o item “Parcela A”** (parcela de custos componentes da tarifa de energia não gerenciáveis pela concessionária), a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

#### ■ **Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE**

A Resolução ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004, definiu o prazo máximo de permanência do adicional tarifário para a RTE nas tarifas de fornecimento para 74 meses para a COELBA e CELPE e 102 meses para a COSERN, excluindo deste prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”, relativos ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

Para a CELPE este prazo é suficiente para a realização desses valores.

A COELBA e a COSERN avaliaram a recuperação em função dos prazos e constituíram provisão para perda na realização da RTE no valor de R\$ 73.649 (R\$ 60.284 em 2005).

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Recomposição tarifária extraordinária (homologado)	629.758	629.758
Remuneração financeira	569.574	500.450
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(73.649)	(60.284)
(-) Reversão acumulada	(771.977)	(577.736)
<b>Total</b>	<b>353.706</b>	<b>492.188</b>
Ativo Circulante	202.120	209.208
Ativo Não Circulante	151.586	282.980

#### ■ **Energia Livre – Racionamento**

A Energia Livre é a energia injetada no sistema elétrico, não previsto nos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais.

A ANEEL, através da Resolução nº 36, de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu os procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de Energia Livre, calculados com a aplicação de 25,65% pela COELBA, 31,62% pela CELPE e 18,71% pela COSERN sobre a arrecadação da RTE.

Em 12 de janeiro de 2004, a ANEEL editou a Resolução nº 001 homologando novo valor da Energia Livre relativa ao período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 e através da Resolução nº 45, de 3 de março de 2004, alterou o percentual a ser aplicado à arrecadação da RTE a título de repasse de Energia Livre para as controladas COELBA, CELPE e COSERN para 27,46%, 33,69% e 19,45% respectivamente.

Os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2006 e 2005 como Energia Livre, têm a seguinte composição:

	CONSOLIDADO			
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Energia livre (homologado)	176.964	69.817	179.760	67.021
Encargos	10.566	11.300	-	-
Transferências	(213.184)	213.184	(215.927)	217.320
(-) Reversão acumulada	-	(210.113)	-	(203.596)
Remuneração financeira	179.257	4.245	179.257	4.245
Ajuste	-	3.834	-	5.975
<b>Total em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>153.603</b>	<b>92.267</b>	<b>143.090</b>	<b>90.965</b>
<b>Total em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>148.748</b>	<b>83.999</b>	<b>134.268</b>	<b>86.811</b>

Detalhamento do saldo passivo de energia livre:

	CONSOLIDADO 2006
<b>AES Tietê S.A.</b>	<b>11.412</b>
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA	4.111
Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEF	5.582
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC	4.013
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS	614
Companhia Energética de São Paulo – CESP	35.066
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	47.513
Empresa Geradora de Energia Elétrica do Sul do Brasil – CGTEE	603
Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF	50.724
Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL-G	3.897
CPFL Geração de Energia S.A. – CPFL-G	674
Duke Energy Internacional – Geração Paranapanema S.A. – DUKE	9.391
Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB	8
Companhia Energética de Brasília – CEB	27
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – EEVP	2.809
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE	12.851
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE	3.110
Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE	6.841
Furnas Centrais Elétricas S.A. – FURNAS	30.756
Rio Grande Energia – RGE	1.365
Tractebel Energia S.A. – TRACTEBEL	2.688
<b>Total</b>	<b>234.055</b>
Passivo Circulante	90.965
Passivo Não Circulante	143.090

■ **Valores Tarifários não Gerenciáveis a compensar da “Parcela A” – Racionamento**

A Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA registra as variações de custos, negativas ou positivas, dos itens “não gerenciáveis”, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Valores tarifários não gerenciáveis de parcela “A” – racionamento (homologado)	47.735	47.735
Remuneração financeira	71.394	55.786
<b>Total</b>	<b>119.129</b>	<b>103.521</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>124.328</b>	<b>108.061</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>(5.199)</b>	<b>(4.540)</b>

	CONSOLIDADO Não Circulante	
	Ativo	Passivo
Subvenção para conta de consumo de combustível – CCC	6.771	-
Reserva global de reversão – RGR	3.832	3.373
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica – TFSEE	743	-
Encargos de conexão no sistema de transmissão	995	1.826
Tarifa de utilização do sistema de transmissão – TUST	33.270	-
Energia comprada para revenda	78.717	-
<b>Total em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>124.328</b>	<b>5.199</b>
<b>Total em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>108.061</b>	<b>4.540</b>



A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da “Parcela A”, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados através de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda), iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da RTE. Mediante Resolução nº 001, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”.

### (b) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

	Ref.	CONSOLIDADO					
		Circulante	Ativo Não Circulante	Total	Circulante	Passivo Não Circulante	Total
CVA – CELPE 26 de outubro de 2001 a 28 de fevereiro de 2004	(1)	10.547	–	10.547	–	–	–
CVA – COELBA e COSERN 23 de março de 2004 a 22 de março de 2005, e CELPE 01 de março de 2004 a 31 de março de 2005.	(2)	5.678	–	5.678	385	–	385
CVA – COELBA e COSERN 23 de março de 2005 a 22 de março de 2006, CELPE 1º de abril de 2005 a 31 de março de 2006.	(3)	50.246	100.936	151.182	17.040	–	17.040
CVA – COELBA e COSERN 23 de março de 2006 a 22 de março de 2007, CELPE 1º de abril de 2006 a 31 de março de 2007.	(4)	20.672	9.226	29.898	20.977	25.826	46.803
<b>Total em 31 de dezembro de 2006</b>		<b>87.143</b>	<b>110.162</b>	<b>197.305</b>	<b>38.402</b>	<b>25.826</b>	<b>64.228</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2005</b>		<b>187.838</b>	<b>102.624</b>	<b>290.462</b>	<b>7.228</b>	<b>26.225</b>	<b>33.453</b>

#### Na COELBA as variações de custo ocorridas foram:

- (2) Reconhecidas no reajuste tarifário de 22 de abril de 2005, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 34.059.
- (3) Reconhecidas no reajuste tarifário de 22 de abril de 2006, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 20.557.
- (4) Serão reconhecidas no reajuste tarifário de 2007.

#### Na CELPE as variações de custo ocorridas foram:

- (1) Reconhecidas no reajuste tarifário de 29 de março de 2004, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 39.266.
- (2) Reconhecidas no reajuste tarifário de 29 de abril de 2005, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 35.731.
- (3) Reconhecidas no reajuste tarifário de 29 de abril de 2006, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 58.998.
- (4) Serão reconhecidas no reajuste tarifário de 2007.

#### Na COSERN as variações de custo ocorridas foram:

- (2) Reconhecidas no reajuste tarifário de abril de 2005, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 5.276.
- (3) Reconhecidas no reajuste tarifário de abril de 2006, já tendo sido recuperado neste exercício o montante de R\$ 4.091.
- (4) Serão consideradas no reajuste tarifário de abril de 2007.

CVA	CONSOLIDADO				Saldos em 31/12/2006
	Saldos em 31/12/2005	Remuneração	Ativo Constituição	Passivo Amortização	
CCC	21.847	6.515	48.951	(48.451)	28.862
CDE	4.554	840	2.190	(5.029)	2.555
ESS	1.404	279	780	(1.667)	796
TRANSPORTE	50.818	5.060	(3.073)	(42.876)	9.929
CONEXÃO	84	–	–	(84)	–
ENERGIA COMPRADA	211.432	22.293	15.114	(96.805)	152.034
PROINFA	323	839	9.085	(7.118)	3.129
<b>Total</b>	<b>290.462</b>	<b>35.826</b>	<b>73.047</b>	<b>(202.030)</b>	<b>197.305</b>

CVA	CONSOLIDADO				Saldos em 31/12/2006
	Saldos em 31/12/2005	Remuneração	Constituição	Amortização	
CCC	-	60	11.687	(4.566)	7.181
CDE	-	-	4.987	-	4.987
TRANSPORTE	32.794	8.373	24.596	(28.670)	37.093
CONEXÃO	-	52	7.927	-	7.979
ENERGIA COMPRADA	659	64	3.026	(940)	2.809
PROINFA	-	-	4.179	-	4.179
<b>Total</b>	<b>33.453</b>	<b>8.549</b>	<b>56.402</b>	<b>(34.176)</b>	<b>64.228</b>

### (c) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, as controladas CO-ELBA, COSERN e CELPE procederam ao reconhecimento dos valores apurados em consequência da mudança do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei nº 10.637/02 do PIS, de 30/12/2002, e Lei nº 10.833/03 do COFINS, de 29/12/2003.

	CONSOLIDADO		
	Ativo 2006	2005	Passivo 2006
<b>PIS/COFINS</b>			
<b>Ativo regulatório das contribuições para:</b>			
PIS (dezembro de 2002 a dezembro de 2006)	20.879	35.912	1.036
COFINS (fevereiro de 2004 a dezembro de 2006)	46.477	99.653	240
<b>Total</b>	<b>67.356</b>	<b>135.565</b>	<b>1.276</b>
Circulante	43.038	12.543	952
Não Circulante	24.318	123.022	324

	CONSOLIDADO		
	PIS	Ativo COFINS	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>35.911</b>	<b>99.654</b>	<b>135.565</b>
Remuneração	2.711	7.327	10.038
Constituição	1.609	994	2.603
Amortização	(19.374)	(62.164)	(81.538)
Ajuste	22	666	688
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>20.879</b>	<b>46.477</b>	<b>67.356</b>

	CONSOLIDADO		
	PIS	Passivo COFINS	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	-	-	-
Remuneração	25	-	25
Constituição	3.084	21	3.105
Amortização	(2.073)	881	(1.192)
Ajuste	-	(662)	(662)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>1.036</b>	<b>240</b>	<b>1.276</b>

Os saldos em 31 de dezembro de 2006 para a COELBA e CELPE dos valores reconhecidos até 30 de junho de 2005 e 29 de abril de 2005 respectivamente incluem atualização monetária com base na variação do IGPM.

#### ■ COELBA

Através do Memorando nº 210, de 7 de abril de 2005, a ANEEL homologou em caráter provisório parte das diferenças sem cobertura tarifária do período de dezembro de 2002 até 30 de junho de 2005, para o PIS, no montante de R\$ 19.666 e do período de dezembro de 2003 até julho de 2005, para a COFINS, no montante de R\$ 54.990, que serão recuperadas, atualizadas, no prazo de três anos, iniciando-se em abril de 2005.

No processo de reajuste tarifário de 2006, a ANEEL, através do Memorando nº 186, de 5 de abril de 2006, recalculou os valores homologados de forma provisória em 2005, considerando um novo critério, que atualizado monetariamente pela variação do IGPM até abril de 2006, e subtraídos dos valores contemplados no reajuste de 2005 resultam nos montantes financeiros de R\$ 17.879 para o PIS, e R\$ 53.517 para o COFINS, a serem recuperados em um ano, iniciando-se em abril de 2006.

A partir de 1º de julho de 2005, a Controlada efetuou a exclusão dos tributos do PIS/COFINS do cálculo das tarifas de energia elétrica e passou a efetuar a cobrança aos consumidores separadamente, conforme Resolução Homologatória nº 107, de 18 de abril de 2005.

#### ■ CELPE

Com base na Nota Técnica nº 127, de 26 de abril de 2005, a ANEEL homologou, em caráter provisório parte das diferenças sem cobertura tarifária do período de dezembro de 2002 até abril de 2005, para o PIS, no montante de R\$ 13.701 e do período de fevereiro de 2004 até abril de 2005, para a COFINS, no montante de R\$ 32.780, que serão recuperados no prazo de dois anos, iniciado em 29 de abril de 2005.

No processo de reajuste tarifário de 2006, a ANEEL, através da Resolução nº 327, de 28 de abril de 2006, recalculou os valores homologados de forma provisória em 2005, considerando um novo critério, que atualizado monetariamente pelo IGPM até abril de 2006, e subtraídos dos valores contemplados na Revisão Tarifária Periódica de 2005, resultam no montante de R\$ 2.300, onde R\$ (3.822) são referentes ao PIS, R\$ 2.674 à COFINS e R\$ 3.448 são correspondentes à respectiva atualização monetária, a serem recuperados no período de um ano, iniciando-se em abril de 2006.

A partir de 29 de abril de 2005, a Controlada efetuou a exclusão dos tributos do PIS/COFINS do cálculo das tarifas de energia elétrica e passou a efetuar a cobrança aos consumidores separadamente, conforme Resolução Homologatória nº 112, de 9 de maio de 2005.

#### ■ COSERN

Através do Memorando nº 211, de 7 de abril de 2005, a ANEEL homologou, em caráter provisório, parte das diferenças sem cobertura tarifária do período de dezembro de 2002 a junho de 2005 para o PIS, no montante de R\$ 4.818 e do período de fevereiro de 2004 a junho de 2005, para a COFINS, no montante de R\$ 13.970.

No processo de reajuste tarifário de 2006, a ANEEL, através do Memorando nº 183, de 7 de abril de 2006, recalculou os valores homologados de forma provisória em 2005, considerando um novo critério, que atualizado monetariamente pela variação do IGPM até abril de 2006, e subtraídos dos valores contemplados no reajuste de 2005, resultam nos montantes financeiros de R\$ 4.276 para o PIS, e R\$ 16.137 para a COFINS, a serem recuperados em um ano, iniciando-se em abril de 2006.

A partir de 1º de julho de 2005, a ANEEL efetuou a exclusão dos tributos do PIS/COFINS do cálculo das tarifas de energia elétrica da Controlada, autorizando-a a efetuar a cobrança aos consumidores separadamente, conforme Resolução Homologatória nº 103, de 18 de abril de 2005. Somente a partir de 15 de setembro de 2005, em função da suspensão da liminar referente à Ação Cível Pública, processo nº 2005.84.00.005077-5, foi que a Companhia iniciou a cobrança com o PIS/COFINS sendo agregado às tarifas.

### (d) Revisão Tarifária Periódica

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Revisão tarifária periódica	371.241	512.799
Constituição	417.282	130.362
Remuneração	69.681	(269.854)
Amortização	(356.284)	(5.443)
<b>Total</b>	<b>501.920</b>	<b>367.864</b>
Ativo Circulante	383.107	217.230
Ativo Não Circulante	118.813	150.634

## ■ COELBA

### Reposicionamento Tarifário

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 104, de 18 de abril de 2005, homologou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da Controlada, ocorrida em abril de 2003, fixando o reposicionamento tarifário em 38,78%, aplicável sobre as tarifas vigentes no período anterior à referida revisão. O objetivo do reposicionamento das tarifas no processo de revisão tarifária quinquenal é proporcionar a receita necessária à cobertura dos custos operacionais e à remuneração dos investimentos.

Esse índice definitivo de reposicionamento das tarifas, com efeito retroativo a 22 de abril de 2003, substituiu o reposicionamento fixado, provisoriamente, em 31,28%, através da Resolução Homologatória nº 102, de 20 de abril de 2004, que, por sua vez, havia alterado o índice de 31,49% fixado, também de forma provisória, através da Resolução Homologatória nº 202, de 16 de abril de 2003.

O aumento verificado em relação ao índice provisório deveu-se ao reconhecimento de custos na “Empresa de Referência” e, principalmente, na homologação do valor definitivo de R\$ 2.033.575 da “Base de Remuneração Regulatória” (anteriormente estabelecida provisoriamente no valor de R\$ 1.774.966).

Atendendo ao princípio da modicidade tarifária e à condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão nº 010/97, as tarifas de fornecimento de energia da Controlada foram revisadas em 28,61%, para o primeiro ano de vigência da revisão tarifária compreendido entre 22 de abril de 2003 e 21 de abril de 2004, equivalente ao cálculo do Índice de Reajuste Tarifário – IRT.

O diferencial de 10,17 pontos percentuais (equivalente a 7,91%), verificado entre os índices de reposicionamento e de reajuste tarifário, constitui uma receita diferida e será compensado em parcelas anuais de R\$ 79.997 (valor considerado no reajuste de abril de 2006 – R\$ 92.529), a serem atualizadas e acrescidas à Parcela B, nos reajustes tarifários de 2004 a 2007.

No reajuste tarifário anual de 2004 havia sido aplicado como acréscimo à Parcela B (parcela de custos componentes da tarifa de energia gerenciáveis pela concessionária) o valor provisório de R\$ 21.028 (em decorrência do diferimento entre o reposicionamento provisório de 2003, de 31,28%, e o percentual de reajuste tarifário anual de 28,61%). A diferença no reajuste tarifário anual de 2004, em função da substituição do acréscimo à Parcela B do valor provisório de R\$ 21.028 pelo valor definitivo de R\$ 79.997, gerou um montante de R\$ 59.827 a ser pago pelos consumidores nos doze meses subsequentes ao reajuste de 2005.

O ativo regulatório de reposicionamento da revisão tarifária, atualizado e acumulado até dezembro de 2006, decorrente da receita diferida, líquido das reversões, relativas ao período de 22 de abril de 2003 a 31 de dezembro de 2006, corresponde a:

### Desverticalização da Atividade de Transmissão

Para eliminar os efeitos da segregação dos ativos de transmissão no processo de revisão tarifária, a ANEEL recalculou, de forma provisória, o reposicionamento das tarifas, que reproduz a receita de equilíbrio econômico da concessão, apurando-se o valor de R\$ 31.523, a ser deduzido da receita requerida sob a forma de componente financeiro, no período de um ano, iniciando-se em abril de 2006.

	CONSOLIDADO
	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2005	-
Constituição	(31.523)
Amortização	20.621
Saldo em 31 de dezembro de 2006	(10.902)

## ■ CELPE

A ANEEL, mediante a Resolução Homologatória nº 112, de 9 de maio de 2005, homologou, em caráter provisório, o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Controlada, fixando o reposicionamento tarifário em 21,50%, aplicável sobre as tarifas vigentes no período anterior à referida revisão. O objetivo do reposicionamento das tarifas no processo de revisão tarifária é proporcionar a receita necessária à cobertura dos custos operacionais e à remuneração dos investimentos.



Atendendo ao princípio da modicidade tarifária e a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão nº 026/2000, as tarifas de fornecimento de energia da Controlada foram revisadas em 12,50%, para o primeiro ano de vigência da revisão tarifária compreendido entre 29 de abril de 2005 e 28 de abril de 2006, equivalente ao cálculo do Índice de Reajuste Tarifário – IRT.

O diferencial de 9,00 pontos percentuais (equivalente a 8,00%), verificado entre os índices de reposicionamento e de reajuste tarifário, constitui uma receita diferida e será compensado em parcelas anuais de R\$ 93.652, a serem atualizadas e acrescidas à Parcela B, nos reajustes tarifários de 2006 a 2008.

As tarifas de fornecimento de energia elétrica da CELPE foram reajustadas em 24,43%, sendo 12,50% relativos ao reposicionamento tarifário diferido e 11,93% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

Adicionalmente, a CELPE foi autorizada a incluir no valor pago pelo consumidor, as despesas do PIS e da COFINS efetivamente incorridas pela Concessionária no exercício da atividade de distribuição.

Em 27 de maio de 2005, foi expedido, em caráter de liminar, o mandado de citação e intimação nº 737-2/2005, que suspende os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 112, de 9 de maio de 2005, e determina que a ANEEL fixe, provisoriamente, novos percentuais para as tarifas de energia.

Em atendimento ao mandado supracitado, no período entre 28 de maio de 2005 e 8 de junho de 2005, a Controlada retirou o reajuste de suas tarifas.

Em 8 de junho de 2005, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 116 que altera os resultados da primeira revisão tarifária periódica, estabelecidos pela Resolução Homologatória ANEEL nº 112, de 9 de maio de 2005.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 116, de 8 de junho de 2005, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da CELPE estão reajustadas em 7,40%, sendo 0,70% relativos ao reposicionamento tarifário diferido e 6,70% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

Em 13 de setembro de 2005, o presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ, suspendeu os efeitos do mandado de citação e intimação nº 737-2/2005, restabelecendo a vigência do reajuste médio de 24,43%.

Em 19 de setembro de 2005, a juíza substituta da 3ª Vara Federal determinou, mediante decisão interlocutória, que a Controlada não realize a cobrança retroativa a 29 de abril de 2005 referente à diferença de percentual entre o reajuste de 24,43% e 7,4%.

Em 21 de abril de 2006 foi publicada sentença desfavorável à Controlada, tendo sido oposto Embargo Declaratório, que foi acatado parcialmente. Em 4 de julho de 2006, a Controlada interpôs recurso de apelação contra a sentença desfavorável.

A ANEEL, mediante a Resolução Homologatória nº 326, de 28 de abril de 2006, homologou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da Controlada, fixando o reposicionamento tarifário em 23,57%, aplicável sobre as tarifas vigentes no período anterior à referida revisão.

O diferencial de 11,07 pontos percentuais, verificado entre os índices de reposicionamento e de reajuste tarifário, constitui uma receita diferida e será compensado em parcelas anuais de R\$ 115.278, a serem atualizadas e acrescidas à Parcela B, nos reajustes tarifários de 2006 a 2008.

A alteração do diferencial de 9 para 11,07 pontos percentuais impactou num acréscimo de R\$ 62.036, reconhecido pela Controlada no 2º trimestre de 2006.

Em 31 de dezembro de 2006, os custos de energia homologados definitivamente pela ANEEL quando do Reajuste Tarifário de 2006 e da conclusão da 1ª Revisão Tarifária Periódica de 2005, montam em R\$ 295.385 (R\$ 194.954, líquidos de impostos), atingindo o valor de R\$ 211.883 quando amortizado e atualizado (R\$ 139.843, líquidos de impostos), dos quais R\$ 100.936 (R\$ 66.618, líquidos de impostos) estão impossibilitados temporariamente de serem cobrados por meio da referida decisão interlocutória.

#### ■ COSERN

A ANEEL, através da Resolução nº 200, de 16 de abril de 2003, estabeleceu os resultados da primeira revisão tarifária periódica da Controlada, e fixou o reposicionamento tarifário provisório em 11,49% a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica vigentes. Posteriormente, em 2004 e 2005, a ANEEL complementou os resultados da primeira revisão tarifária da Controlada e fixou o reposicionamento tarifário provisório em 14,99%. A perda ocorrida até o reconhecimento do percentual definitivo foi considerada nos reajustes de 2004 e de 2005, na forma de Ajuste da Revisão Tarifária Periódica e o seu valor reconhecido como Ativo Regulatório a ser compensado nos 12 meses posteriores ao reajuste tarifário. Os valores diferidos e contabilizados em dezembro de 2005, de R\$ 274, já foram realizados até fevereiro de 2006.

### (e) Energia Elétrica Excedente

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

A definição dos critérios para o repasse desse custo de sobrecontratação de energia é objeto da Audiência Pública 002/2006, instituída em 22 de fevereiro de 2006 e ainda em andamento, por esse motivo a ANEEL homologou no reajuste tarifário de 2006, de forma provisória, o montante de R\$ 5.994, e R\$ 9.769, para COELBA e CELPE, respectivamente, referente ao período de janeiro de 2005 a janeiro de 2006 e R\$ 3.401 para COSERN, referente ao período de janeiro a dezembro de 2005, a serem recuperados num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2006.

	CONSOLIDADO
	Ativo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>8.774</b>
Constituição	32.217
Remuneração	62
Amortização	(13.171)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>27.882</b>
Ativo Circulante	13.875
Ativo Não Circulante	14.007

### (f) Subsídio a Irrigantes

A Resolução nº 540, de 1º de outubro de 2002, implementou o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes ao consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte.

Esse dispositivo legal ampliou o horário, estabelecido na Portaria DNAEE 105, de 3 de abril de 1992, das 23h às 5h do dia seguinte, em que eram concedidos descontos especiais que, no Nordeste, permaneceram de 90%, para consumidores do Grupo A (alta tensão), e 73%, para o Grupo B (baixa tensão).

A Resolução Normativa nº 207, de 9 de janeiro de 2006, que “estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aqüicultura”, dispôs no Artigo 6º que “o valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos nesta Resolução, configura direito da concessionária a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração”.

No reajuste tarifário de 2006, está sendo repassada à tarifa, a diferença econômico-financeira referente aos descontos especiais ocorridos nessa extensão de horário, no período de janeiro de 2004 a fevereiro de 2006 para a COELBA e de abril a dezembro de 2006 para a COSERN, a serem recuperados no próximo reajuste tarifário, conforme demonstrado a seguir:

	CONSOLIDADO
	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>-</b>
Constituição	20.748
Remuneração	22
Amortização	(13.552)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>7.218</b>

### (g) Exposição financeira

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 28, trata que as eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, positivas ou negativas, serão assumidas pelos agentes de distribuição, garantindo o repasse ao consumidor final.

A ANEEL homologou no reajuste tarifário de 2006, o montante de R\$ 309 e R\$ 325, para a CELPE e COSERN, respectivamente, a ser recuperado num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2006.

A CELPE e a COSERN efetuaram os registros contábeis decorrentes, cujos montantes em 31 de dezembro de 2006 são de R\$ 91 e R\$ 88, respectivamente.

Adicionalmente a COSERN registrou, até 31 de dezembro de 2006, um passivo relativo a Exposição Financeira, no valor de R\$ 2.084.

#### (h) Redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição

A Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, em seu art. 7, configura o direito da concessionária de distribuição compensar o valor correspondente à redução percentual da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

A ANEEL homologou, no reajuste tarifário de 2006, o montante de R\$ 618 para a CELPE, a ser recuperado num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2006.

As controladas CELPE e COSERN efetuaram os registros contábeis decorrentes, cujos montantes, em 31 de dezembro de 2006, são de R\$ 1.110 e R\$ 2.888, respectivamente.

	2006
COELBA	6.650
COSERN	2.888
CELPE	1.110
<b>Total</b>	<b>10.648</b>
Ativo Circulante	10.403
Ativo Não Circulante	245

#### (i) Compra de energia

Com a entrada em operação, em maio de 2004, da usina termoeletrica TERMOPERNAMBUCO, a CELPE solicitou à ANEEL um reajuste tarifário extraordinário visando à cobertura dos custos adicionais com a compra de energia.

Em reunião pública deliberativa, realizada em 08 de novembro de 2004, a diretoria da ANEEL reconheceu o direito da CELPE ao repasse dos custos adicionais com compra de energia elétrica da TERMOPERNAMBUCO, desde a entrada em operação comercial desta usina, por meio de constituição de ativo regulatório.

As faturas emitidas até outubro de 2004, montam em R\$ 145.986, atingindo o valor de R\$ 77.329 quando amortizado e atualizado pelo IGPM. A partir desta data, estes estão sendo incluídos na CVA de acordo com a Portaria Interministerial nº 361, de 26 de novembro de 2004.

#### (j) Outros

Custos adicionais reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 147, de 24 de abril de 2006, para a CELPE e da Nota Técnica nº 133, de 6 de abril de 2006, para a COSERN. A serem recuperados num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2006. Também incluem-se aí os valores referentes à remuneração das instalações (rede básica) da AFLUENTE no período de abril de 2006 a junho de 2006, os quais desde o processo de desverticalização deixaram de ser remunerados.

## 12. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	CONSOLIDADO		
			Taxas	2006	2005
Banco Nordeste do Brasil	CDB/CDI	Jul/07	99,5 CDI	-	2.962
Banco Nordeste do Brasil	CDB	Jul/07	99 CDI	12.349	5.828
Banco Nordeste do Brasil	CDB	Dez/12	100 CDI	20.353	-
Banco Nordeste do Brasil	CDB	Nov/06	100 CDI	-	11.983
Bradesco	CDB	Diversos	99 CDI	1.133	939
Bradesco	CDB/CDI	Diversos	99 CDI	724	741
Santander	CDI	Out/08	100,7 CDI	21.820	13.311
Banco do Brasil	CDB	Diversos	Diversos	14.226	220
Banco Itaú	Fundos de Investimentos	jan/06	100 CDI	-	8.646
<b>Total</b>				<b>70.605</b>	<b>44.630</b>
Ativo Circulante				44.938	32.114
Ativo Não Circulante				25.667	12.516

(\*) As Aplicações Financeiras em Títulos e Valores Mobiliários das controladas COELBA, CELPE e COSERN constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 26).

O montante de R\$ 7.519 em 31 de dezembro de 2006 da COELBA, referente a Títulos no Banco do Brasil, constitui garantia suplementar para pagamento de contratos de energia.

## 13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Ref.	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
		2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Imposto de Renda – IR	(1)	3.584	4.139	5.336	13.855	29.248	80.904	27.200	30.786
Contribuição Social – CSLL	(1)	113	84	-	-	17.680	36.941	-	-
ICMS	(2)	-	-	-	-	156.602	136.710	108.056	124.237
PIS	(3)	16	16	1.693	2.504	4.001	8.227	11.768	11.362
COFINS	(3)	629	73	7.799	11.534	14.489	43.414	54.245	52.340
INSS		-	-	14	12	1.883	5.537	6.694	4.652
FGTS		-	-	8	-	-	-	1.879	1.877
IOF		-	-	91	-	-	-	91	-
Outros		25	75	20	64	6.456	8.896	16.118	13.677
<b>Total</b>		<b>4.367</b>	<b>4.387</b>	<b>14.961</b>	<b>27.969</b>	<b>230.359</b>	<b>320.629</b>	<b>226.050</b>	<b>238.931</b>
Circulante		4.367	4.387	14.961	27.969	139.202	193.136	201.384	187.866
Não Circulante		-	-	-	-	91.157	127.493	24.666	51.065

(1) Correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos (antecipados), quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(2) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, as controladas vêm registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

A COELBA também possui:

- parcela deferida do requerimento de restituição de ICMS, no valor de R\$ 14.691, referente à cobrança de estorno de débito de ICMS pelo cancelamento e/ou reificação de Notas Fiscais Conta de Energia Elétrica, no período 01/2001 a 07/2004, em desacordo com a forma permitida no Regime Especial nº 614.130/93; e
- diversos créditos de incentivo fiscal a recuperar de ICMS, no montante de R\$ 3.384.

(3) O PIS e a COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 510.637/02 e 10.833/03, respectivamente, da apuração mensal e das antecipações de órgãos públicos.

A Lei nº 11.196/05, resultante da MP 255/05, garante o direito à TERMO PERAMBUCO em pagar o PIS e a COFINS no regime cumulativo para os contratos de fornecimento de energia (PPAs) firmados anteriores a outubro de 2003 com preço pré-determinado. Essa lei produz efeitos retroativos a novembro de 2003.



## 14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

As controladas COELBA, CELPE, COSERN, ITAPEBI e AFLUENTE registraram os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária, energia livre, compra de energia, ativo regulatório, reposicionamento tarifário e diferencial de alíquota do ICMS incidente na compra de ativo fixo, para o passivo e para o ativo sobre os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização.

O Imposto de Renda nas empresas é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a Contribuição Social constituída à alíquota de 9%, o PIS constituído à alíquota de 1,65% e a COFINS constituída à alíquota de 7,6%.

Na AFLUENTE o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente, às alíquotas de 0,65% e 3,0%.

	CONSOLIDADO							
	Ativo				Passivo			
	2006		2005		2006		2005	
Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido	
<b>Imposto de Renda</b>								
Prejuízos Fiscais	452.900	113.225	736.480	184.120	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	522.562	130.641	586.181	146.545	956.332	238.331	1.018.984	254.721
	<b>975.462</b>	<b>243.866</b>	<b>1.322.661</b>	<b>330.665</b>	<b>956.332</b>	<b>238.331</b>	<b>1.018.984</b>	<b>254.721</b>
<b>Contribuição Social</b>								
Base Negativa	283.345	25.501	437.111	39.340	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	522.197	46.998	565.464	50.891	900.256	80.764	962.812	86.654
	<b>805.542</b>	<b>72.499</b>	<b>1.002.575</b>	<b>90.231</b>	<b>900.256</b>	<b>80.764</b>	<b>962.812</b>	<b>86.654</b>
<b>PIS</b>								
Diferenças Temporárias	-	-	-	-	1.168.401	19.246	1.246.268	20.563
	-	-	-	-	<b>1.168.401</b>	<b>19.246</b>	<b>1.246.268</b>	<b>20.563</b>
<b>COFINS</b>								
Diferenças Temporárias	-	-	-	-	1.168.390	88.649	1.246.257	94.715
	-	-	-	-	<b>1.168.390</b>	<b>88.649</b>	<b>1.246.257</b>	<b>94.715</b>
<b>TOTAL</b>		<b>316.365</b>		<b>420.896</b>		<b>426.990</b>		<b>456.653</b>
Circulante		110.983		126.806		265.095		169.891
Não Circulante		205.382		294.090		161.895		286.762

A base de cálculo das diferenças temporárias são compostas como segue:

	CONSOLIDADO							
	2006				2005			
	IR	CSLL	PIS	COFINS	IR	CSLL	PIS	COFINS
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>79.852</b>	<b>79.852</b>	-	-	<b>124.737</b>	<b>124.737</b>	-	-
Provisão para contingências	145.426	145.061	-	-	174.084	162.105	-	-
Provisão para passivo atuarial	174.685	174.685	-	-	149.696	149.696	-	-
Provisão para demissão voluntária	1.815	1.815	-	-	1.052	1.052	-	-
PIS/COFINS diferidos	92.977	92.977	5.879	5.868	98.879	98.879	5.879	5.868
Recomposição tarifária extraordinária	353.706	296.373	350.687	350.687	490.824	433.490	487.805	487.805
Revisão tarifária periódica	494.286	494.286	494.286	494.286	367.864	367.864	367.864	367.864
Redução das tarifas de uso do sistema de distribuição	8.245	8.245	8.245	8.245	-	-	-	-
Subsídio a irrigantes	6.049	6.049	6.049	6.049	-	-	-	-
Compra de energia	77.329	77.329	77.329	77.329	140.770	140.770	140.770	140.770
Energia livre	547	547	225.844	225.844	1.427	1.427	239.239	239.239
Subvenção à baixa renda	2.392	2.392	82	82	1.794	1.794	4.711	4.711
Outros	41.585	42.842	-	-	54.038	46.462	-	-
<b>Total</b>	<b>1.478.894</b>	<b>1.422.453</b>	<b>1.168.401</b>	<b>1.168.390</b>	<b>1.605.165</b>	<b>1.528.276</b>	<b>1.246.268</b>	<b>1.246.257</b>
Ativo	522.562	522.197	-	-	586.181	565.464	-	-
Passivo	956.332	900.256	1.168.401	1.168.390	1.018.984	962.812	1.246.268	1.246.257

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal das Controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado em que as mesmas operam, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de Realização	2007	2008	CONSOLIDADO			Total
			2009	2010	2011	
Imposto de Renda	87.196	61.783	43.921	24.117	26.849	243.866
Contribuição Social	23.787	17.040	13.336	8.681	9.655	72.499
	<b>110.983</b>	<b>78.823</b>	<b>57.257</b>	<b>32.798</b>	<b>36.504</b>	<b>316.365</b>

A seguir é apresentada uma reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda da Controlada divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34% em 2006 e 2005.

	CONTROLADORA			
	2006		2005	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	779.973	779.973	620.804	620.804
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
<b>(+) Adições</b>				
Amortização ágio participação societária	105.989	105.989	96.972	96.972
JSCP	225.196	225.196	267.594	267.594
Despesas indedutíveis (inclui provisões)	1.457	1.457	1.989	1.485
Outras adições	9.492	9.492	20.435	20.435
<b>Subtotal adições</b>	<b>342.134</b>	<b>342.134</b>	<b>386.990</b>	<b>386.486</b>
<b>(-) Exclusões</b>				
Equivalência patrimonial	(1.126.524)	(1.126.524)	(1.006.370)	(1.006.370)
Outras exclusões	-	-	(1.557)	(1.557)
<b>Subtotal exclusões</b>	<b>(1.126.524)</b>	<b>(1.126.524)</b>	<b>(1.007.927)</b>	<b>(1.007.927)</b>
Lucro Real	(4.417)	(13.909)	(133)	(637)
Ajustes no resultado	-	-	400	124
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa não reconhecida como ativo fiscal diferido	-	-	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>400</b>	<b>124</b>

## 15. FUNDOS VINCULADOS

### ■ ITAPEBI

#### BNDES

Refere-se a depósitos efetuados no Banco do Brasil S.A. a título de garantia outorgada do contrato de financiamento obtido junto ao BNDES (vide nota explicativa nº 18), tendo por objetivo assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do referido contrato, a qual deverá ser mantida até a liquidação total da obrigação, e sua movimentação somente poderá acontecer por autorização do BNDES. Essa garantia deverá ser equivalente a, no mínimo, seis meses de serviços da totalidade da dívida.

Para as debêntures, esses depósitos têm por objetivo a garantia do pagamento de amortização e juros a ser realizado em janeiro de 2007, o que foi efetuado no dia 2 do corrente mês e para fins de apresentação no balanço patrimonial o valor pago no montante de R\$ 50.071, foi efetuado pelo líquido do passivo das debêntures.

Esses depósitos são remunerados com base na rentabilidade apresentada pelos fundos de investimentos de renda fixa. A rentabilidade do fundo é em função do valor de mercado dos ativos que compõem sua carteira. No mês de dezembro de 2006, a rentabilidade representou 102,55% do CDI.

## ■ TERMOPERNAMBUCO

### BNDES

Refere-se principalmente à “Conta de Reserva do Serviço da Dívida do BNDES”, de acordo com o item XVIII da Cláusula 16 do Aditivo nº 1 ao Contrato de Financiamento com o BNDES, a TERMOPERNAMBUCO deverá manter o saldo mínimo equivalente a seis vezes o valor da última parcela vencida de amortização e juros decorrentes deste Contrato durante o prazo de amortização.

Composição	CONSOLIDADO	
	2006	2005
BNDES	62.790	76.779
OUTROS	4.040	3.898
<b>Total</b>	<b>66.830</b>	<b>80.677</b>
Ativo Circulante	3.675	3.639
Ativo Não Circulante	63.155	77.038

### OUTROS

Referem-se, basicamente, a cauções e depósitos vinculados como garantia na Itapebi exigidos pela CCEE, visando garantir a segurança do processo e redução de risco das operações de liquidação financeira.

## 16. BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de concessão/autorização delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247 de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, as controladas mantém o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo imobilizado.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349 de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 11 de dezembro de 2006, a controlada ITAPEBI, por meio da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2006, concluiu seu processo de incorporação do ágio e da provisão para manutenção da Integridade do patrimônio líquido (PMIPL).

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis, o valor líquido total de R\$ 822.396 (R\$ 862.240 em 2005), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante – realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das controladas apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 são como segue:

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Ágio – incorporado	3.443.491	3.390.014
Provisão constituída	(2.272.705)	(2.237.410)
<b>Benefício fiscal</b>	<b>1.170.786</b>	<b>1.152.604</b>
Amortização de ágio acumulada	(1.024.679)	(854.014)
Reversão da provisão acumulada	676.289	563.650
<b>Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado</b>	<b>822.396</b>	<b>862.240</b>
Ativo Circulante	57.750	52.140
Ativo Não Circulante	764.646	810.100

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão segundo a projeção anual de rentabilidade futura.

O Despacho 2.250, de 20 de dezembro de 2005, alterou a curva autorizada para a amortização do ágio na COELBA.

As curvas de amortização dos ágios das controladas, autorizadas pela ANEEL, estão assim compostas:

Ano	CURVAS DE AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO					Ano	CURVAS DE AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO				
	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI		COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI
2006	0,04440	0,04547	0,05162	0,10610	0,01193	2020	0,03480	0,02907	0,02335	0,01580	0,01338
2007	0,04180	0,04455	0,05038	0,09210	0,13040	2021	0,03280	0,02784	0,02238	0,01380	0,01149
2008	0,04910	0,04297	0,04501	0,07950	0,11838	2022	0,03130	0,02666	0,02140	0,01220	0,00986
2009	0,05250	0,04118	0,04397	0,06640	0,10740	2023	0,02970	0,02551	0,02045	0,01010	0,00847
2010	0,04930	0,04133	0,04184	0,05830	0,09702	2024	0,02820	0,02442	0,01860	0,00830	0,00727
2011	0,04930	0,03983	0,04033	0,05320	0,08710	2025	0,02680	0,02336	0,01773	-	0,00625
2012	0,04750	0,03842	0,03641	0,04640	0,07771	2026	0,02540	0,02235	0,01690	-	0,00536
2013	0,04420	0,03705	0,03480	0,04010	0,06660	2027	-	0,02138	0,01609	-	0,00461
2014	0,04350	0,03741	0,03342	0,03510	0,05944	2028	-	-	0,01476	-	0,00396
2015	0,04340	0,03575	0,03202	0,03100	0,05205	2029	-	-	-	-	0,00340
2016	0,04180	0,03430	0,02918	0,02630	0,04534	2030	-	-	-	-	0,00292
2017	0,04010	0,03289	0,02798	0,02270	0,02878	2031	-	-	-	-	0,00250
2018	0,03790	0,03153	0,02682	0,02100	0,01883	2032	-	-	-	-	0,00215
2019	0,03680	0,03022	0,02573	0,01820	0,01558	2033	-	-	-	-	0,00185

## 17. ESTOQUES

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Estoque total	153.339	99.942
Imobilizado em curso	(139.370)	(90.245)
<b>Total</b>	<b>13.969</b>	<b>9.697</b>



## 18. DEPÓSITOS JUDICIAIS

As controladas COELBA e COSERN acolheram determinação judicial, emanada de Mandado de Segurança individual im-petrado pela Neoenergia S.A., processo nº 2002.5101000216/4, na qual as Companhias foram oficiadas a depositar os valores do Imposto de Renda retido na fonte – IRRF, incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio – JSCP, lançado em dezembro de 2001 nas empresas COELBA e COSERN, em favor da Neoenergia S.A., que deveriam ser recolhidos à Receita Federal. Os referidos depósitos estão atualizados com base na taxa SELIC, cujo montante em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 15.031.

A controlada TERMOPERNAMBUCO também mantém, depósito em juízo de R\$ 5.651 até o julgamento final do mérito, referente ao IRRF incidente sobre a fatura de nº 200.000.0087, emitida em outubro de 2002, relativo à prestação de ser- viço da Iberdrola Energia S.A.

## 19. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Ref.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2006	2005	2006	2005
Gastos com colocação de Debêntures	(1)	-	3.411	20.430	25.313
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(2)	-	-	4.217	4.172
Encargos Financeiros	(3)	-	-	6.019	5.579
Prêmio seguro		-	-	4.117	352
Copergás – Take or Pay	(4)	-	-	-	4.733
Outros		-	-	7.505	4.538
<b>Total</b>		-	<b>3.411</b>	<b>42.288</b>	<b>44.687</b>
Ativo Circulante		-	3.411	20.917	24.313
Ativo Não Circulante		-	-	21.371	20.374

(1) Conforme descrito na nota explicativa nº 27, as controladas COELBA, COSERN, CELPE, TERMOPERNAMBUCO e ITAPEBI emitiram debêntures de longo prazo, e os custos envolvidos no processo de colocação desses títulos no mercado estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente aos prazos de vencimento das debêntures.

(2) A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, art. 3º, instituiu o PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreen- dimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional – SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 250, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu, para o ano de 2006, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao PROINFA, e as controladas COELBA, CELPE e COSERN efetuaram os registros contábeis decorrentes.

(3) Refere-se aos desembolsos financeiros com o financiamento com o BNDES, o qual será amortizado até o vencimento do mesmo.

(4) Refere-se ao saldo remanescente das quantidades pagas e não retiradas de gás, as quais a TERMOPERNAMBUCO poderá recuperar durante a vigência do contrato, até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada.

## 20. OUTROS CRÉDITOS

	Ref.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2006	2005	2006	2005
Subvenção à baixa renda – tarifa social	(1)	-	-	65.752	59.274
Adiantamentos a empregados		136	72	7.900	8.054
Adiantamentos a fornecedores		959	116	16.302	10.263
Repasse de empréstimos e financiamentos		-	-	4.909	3.198
Serviços prestados a terceiros		-	-	7.672	12.299
Encargos CBEE		-	-	3.689	16.223
RGR a compensar		-	-	2.508	5.267
Precatório – Finsocial	(2)	-	-	15.649	17.484
Entidade de previdência privada	(3)	-	-	346	4.759
Caixa Econômica Federal – FGTS não optantes	(4)	-	-	14.792	14.792
Desativações em curso		-	-	3.316	4.285
Dispêndios a reembolsar em curso		-	-	16.841	7.658
Outros créditos a receber		15	394	12.349	14.180
<b>Total</b>		<b>1.110</b>	<b>582</b>	<b>172.025</b>	<b>177.736</b>
Ativo Circulante		1.095	567	130.906	136.259
Ativo Não Circulante		15	15	41.119	41.477

(1) O Governo Federal, através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional das controladas COELBA, CELPE e COSERN.

Através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no art.5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(2) Em 19 de fevereiro de 1992, a COELBA promoveu Ação Ordinária de repetição do Indébito contra a União Federal para obter a restituição dos valores recolhidos para o Fundo de Desenvolvimento Social – Finsocial, no período de março de 1989 a outubro de 1991, superior a 0,5% da alíquota do Finsocial. Esgotados todos os recursos, e transitado em julgado a sentença e acórdão que julgaram procedente o pedido da COELBA, em 13 de novembro de 1995, iniciou-se o processo de execução, o qual após ultrapassar todos os obstáculos processuais, chegou ao final com a expedição de precatório em julho de 2003, no valor de R\$ 18.776, tendo sido liberadas as duas primeiras parcelas anuais. A expectativa de realização do saldo dos precatórios, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LAO, é em prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, no prazo máximo de 7 (sete) anos.

(3) Crédito de antecipação de contribuição patronal aos planos de benefícios patrocinados pelas controladas COELBA e COSERN junto às fundações FAELBA e FASERN respectivamente.

(4) Em 2004, a COELBA promoveu ação ordinária contra a Caixa Econômica Federal pleiteando a seu favor, parte do saldo existente em contas do FGTS, referentes a ex-empregados não optantes, para as quais não teria sido calculada corretamente a incidência de correção monetária relativamente aos períodos e índices de junho/87, janeiro/89, março, abril, maio e junho/90, e fevereiro e março/91, expurgadas por ocasião dos planos de estabilização econômica.

Em 2 de setembro de 2005, o Juiz da 11ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária de Salvador julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a Caixa Econômica Federal a recalcular os saldos das contas vinculadas do FGTS não optantes cujos valores já foram liberados para a COELBA, nos períodos de janeiro/89 e abril/90, pagando o valor das diferenças, incluindo correção monetária e juros. Em novembro de 2005 o processo foi transitado em julgado e em janeiro de 2006 a COELBA entrou com ação de execução de sentença.

## 21. INVESTIMENTOS

### Informações sobre as investidas

Investidas	Ref.	Data-Base	Ações Possuídas (em milhares)		Participação no Capital Integralizado %	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido no Exercício
			Ordinárias	Preferenciais				
COELBA		31/12/06	9.812.209	6.717.881	87,84	542.163	1.300.366	540.559
		31/12/05	9.812.209	6.717.881	87,84	542.163	1.156.083	581.445
CELPE		31/12/06	66.022.550	864.648	89,65	590.174	1.128.199	217.800
		31/12/05	66.022.550	864.648	89,65	590.174	1.106.012	134.849
COSERN	(3)	31/12/06	110.782	31.153	84,45	179.787	475.624	141.348
		31/12/05	110.782	31.153	84,45	179.787	444.351	116.733
TERMOPE		31/12/06	342.594	-	100,00	294.570	405.009	100.326
		31/12/05	342.594	-	100,00	294.570	382.813	157.340
TERMOAÇU *	(1)	31/12/06	269.539	-	37,57	516.918	516.918	-
		31/12/05	254.181	-	60,52	372.101	372.101	-
NC ENERGIA		31/12/06	7.100	-	100,00	13.600	16.320	14.860
		31/12/05	7.100	-	100,00	13.600	16.320	23.469
ITAPEBI		31/12/06	63.000	-	42,00	150.000	222.685	67.050
		31/12/05	63.000	-	42,00	150.000	186.961	70.471
TERMO NC	(2)	31/12/06	1	-	1,00	10	14	2.022
		31/12/05	1	-	1,00	10	5.650	14.090
AFLUENTE	(3)	31/12/06	9.812.209	6.717.881	87,84	94.000	95.665	33.306
		31/12/05	9.812.209	6.717.881	87,84	94.000	94.000	-
BAGUARI I	(4)	31/12/06	7.642	-	100,00	7.642	9.931	-
		31/12/05	-	-	-	-	-	-
GOIAS SUL	(4)	31/12/06	4.841	-	100,00	4.841	5.025	-
		31/12/05	-	-	-	-	-	-
GERAÇÃO C III	(5)	31/12/06	99	-	99,00	100	-	-
		31/12/05	-	-	-	-	-	-

(\*) Empresa auditada por outro auditor independente.

### (1) TERMOAÇU

A TERMOAÇU é um projeto do grupo NEOENERGIA e da PETROBRAS, para a instalação de uma usina termelétrica no Estado de Rio Grande do Norte. O projeto consiste em uma planta de co-geração com uma potência instalada de 325 MW e uma produção de vapor de 610 t/h, que está sendo construída no município de Alto do Rodrigues – RN. A energia elétrica se destinará a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo NEOENERGIA e o vapor será usado pela PETROBRAS para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região. O investimento total previsto é de US\$ 300 milhões, dos quais US\$ 85 milhões correspondem às turbinas de gás.

Os acionistas assinaram em 16/9/2004 Termo de Compromisso que permitiu a retomada do projeto, tendo sido firmada notificação com a construtora para retorno das obras em 1º/10/2004. Tal acordo prevê que o acionista PETROBRAS será responsável pelos novos aportes para conclusão do projeto, diluindo a participação da NEOENERGIA até o limite mínimo de 20,5%.

O saldo do investimento líquido (exceto adiantamento para futuros aumentos de capital) é composto como segue:

	2006	2005
Investimentos – ações	268.808	245.953
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão para perda	(61.738)	(61.738)
<b>Investimento líquido</b>	<b>238.808</b>	<b>215.953</b>

Ainda decorrente do termo de compromisso assinado em setembro de 2004 os acionistas assumiram os valores vencidos e vencidos de suas partes relacionadas com a TERMOAÇU. Estes valores deverão ser convertidos em aumento de capital através de subscrição de novas ações a serem emitidas pela mesma. O montante assumido pela Neoenergia foi de R\$ 8.018.

Em 26 de abril de 2006 foi realizada reunião do Conselho de Administração da TERMOAÇU, onde foi deliberado aumento de capital de R\$ 144.817 mediante a emissão de 297.430 mil ações, integralmente subscritos pela NEOENERGIA e pela PETROBRAS, através dos aportes anteriormente realizados por estas empresas a título de adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social da TERMOAÇU para R\$ 516.918 representado por 717.415 mil ações ordinárias, dos quais 37,6% pertencentes à NEOENERGIA e 62,4% à PETROBRAS.

A Administração, baseada no plano de negócios original a esse projeto não prevê perdas adicionais às já registradas.

## **(2) TERMO NC**

Em 8 de novembro de 2001, a Companhia constituiu a Termo NC Ltda., em sociedade com a Neoenergia S.A.

A Termo NC tem capital de R\$ 10 dividido em 2.000 quotas, com valor unitário de R\$ 5,00 e em 31 de dezembro de 2006 tem um patrimônio líquido de R\$ 14 (2005, R\$ 5.650) e apurou um lucro líquido de R\$ 2.022 em 2006 (2005, R\$ 14.094). A Companhia detém 1.980 quotas, equivalentes a 99% do capital total da controlada, o que gerou um ganho por equivalência patrimonial no exercício de 2006 de R\$ 2.002 (R\$ 13.453 em 2005).

Criada para assumir a atividade termelétrica, a Termo NC Ltda. foi concebida em seis usinas termelétricas, formando um conjunto de 18 (dezoito) grupos geradores, com capacidade total de 30 MW e tem como objetivo gerar e comercializar energia elétrica, na qualidade de produtor independente – PIE, com o propósito específico, mas não exclusivo, de atender ao suprimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Brasileiro, para atendimento às Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, suprimento este contratualmente especificado e prestado à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE contrato expirado em 31 de dezembro de 2005.

Em julho de 2006, a administração da Controlada firmou Acordo de venda das unidades geradoras da Termo NC Ltda. a qual foi formalizada contratualmente em 8 de agosto de 2006 com a RING POWER CORPORATION, situada no estado da Flórida nos EUA.

O valor total da negociação monta em US\$ 3.600 mil (US\$ 200 mil por unidade geradora) do qual 10% do total da venda, equivalente a US\$ 360 mil (R\$ 771 mil), foi adiantado para a Companhia em 21 de agosto de 2006. O processo de despacho aduaneiro e exportação das unidades geradoras foram concluídos em novembro de 2006, gerando um resultado líquido de R\$ 4.715 contabilizado na rubrica de “Outras receitas não operacionais”.

Em dezembro de 2006, a Termo NC Ltda. procedeu uma avaliação quanto a realização do seu ativo e procedeu uma provisão para perda dos bens de seu ativo imobilizado no montante de R\$ 265.

A administração da Controlada entende que os demais ativos deverão ser realizados, por isso nenhuma provisão adicional foi constituída.

## **(3) COSERN e AFLUENTE – Desverticalização**

Em cumprimento a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e a cláusula 12ª do contrato de concessão no 010, que versa sobre a segregação das atividades de geração e transmissão, a COELBA aprovou e a Resolução ANEEL nº 306, de 5 de setembro de 2005, autorizou a implementação do processo de desverticalização da COELBA.

Em 31 de outubro de 2005, a COELBA subscreveu e integralizou capital na AFLUENTE, mediante a transferência de ativos e passivos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica, no valor líquido de R\$ 94.000, na data base de 30 de setembro de 2005, conforme Laudo de Avaliação Patrimonial a Valor Contábil, emitido por empresa independente de auditoria, em 7 de outubro de 2005.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2005, aprovou: (i) os Laudos de Avaliação Patrimonial dos Investimentos, mantidos pela COELBA na COSERN e na AFLUENTE, ambos emitidos por empresa independente, em 25 de novembro de 2005, nos montantes respectivos de R\$ 566.284 (na data base de 30 de setembro de 2005) e R\$ 94.000 (na data base de 31 de outubro de 2005); e (ii) a redução do capital social da COELBA no montante de R\$ 660.284, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, passando o mesmo de R\$ 1.068.297 para R\$ 408.013.



Em decorrência dessa redução do capital social os acionistas da COELBA receberam 01 (uma) ação da AFLUENTE, e a fração de 0,006020137 ação da COSERN, respeitando a participação detida por cada acionista. As frações de ações decorrentes da operação foram aproximadas para o número inteiro imediatamente superior, por doação do acionista majoritário.

No reajuste tarifário aplicado a partir de 22 de abril de 2006 (nota explicativa nº 35), a ANEEL considerou a redução da Base de Remuneração Regulatória (nota explicativa 11.e) no valor de R\$ 154.857, ainda provisório, em decorrência do processo de desverticalização dos bens de geração e transmissão, transferidos à AFLUENTE.

#### (4) BAGUARI I E GOIÁS SUL

Em dezembro de 2005 a Neoenergia participou do Leilão de Geração de Energia, e foi vencedora de três empreendimentos: UHE Baguari (em parceria com Furnas e CEMIG), PCH Goiandira e PCH Nova Aurora.

Em 11 e 17 de janeiro de 2006 foram constituídas as sociedades por ações BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA e GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A, respectivamente, ambas criadas com a finalidade de desenvolver atividades de geração de energia elétrica e serviços correlatos.

Até março de 2006 a Neoenergia vinha efetuando adiantamentos para futuros aumentos de capital nas Companhias. A partir do segundo trimestre de 2006, foram realizados aportes de capital e posterior integralização de capital, com o objetivo da construção da UHE e das PCH'S. A entrada em operação da UHE Baguari e das PCH's está prevista, respectivamente, para 2009 e 2007.

#### (5) GERAÇÃO C III

A Neoenergia, através da GERAÇÃO C III S.A., adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III, geradora com capacidade instalada 93,6 Megawatts (MW), a ser construída no rio Corumbá, no município de Luziânia, no estado de Goiás, com investimento da ordem de R\$ 300 milhões. O empreendimento foi adquirido da Energética Corumbá III S.A, sociedade formada pelas empresas Companhia Energética de Brasília (CEB), Companhia Energética de Goiás (CELG), Strata Construções e Concessionárias S.A. e Energ Power Ltda., que ficará com 40% do negócio.

A entrada em operação está prevista para maio de 2010.

Movimentação do Investimento	Saldos em 31 de Dezembro de 2005	Aumento de Capital	Transferência de Ações	Incorporação de controladora	Equivalência Patrimonial	Amortização de Ágio	Dividendos e JSCP a Receber	Saldos em 31 de Dezembro de 2006
COELBA	1.645.088	-	-	-	583.610	(23.645)	(453.010)	1.752.043
CELPE	1.717.650	-	-	-	206.175	(51.584)	(184.655)	1.687.586
COSERN	664.149	-	-	-	141.022	(17.743)	(114.612)	672.816
TERMOPE	448.067	-	-	-	117.505	(9.151)	(95.310)	461.111
ITAPEBI	135.609	-	(147.473)	147.309	34.121	(3.866)	(26.753)	138.947
GUARANIANA PARTIC.	-	-	147.473	(147.309)	(164)	-	-	-
AFLUENTE	82.573	-	-	-	29.375	-	(27.912)	84.036
BAGUARI I	-	9.931	-	-	-	-	-	9.931
GOIAS SUL	-	5.025	-	-	-	-	-	5.025
TERMOAÇU	215.953	13.607	-	-	-	-	-	229.560
TERMONC	56	-	-	-	20	-	(60)	16
NC ENERGIA	16.320	-	-	-	14.860	-	(14.860)	16.320
<b>TOTAL</b>	<b>4.925.465</b>	<b>28.563</b>	-	-	<b>1.126.524</b>	<b>(105.989)</b>	<b>(917.172)</b>	<b>5.057.391</b>

## 2.2. IMOBILIZADO

O valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

	CONSOLIDADO						
	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Depreciação (%)	Custo	Depreciação Amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	2006 Valor Líquido	2005 Valor Líquido
<b>E M S E R V I Ç O</b>							
Terrenos		30.916	-	30.916	-	30.916	31.566
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1,89 a 10	809.151	(171.096)	638.055	-	638.055	923.380
Máquinas e Equipamentos	1,76 a 10	7.090.722	(2.499.869)	4.590.853	(1.014.439)	3.576.414	3.115.056
Veículos	2,91, a 20	55.588	(36.813)	18.775	-	18.775	10.234
Móveis e Utensílios	5,62 a 10	80.118	(46.013)	34.105	-	34.105	30.348
Outros		56.689	(2.392)	54.297	-	54.297	60.032
<b>Subtotal</b>		<b>8.123.184</b>	<b>(2.756.183)</b>	<b>5.367.001</b>	<b>(1.014.439)</b>	<b>4.352.562</b>	<b>4.170.616</b>
<b>E M C U R S O</b>							
Terrenos		1.266	-	1.266	-	1.266	663
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		79.682	-	79.682	-	79.682	107.413
Máquinas e Equipamentos		603.757	-	603.757	(338.233)	265.524	179.827
Veículos		398	-	398	-	398	78
Móveis e Utensílios		533	-	533	-	533	3.705
Estoque de investimento		138.086	-	138.086	-	138.086	89.654
Outros		20.609	-	20.609	-	20.609	17.783
<b>Subtotal</b>		<b>844.331</b>	<b>-</b>	<b>844.331</b>	<b>(338.233)</b>	<b>506.098</b>	<b>399.123</b>
<b>TOTAL</b>		<b>8.967.515</b>	<b>(2.756.183)</b>	<b>6.211.332</b>	<b>(1.352.672)</b>	<b>4.858.660</b>	<b>4.569.739</b>

O imobilizado em curso consolidado refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

Por atividade, o imobilizado consolidado está constituído da seguinte forma:

	CONSOLIDADO						
	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Subtotal	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	2006 Valor Líquido	2005 Valor Líquido	
<b>E M S E R V I Ç O</b>							
Geração	1.578.271	(206.409)	1.371.862	-	1.371.862	1.432.539	
Transmissão	66.450	(19.719)	46.731	(5.440)	41.291	67.636	
Distribuição	6.233.893	(2.393.381)	3.840.512	(1.008.802)	2.831.710	2.562.359	
Comercialização	41.709	(26.056)	15.653	(197)	15.456	16.582	
Administração	202.861	(110.618)	92.243	-	92.243	91.500	
<b>Subtotal</b>	<b>8.123.184</b>	<b>(2.756.183)</b>	<b>5.367.001</b>	<b>(1.014.439)</b>	<b>4.352.562</b>	<b>4.170.616</b>	
<b>E M C U R S O</b>							
Geração	241.647	-	241.647	-	241.647	294.010	
Transmissão	2	-	2	-	2	2	
Distribuição	595.391	-	595.391	(338.233)	257.158	94.164	
Comercialização	1.872	-	1.872	-	1.872	1.373	
Administração	5.419	-	5.419	-	5.419	9.574	
<b>Subtotal</b>	<b>844.331</b>	<b>-</b>	<b>844.331</b>	<b>(338.233)</b>	<b>506.098</b>	<b>399.123</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>8.967.515</b>	<b>(2.756.183)</b>	<b>6.211.332</b>	<b>(1.352.672)</b>	<b>4.858.660</b>	<b>4.569.739</b>	

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999, alterada pela Resolução ANEEL nº 473, de 6 de março de 2006, são as seguintes:

TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO POR MACROATIVIDADE/EQUIPAMENTOS PRINCIPAIS					
<b>Geração</b>	<b>(%)</b>	<b>Distribuição</b>	<b>(%)</b>	<b>Comercialização</b>	<b>(%)</b>
Barramento	2,5	Banco de capacitores	6,7	Edificações	4,0
Condensador de vapor	4,3	Chave de distribuição	6,7	Equipamento geral	10,0
Disjuntor	3,0	Condutor do sistema	5,0	Veículos	20,0
Edificações	4,0	Disjuntor	3,0		
Equipamento de ciclo térmico	4,5	Edificações	4,0	<b>Administração</b>	<b>(%)</b>
Equipamento geral	10,0	Estrutura do sistema	5,0	Edificações	4,0
Equipamentos da tomada d'água	3,7	Medidor	4,0	Equipamento geral	10,0
Estrutura da tomada d'água	4,0	Regulador de tensão	4,8	Veículos	20,0
Gerador	3,3	Religador			
Grupo motor – gerador	5,9	Transformador	5,0	<b>Transmissão</b>	<b>(%)</b>
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0			Condutor do sistema	2,5
Sistema de comunicação local	6,7			Equipamento geral	10,0
Sistema de iluminação solar	5,9			Estrutura do sistema	2,5
Turbina a gás	5,0			Religadores	4,3
Turbina hidráulica	2,5				

### Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

De acordo com o parágrafo 6º do artigo 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pelo artigo 8º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, as instalações da atividade de geração de energia elétrica da CELPE, não precisam ser desverticalizadas por se tratarem de geração para atendimento a sistema elétrico isolado.

### Encargos financeiros

Em atendimento às disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10, item 4 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado em curso das controladas COELBA, CELPE e COSERN, os seguintes valores:

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Juros contabilizados no resultado	405.455	630.014
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(4.087)	(4.526)
<b>Efeito líquido do resultado</b>	<b>401.368</b>	<b>625.488</b>

### Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A composição dessas obrigações nas controladas COELBA, CELPE e COSERN é a seguinte:

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Participação da União	23.702	22.593
Participação dos Estados	83.775	73.401
Participação dos Municípios	27.491	29.548
Participação do consumidor	422.099	399.492
Outras subvenções	795.605	444.887
<b>Total</b>	<b>1.352.672</b>	<b>969.921</b>

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que nas Controladas COELBA e COSERN ocorrerão em abril de 2008 e CELPE em abril de 2009 e altera o tratamento das obrigações especiais, que passarão a ser amortizadas pela taxa média de depreciação dos ativos. A administração está avaliando os possíveis impactos nas demonstrações contábeis futuras.

### Comodato

As controladas COELBA, CELPE e COSERN possuem contratos de cessão de edificação e equipamentos em comodato, conforme demonstrados abaixo:

Bens	Razão	CONSOLIDADO			
		2006		2005	
		Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
		Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
<b>COELBA</b>					
Edifício Sede (Parcial)	Cessão de espaço para serviços de conveniência	785	785	785	755
	Cessão de espaço para sede da Itapebi Geração de Energia S.A.	279	279	279	269
	Cessão de espaço para sede da Afluente S.A.	20	20	20	19
Edificação – Usina Ruy Barbosa	Cessão de espaço para Sec. Meio Ambiente	5	5	5	5
Edificação Almoarifado de Bonfim	Cessão de espaço para Prefeitura de Sr. do Bonfim	24	13	24	12
Edificação Antiga Usina Morro do Chapéu	Cessão de espaço para Prefeitura de Morro do Chapéu	262	144	262	133
Edificação Antigo Escritório Itapebi	Cessão de espaço para Prefeitura de Itapebi	5	3	5	3
Edificação Escritório Palmeiras	Cessão de espaço para sede do IBAMA	117	12	117	7
Edificação Edf. Suerdick 9º e 10º andares	Cessão de espaço para Projeto Axé	790	488	790	456
Edificação Cidade Baixa	Cessão de espaço para sede do CRA	94	16	94	12
<b>CELPE</b>					
Edifício Sede (Parcial)	Cessão de espaço para serviços de conveniência	45	(38)	45	(37)
	Cessão de espaço para agência Banco do Brasil	153	(129)	153	(126)
Almoarifado Central (Parcial)	Cessão de espaço para escritório da Amara do Brasil	82	(48)	82	(44)
Almoarifado Central	Cessão de veículos/empilhadeiras para escritório da Amara do Brasil Ltda	253	(253)	253	(239)
	Cessão de móveis e utensílios para escritório da Amara do Brasil Ltda	149	(132)	153	(131)
<b>COSERN</b>					
Almoarifado Central	Administração de almoarifado	553	324	553	302
<b>TOTAL</b>		<b>3.616</b>	<b>1.489</b>	<b>3.620</b>	<b>1.396</b>

A COELBA possui contrato de cessão de edificação em comodato, registrado como recuperação de despesa na atividade de administração. Em se tratando de edifício sede, a fração estimada dos custos realizados é integralmente recuperada.

As controladas CELPE e COSERN também possuem contratos com a TIM Nordeste Telecomunicações S.A., através do qual receberam em comodato 577 e 63 aparelhos celulares de marca e modelo diversos respectivamente. O contrato e os aparelhos estão vinculados a um plano alternativo de tarifas, considerado atrativo para as controladas.



### **Negociação com Cooperativas**

Foram assinados em 4 de abril e 26 de junho de 2006 os Instrumentos de Compra de Acervo Elétrico e Quitação de Débitos Mediante Dação em Pagamento e Transferência de Bens, firmados entre a COSERN e as cooperativas Cersel – Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Seridó e Cerpil – Cooperativa de Energia e Desenvolvimento do Piranhas, respectivamente. A negociação envolveu a permuta dos acervos pelos débitos das Cooperativas, resultando num acréscimo de R\$ 6.955 (Cersel R\$ 4.300 e Cerpil R\$ 2.665) ao imobilizado da COSERN.

### **Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica**

A ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº 52 de 25 de março de 2004 e 175, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentado o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, fixando as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público e distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 KV), com carga instalada de até 50 KW.

#### **■ COELBA**

Através da Nota Técnica nº 030, de 29 de abril de 2005, a ANEEL aprovou, de forma parcial o Plano de Universalização para o período 2005-2008, e solicitou a Controlada que fossem efetuados alguns ajustes, de forma a garantir a aprovação integral. Em 15 de junho de 2005, atendendo às solicitações da ANEEL, a Controlada encaminhou um novo Plano de Universalização.

Em função do impacto do Programa Luz para Todos nas metas do Plano de Universalização, e visando a antecipação do prazo da Universalização, a ANEEL, através da Resolução nº 175, de 28 de novembro de 2005, solicitou uma nova revisão das metas para o período de 2005/2006 e 2007/2008, encaminhadas pela Controlada, respectivamente, em 29 de dezembro de 2005 e 13 de março de 2006.

Em 2006, a Controlada investiu cerca de R\$ 102.860 (R\$ 90.271 em 2005) no Programa de Universalização Urbana e Rural não previstas no Programa Luz para Todos, interligando 209.019 (189.080 em 2005) novos consumidores ao seu sistema de distribuição.

Até 2006 foram universalizados 57 municípios no Estado da Bahia, equivalentes a 70% das unidades consumidoras do Programa de Universalização, restando 358 para serem universalizados até o ano de 2008.

#### **■ CELPE**

No período de janeiro a dezembro de 2006, a Controlada investiu cerca de R\$ 204.067 (R\$ 84.769 em 31 de dezembro de 2005) no Programa de Universalização, interligando 98.765 (81.094 em 31 de dezembro de 2005) novos consumidores ao seu sistema de distribuição.

Em 20 de setembro de 2005, através do Despacho nº 1.251, a ANEEL encaminhou à Companhia a Nota Técnica nº 123/2005-SRC/ANEEL, aprovando de forma condicional o Plano de Universalização referente ao período 2005-2008, solicitando os seguintes ajustes:

- Revisar o ano de universalização dos municípios que estavam inicialmente previstos para 2009 e 2010, assim como a meta de ligações em cada um desses municípios, de forma a contemplar os compromissos assumidos pela concessionária junto ao Programa Luz para Todos, antecipando a universalização de toda área de concessão para 2008;
- Revisar de modo a atender também às diretrizes da nova Resolução da ANEEL que estabelecerá as condições dos Planos de Universalização de energia elétrica, visando a antecipação de metas em face dos objetivos definidos nos Termos de Compromisso firmados com o Ministério de Minas e Energia – MME, no âmbito do Programa Luz Para Todos.

Em 17 de fevereiro de 2006 foi enviado à ANEEL o Plano de Universalização 2005-2008 revisto, contemplando os ajustes solicitados na Nota Técnica nº 123/2005SRC/ANEEL e determinações da Resolução ANEEL nº 175/2005 de 15 de dezembro de 2005. Este plano antecipa metas, considerando para 2006 o término do Programa Luz Para Todos nas áreas rurais.

Considerando apenas o Plano de Universalização do Serviço de Energia Elétrica, a CELPE realizou no período 2004-2006 um total de 305.513 ligações de novos cliente, sendo 229.400 em áreas urbanas e 76.113 no meio rural.

## ■ COSERN

Até 31 de dezembro de 2006, a Controlada já tinha investido cerca de R\$ 142 milhões no Programa de Universalização, perfazendo um total de 181.645 novas ligações.

O Plano de Universalização para o período 2005-2008, foi enviado à ANEEL dentro do prazo previsto. Vale destacar que, na elaboração do citado plano, foi considerada a compatibilização com o Programa Luz Para Todos.

### **Programa Luz Para Todos**

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um termo de compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), e os estados da Bahia – COELBA, Pernambuco – CELPE e Rio Grande do Norte – COSERN com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do programa Luz para Todos, na área de concessão da COELBA, CELPE e COSERN, propiciando o atendimento de 357.970, 79.837 e 30.095, respectivamente, de novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A Portaria ANEEL nº 416, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa.

Em 15 de março de 2006, a COELBA enviou ao MME, através da carta PR 019, um Termo de Entendimento com o intuito de revisar as metas do Programa Luz para Todos. Esse documento está ainda sob análise do MME.

A COELBA está em entendimentos com o MME com vistas a estabelecer as novas metas para o Programa, considerando o atual avanço físico das ligações e a capacidade de realização da Companhia.

Em junho de 2006, a CELPE e a Eletrobrás assinaram um aditivo ao Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção ECFS 115/2005 revendo valores e antecipando para o final do ano 2006 o prazo de conclusão do Programa Luz Para Todos e conseqüentemente a universalização do serviço de energia elétrica no meio rural.

Já em conformidade com o citado aditivo, o Programa Luz para Todos na área de concessão da CELPE foi implementado em três anos com a realização do seguinte quantitativo anual de ligações: ano 2004 – 7.260; ano 2005 – 23.114; ano 2006 – 37.463.

As controladas são signatárias dos contratos abaixo relacionados, com as seguintes especificações:

	CONSOLIDADO Total em 31/12/06
<b>PARTICIPAÇÕES (1)</b>	
Parcela subvencionada (Eletrobrás CDE)	848.737
Parcela financiada (Eletrobrás RGR)	163.996
Parcela financiada pelo estado	154.531
Parcela Controladas (C)	206.642
<b>Total do Programa (A)</b>	<b>1.373.906</b>
<b>INGRESSOS DE RECURSOS (1)</b>	
Eletrobrás (CDE)	569.334
Eletrobrás (RGR)	114.354
Pelo Estado	70.987
Municípios	4.881
Municípios migrados do Luz no Campo	1.024
Cooperativa (CAR)	4.350
Pioneiros	55
<b>Ingresso realizado (B)</b>	<b>764.985</b>
<b>GASTOS INCORRIDOS (1)</b>	
Gastos Incorridos (CDE, RGR, Estado e Controladas)	995.135
Taxas de Administração para a Eletrobrás	54.588
<b>Total dos gastos</b>	<b>1.049.723</b>
<b>BALANÇO (1)</b>	
Total a receber do programa (A-C)	1.167.449
Ingresso realizado (B)	764.985
<b>Ingressos a realizar (A-C)-(B)</b>	<b>402.464</b>
<b>NÚMERO DE LIGAÇÕES (1)</b>	
Ligações executadas (D)	231.879
Ligações unitizadas	196.080
Ligações digitadas (Site Eletrobrás)	183.904
Ligações em execução (E)	52.829
<b>Ligações totais do programa (D+E+F)</b>	<b>284.708</b>

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- COELBA – Contratos: 1ª Tranche – ECFS 013/2004 e 11/SEINFRA/04 assinados em 30/6/04 e 4/10/04, 2ª Tranche – ECFS 095/2005 e 12/SEINFRA/04 assinados em 28/10/05 e 31/08/06 e 3ª Tranche – ECFS 153/2006 assinado em 3/8/06.
- CELPE – Contratos: 1ª Tranche – ECFS 0018/2004 assinado em 2/6/04 e 2ª Tranche – ECFS 0115/2005 assinado em 9/11/05.
- COSERN – Contratos: 1ª Tranche – ECFS 003/2004 assinado em 16/6/04, 2ª Tranche – ECFS 119/2005 assinado em 9/11/05 e 3ª Tranche – ECFS 148/2006 assinado em 27/6/06.

## 23. INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis está composto da seguinte forma:

	CONSOLIDADO				
	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Amortização (%)	Custo	Amortização Acumulada	2006 Valor Líquido	2005 Valor Líquido
<b>E M S E R V I Ç O</b>					
Faixas de Servidões		23.282	–	23.282	21.512
Direito de Uso de Softwares	9,87 a 20	245.691	(155.689)	90.002	113.078
Outros		14	(2)	12	374
<b>Subtotal</b>		<b>269.987</b>	<b>(155.691)</b>	<b>113.296</b>	<b>134.964</b>
<b>E M C U R S O</b>					
Faixas de Servidões		2.820	–	2.820	2.193
Direito de Uso de Softwares		13.606	–	13.606	6.150
<b>Subtotal</b>		<b>16.426</b>	<b>–</b>	<b>16.426</b>	<b>8.343</b>
<b>TOTAL</b>		<b>285.413</b>	<b>(155.691)</b>	<b>129.722</b>	<b>143.307</b>

Faixas de Servidões são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não há amortização.

Direitos de Uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares.

Por atividade, o intangível consolidado está constituído da seguinte forma:

	CONSOLIDADO			
	Custo	2006 Amortização Acumulada	Valor Líquido	2005 Valor Líquido
<b>E M S E R V I Ç O</b>				
Geração	509	(206)	303	1.216
Transmissão	2.360	-	2.360	2.397
Distribuição	110.512	(45.207)	65.305	73.332
Comercialização	54.602	(39.933)	14.669	22.438
Administração	101.004	(70.345)	30.659	35.581
<b>Subtotal</b>	<b>268.987</b>	<b>(155.691)</b>	<b>113.296</b>	<b>134.964</b>
<b>E M C U R S O</b>				
Distribuição	5.745	-	5.745	2.988
Administração	10.681	-	10.681	5.355
<b>Subtotal</b>	<b>16.426</b>	<b>-</b>	<b>16.426</b>	<b>8.343</b>
<b>TOTAL</b>	<b>285.413</b>	<b>(155.691)</b>	<b>129.722</b>	<b>143.307</b>

Um conjunto de elementos constitutivos de ativos de natureza intangível, de difícil avaliação por sua natureza abstrata, apesar de representar valor patrimonial para as Controladas, lhes conferindo vantagens competitivas sustentáveis, conhecido como capital intelectual, ainda que sem a mensuração real do valor desses ativos, dimensão quantitativa, por não se enquadrar nos modelos contábeis tradicionais, não está contabilizado (contudo percebido pelo valor econômico em seu conjunto, dado pela equação VALOR DE MERCADO = VALOR CONTÁBIL + CAPITAL INTELECTUAL), podem ser evidenciados na dimensão qualitativa.

Esses recursos que não possuem existência física, fundamentalmente informação e conhecimento, produzidos pela mente humana a partir do nada, podem ser apresentados em seus três aspectos complementares:

- **Capital humano** – relacionado ao conhecimento explícito e tácito. Pessoas, suas equipes e capacidade de renovação. Desenvolvimento da competência, habilidades, capacidades e “expertise” dos empregados. Pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Direitos autorais e software desenvolvidos.
- **Capital estrutural** – organização, sistemas e processos. O contrato de concessão, a filosofia de negócio, cultura da organização, sistemas de informação, bases de dados existentes.
- **Capital relacional** – conjunto de relações mantidas com os stakeholders. As marcas das controladas, lealdades da clientela, o relacionamento com fornecedores e financiadores, a satisfação dos empregados.



## 24. DIFERIDO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Despesas pré-operacionais	4.614	258	74.968	42.451
Despesas gerais e administrativas	-	-	163.403	160.380
Despesas tributárias	-	-	10.577	10.577
Despesas financeiras	48.790	48.790	110.589	110.589
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	2.246.975	2.268.765
(-) Amortização	(13.011)	(8.132)	(777.024)	(654.508)
<b>Total</b>	<b>40.393</b>	<b>40.916</b>	<b>1.829.488</b>	<b>1.938.254</b>

As despesas diferidas referem-se às despesas pré-operacionais das controladas ITAPEBI, TERMOPERNAMBUCO e TERMOAÇU (até dezembro de 2004), e são decorrentes do estágio pré-operacional da construção daquelas usinas de energia. A ITAPEBI entrou em operação comercial em janeiro de 2003 e a TERMOPERNAMBUCO em maio de 2004. Os custos de construção estão consolidados no imobilizado em serviço, na atividade de geração.

A controladora mantém registro no ativo diferido referente aos encargos incorridos relacionados com os recursos repassados ou aportados nos projetos de geração termoelétrica TERMOPERNAMBUCO. O montante de R\$ 40.393 (R\$ 40.916 em 2005) capitalizado foi incorporado ao ativo imobilizado quando da consolidação das demonstrações contábeis. A partir de maio de 2004, a NEOENERGIA começou a amortizar esse ativo em decorrência da entrada em operação da TERMOPERNAMBUCO.

## 25. FORNECEDORES

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
<b>Fornecedores de Energia Elétrica</b>		
CHESF	54.994	98.519
Coligadas	2.175	4.434
CCEE	14.270	10.633
CEEE	1.675	1.923
CESP	20.916	7.927
CGEEP	-	92
CEMIG GERAÇÃO	4.213	-
COPEL GERAÇÃO	12.048	7.259
DUKE	1.184	1.951
ELETRONORTE	8.065	4.562
EMAE	488	664
ENERGEST	436	633
FURNAS	54.613	24.094
LIGHT	1.793	2.528
CPFL	457	945
PETROBRAS	-	230
UNIÃO	948	808
Outros	21.749	27.953
<b>Subtotal</b>	<b>200.024</b>	<b>195.155</b>
Encargos de Uso da Rede	39.336	34.759
Materiais e Serviços	138.369	191.998
<b>TOTAL</b>	<b>377.729</b>	<b>421.912</b>

## 26. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

Composição da Dívida	Ref.	Encargos da Dívida	CONSOLIDADO		2006	Total 2005
			Principal Circulante	Não Circulante		
<b>Moeda nacional</b>						
Banco do Brasil		389	4.821	43.673	48.883	191.653
HSBC		-	-	-	-	100.000
Eletrobrás		1.215	41.050	245.505	287.770	138.791
BNB (1)		1.108	-	146.184	147.292	988
BNB (2)		207	-	25.550	25.757	-
Westlb		-	-	-	-	146.967
BNDES		6.104	50.370	412.779	469.253	649.866
BNDES Emergencial	(1)	1.806	80.037	201.418	283.261	236.787
BNDES FINEM	(2)	1.961	95.292	238.203	335.456	136.882
IBM Leasing		-	-	-	-	1.604
Banco do Nordeste		1.683	904	111.017	113.604	112.601
Deutsche		-	-	-	-	6.395
FINEP		408	4.818	15.351	20.577	8.422
Banrisul		-	-	-	-	776
Safra Leasing		-	-	-	-	3
Consumidores		-	1.571	776	2.347	1.606
Outros		2	487	318	807	1.937
<b>Total moeda nacional</b>		<b>14.883</b>	<b>279.350</b>	<b>1.440.774</b>	<b>1.735.007</b>	<b>1.735.278</b>
<b>Moeda estrangeira</b>						
Banco Interamericano Desenvolvimento – BID		111	3.055	10.690	13.856	30.018
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW		-	3.235	12.722	15.957	18.811
Banco do Brasil		15	100	1.187	1.302	1.536
Títulos Externos	(3)	114	-	320.700	320.814	351.298
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>240</b>	<b>6.390</b>	<b>345.299</b>	<b>351.929</b>	<b>401.663</b>
<b>Subtotal</b>		<b>15.123</b>	<b>285.740</b>	<b>1.786.073</b>	<b>2.086.936</b>	<b>2.136.941</b>
Operações com Swap		-	2.577	12.448	15.025	13.597
<b>TOTAL</b>		<b>15.123</b>	<b>288.317</b>	<b>1.798.521</b>	<b>2.101.961</b>	<b>2.150.538</b>

(1) O BNDES, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, concedeu financiamento no valor de R\$ 307.195, R\$ 123.101 e R\$ 180.914 para a COELBA, COSERN e CELPE respectivamente, para suprir parte das insuficiências de recursos, decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica – “Racionamento”, com destinação prioritária ao adimplemento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico. Sobre o principal da dívida incide encargos à taxa SELIC acrescidos de juros de 1% a.a., sendo essa a mesma condição de remuneração do ativo regulatório reconhecido para a CELPE e COSERN.

Também, o BNDES no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica – CVA, concedeu um financiamento à CELPE no valor de R\$ 34.334 para suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação do mecanismo de compensação das variações dos itens da Parcela A, de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 2.227, de 4 setembro de 2001, para os reajustes e revisões tarifárias anuais referentes ao período compreendido entre 8 de abril de 2003 e 7 de abril de 2004, conforme o art. 1º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003 com destinação prioritária ao adimplemento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico, observado o disposto no art. 2º inciso II, da Resolução nº 3.119 do Conselho Monetário Nacional. Até 30 de setembro de 2005 foram liberados R\$ 36.641 dos recursos previamente estabelecidos. Sobre o principal da dívida incidem encargos à taxa SELIC (BNDES) + 1% a.a.

(2) O BNDES, no âmbito do Programa de Expansão e Melhoria do Sistema de Distribuição, concedeu à COELBA em 2005 um financiamento de longo prazo no montante de R\$ 143.754 e em 2006 no montante de R\$ 117.328.

(3) Em junho de 2006 a COELBA repactuou as condições de seus Títulos Externos, emitidos inicialmente em 1997, no montante atual de US\$ 150.000, prorrogando o prazo de vencimento para junho de 2013, e reduzindo seu custo de Libor + 1,875% a.a para Libor + 1% a.a., com pagamento de juros semestrais e carência de 3 anos para amortização do principal, a qual ocorrerá em 9 pagamentos semestrais a partir do 36º mês. Essa operação está integralmente protegida contra oscilações cambiais por meio de contratos de “hedge”, que em julho de 2006 foram recontratadas para aderência às novas condições dos títulos externos, tendo o custo do “hedge” sido reduzido de 111,16% do CDI para um custo médio de 106,83% do CDI.

Estes contratos nos itens 2 e 3 prevêm a manutenção de “covenants” financeiros (índices) que relacionam endividamento, LAJIDA e resultado financeiro. Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2006, a COELBA cumpriu adequadamente todos estes índices.

Condições contratuais dos empréstimos das controladoras em 31 de dezembro de 2006:

Fonte	Moeda	Objetivo	Juros	Vencimento
BANCO BRASIL	R\$	Refinanciamento de Dívida com BNDES, Eletrobrás e Capital de Giro.	IGPM + 10,236% a.a., TJLP + 10,236% a.a. e 105,0% e 109,0% do CDI	2007 a 2014
BB REN ME	US\$	Acordo Dívida Externa	4,0% a 8,0% a.a.	2024
BB REN MN – BNDES	R\$	Pgto. BNDES	TJLP + 9,16% a.a.	2014
BB REN MN – ELETROBRAS	R\$	Pgto. Eletrobrás	IGPM + 9,16% a.a.	2014
BID	US\$	Programa de Expansão e Melhoramento do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado da Bahia – 2ª Etapa.	3,0% a.a.	2011
BNB	R\$	Programa de Investimentos em Distribuição, Sistemas de Linhas e Redes e Eletrificação.	14,0% a.a.	2012 a 2013
BNDES	R\$	Construção da Usina	TJLP + 6,625% a.a.	2015
BNDES – RTE	R\$	Perdas com Racionamento	SELIC + 1,0% a.a.	2008
BNDES – CVA	R\$	CVA	SELIC + 1,0% a.a.	2007
BNDES – FINEM	R\$	Investimento no Sistema de Transmissão e Distribuição.	TJLP + 4,5% a.a e 5,0% a.a.	2008 a 2010
BNDES – EMERGENCIAL	R\$	Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.	SELIC + 1,0% a.a.	2009 a 2010
BRADESCO	R\$	Giro	109,0% do CDI	2007
CEF/COHAB	R\$	Eletrificação Conj. Habitacional	TR + 2,0% a 5,5% a.a.	2014
CITIBANK	R\$	Giro	104,6 do CDI	2008
ECF – UFIR	R\$	Universalização, Eletrificação Rural e Iluminação Pública.	6,0 a 6,5% a.a.	2008 a 2016
ECF – FINEL	R\$	Transmissão	8,0 a 8,5% a.a.	2007 a 2009
ELETROBRÁS	R\$	Expansão de Linhas e Redes de Distribuição, Linhas de Transmissão, Aquisição de Medidores e Luz Para Todos.	5,0% a 9,0% a.a.	2018
FINEP	R\$	Pesquisa e Desenvolvimento, Investimento em Distribuição e Eficiência Energética, Otimização e Desempenho da Rede de Distribuição e Programas Comunitários.	4,0 a 5,00% a.a.	2011
KFW	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's e Programa de Abastecimento de Energia Elétrica na Região do São Francisco no Oeste do Estado da Bahia	2,0% a 6,5% a.a.	2007 a 2026
TÍTULOS EXTERNOS	US\$	Investimentos em Distribuição	Libor + 1,0% a.a.	2013
UNIBANCO	R\$	Giro	CDI + 2,1% a.a.	2010

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, avais dos Governos Federal e Estadual, aval da Neoenergia S.A., imóveis, fiança bancária, aplicações financeiras vinculadas (contas reservas) e no que se refere ao BNDES, vinculado à recomposição tarifária, 4,42% do faturamento mensal para a COSERN e 3,01% para a CELPE.

O total devido em moeda nacional e estrangeira do consolidado desdobra-se da seguinte forma:

Moeda Nacional	CONSOLIDADO			
	2006		2005	
	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	289.004	16,7	216.014	12,4
UFIR	284.581	16,4	273.436	15,8
FINEL	3.186	0,2	5.421	0,3
IGP-M	41.756	2,4	43.970	2,5
TJLP	832.414	48,0	778.123	44,8
TR	803	0,0	1.307	0,1
CDI	-	0,0	2.194	0,1
SELIC	283.263	16,3	414.813	23,9
<b>Total</b>	<b>1.735.007</b>	<b>100,0</b>	<b>1.735.278</b>	<b>100,0</b>
Principal	1.720.124		1.723.375	
Encargos	14.883		11.903	

Moeda Estrangeira	Moeda de Origem	CONSOLIDADO				
		2006		2005		
		R\$	%	Moeda de Origem	R\$	%
Dólar norte-americano	157.143	335.972	95	162.563	382.852	95%
Euro	5.658	15.957	5	6.794	18.811	5%
<b>Total</b>		<b>351.929</b>	<b>100</b>		<b>401.663</b>	<b>100%</b>
Principal		351.689			401.070	
Encargos		240			593	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005:

Moeda / Indexador	Variação %	
	2006	2005
EURO	1,85	(23,08)
Dólar norte-americano	(8,66)	(11,82)
IGP-M	3,83	(1,21)
FINEL	0,76	(0,24)
TJLP	7,87	9,75
CDI	15,03	19,00
SELIC	15,08	19,05
TR	2,04	2,83

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
2007	-	407.109
2008	406.373	443.590
2009	371.728	335.439
2010	311.335	224.947
2011	256.982	195.522
Após 2011	452.103	242.785
<b>Total</b>	<b>1.798.521</b>	<b>1.849.392</b>



## Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		CONSOLIDADO		(-) Aplicações Financeiras		Total Líquido
	Passivo		Moeda Estrangeira		Passivo		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2005</b>	<b>285.520</b>	<b>1.458.481</b>	<b>651.704</b>	<b>525.280</b>	<b>(586.596)</b>	<b>(10.084)</b>	<b>2.324.305</b>
Ingressos	395.546	769.888	-	-	(360.142)	-	805.292
Encargos	255.346	14.023	162.224	(60)	(78.016)	(1.189)	352.328
Variação monetária e cambial	2.399	12.157	(81.945)	(52.312)	8.551	-	(111.150)
Swap	-	-	(86.433)	3.538	-	-	(82.895)
Transferências	421.824	(421.824)	13.756	(13.756)	18.231	11.273	29.504
Amortizações	(1.066.926)	(391.156)	(633.878)	(72.858)	997.972	-	(1.166.846)
Renegociação de contrato com alongamento de prazo	(17.991)	17.991	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>275.718</b>	<b>1.459.560</b>	<b>25.428</b>	<b>389.832</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.150.538</b>
Ingressos	209.938	378.058	-	-	-	-	587.996
Encargos	183.076	17.895	24.958	-	-	-	225.929
Variação monetária e cambial	6.573	8.344	(953)	(31.514)	-	-	(17.550)
Swap	-	-	(4.417)	5.845	-	-	1.428
Transferências	354.059	(354.059)	6.416	(6.416)	-	-	-
Amortizações	(735.131)	(69.024)	(42.225)	-	-	-	(846.380)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>294.233</b>	<b>1.440.774</b>	<b>9.207</b>	<b>357.747</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.101.961</b>

## 27. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	CONSOLIDADO				2006	2005
					Encargos		Principal		Total	Total
					Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo		
COELBA	3ª Emissão	UN	3.000	US\$ +10,80% a.a.	2.314	-	6.414	44.898	53.626	66.049
	5ª Emissão	1ª	44.000	CDI + 1,4% a.a.	4.822	-	-	440.000	444.822	446.996
	5ª Emissão	2ª	10.000	IGPM + 10,8% a.a.	9.414	-	-	100.000	109.414	105.175
COSERN	3ª Emissão	UN	17.900	CDI + 1,3% a.a.	8.311	-	-	179.000	187.311	190.183
CELPE	1ª Emissão	UN	4.500	Variação CDI + 1,70% a.a.	6.042	-	-	85.791	91.833	96.426
	2ª Emissão	1ª	40.000	Variação CDI + 1,75% a.a.	24.850	-	57.143	342.857	424.850	433.323
	2ª Emissão	2ª	3.000	Variação IGPM + 10,95% a.a.	1.349	-	-	31.093	32.442	31.270
	3ª Emissão	Única	17.000	105% do CDI	526	-	-	170.000	170.526	-
ITAPEBI	1ª Emissão	UN	20.000	IGP-M + 12,5% a.a.	-	-	-	209.408	209.408	221.870
TERMOPERNAMBUCO	1ª Emissão	1ª	40.000	108% CDI a.a.	3.716	-	42.000	346.480	392.196	404.968
		2ª	5.000	CDI + Spread 1,85% LP	1.095	-	-	50.000	51.095	51.434
<b>Subtotal</b>					<b>62.439</b>	<b>-</b>	<b>105.557</b>	<b>1.999.527</b>	<b>2.167.523</b>	<b>2.047.694</b>
Operações com swap					-	-	6.813	27.227	34.040	82.671
<b>TOTAL</b>					<b>62.439</b>	<b>-</b>	<b>112.370</b>	<b>2.026.754</b>	<b>2.201.563</b>	<b>2.130.365</b>

### COELBA

A 3ª e 5ª emissão de debêntures, classificadas no circulante e exigível a longo prazo, prevêm manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros.

## CELPE

Em 10 de julho de 2006, os acionistas aprovaram a repactuação da 1ª emissão na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia. Em 13 de julho de 2006, foi realizada a Assembléia Geral de Debenturistas da 1ª emissão que deliberou pela aceitação da proposta de repactuação com as seguintes características: a data de vencimento passou a ser de 10 anos a partir da data de consolidação do Primeiro Aditamento a Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia; o prazo de carência passou a ser de 48 meses; o resgate antecipado das debêntures poderá ser aprovado pela Companhia após o 24º mês; a taxa de juros passou a ser a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido de 1,70% a.a., e as garantias conferidas pela Companhia foram substituídas por aval da Neoenergia S.A.

A Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures, que possui as seguintes características: o valor total será de R\$ 170.000 mil, série única e quantidade de 17 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil. As debêntures são subordinadas, contando com garantia adicional de fiança prestada pela Neoenergia S.A. (“Fiadora”), nominativas, escriturais, não contam com a emissão de certificados representativos, não são conversíveis em ações.

O valor nominal unitário das debêntures será amortizado pela Celpe da seguinte forma: (i) 50% (cinquenta por cento) ao final do 5º (quinto) ano, a contar da data de emissão, portanto, 20 de setembro de 2011; e 50% (cinquenta por cento) na data de vencimento. Sobre o saldo do valor nominal unitário incidem juros correspondentes à variação acumulada de um percentual de 105% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo (“Taxa DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o valor nominal unitário, a partir da data de emissão. A remuneração das debêntures será paga trimestralmente a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 20 de dezembro de 2006 e o último na data de vencimento.

Em 30/08/06, a ANEEL, através do despacho nº 2001, aprovou a emissão de debêntures, destinadas à adequação do perfil do endividamento da Companhia.

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das debêntures foi 20 de setembro de 2006 e terá prazo de vencimento de 6 (seis) anos, vencendo em 20 de setembro de 2012.

Em 11/10/06, a CVM efetuou o registro das debêntures sob o nº CVM/SRE/DEB/2006/038.

Em 13/10/06, ocorreu a liquidação financeira das debêntures.

As 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures da Companhia prevêm manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2006, a Companhia atingiu adequadamente todos os índices requeridos contratualmente.

## TERMOPERNAMBUCO

A TERMOPERNAMBUCO emitiu em 6 de novembro de 2005, debêntures simples, subordinadas, em duas séries no total de 45.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, com garantia adicional fidejussória da Neoenergia. A oferta foi registrada na CVM em 4 de novembro de 2005, sob nº CVM/SRE/DEB/2005/054 para as debêntures da 1ª série e CVM/SRE/DEB/2005/053 para as debêntures da 2ª série. As debêntures da 1ª série terão vencimento em 6 de outubro de 2011, e as da 2ª série em 6 de maio de 2013.

A amortização do principal e o pagamento da remuneração das debêntures da 1ª série serão realizados em parcelas mensais e sucessivas conforme estabelecido no cronograma pelo BNDES, já a amortização do principal das debêntures da 2ª série será realizada em uma única parcela na data do seu vencimento, ou seja, em 6 de maio de 2013, sendo a remuneração paga semestralmente nas datas de vencimento estabelecidas no cronograma da escritura de emissão das debêntures.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
2007	-	103.399
2008	413.441	438.117
2009	469.255	495.843
2010	409.497	426.415
2011	366.174	389.370
Após 2011	341.160	90.354
<b>Total</b>	<b>1.999.527</b>	<b>1.943.498</b>

Nas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2006 as controladas atingiram adequadamente todos os índices de cobertura requeridos contratualmente.

## 28. TAXAS REGULAMENTARES

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Reserva Global de Reversão – RGR	8.464	6.887
Conta de Consumo de Combustível – CCC	40.095	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.498	3.037
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	22.420	16.211
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	22.732	14.250
Pesquisa e Desenvolvimento – PGD	38.722	29.003
Programa de Eficientização Energética – PEE	55.083	46.547
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	1.254	1.403
Encargo do Serviço do Sistema – ESS	-	1.265
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos – CFURH	2.050	1.351
<b>Total</b>	<b>194.318</b>	<b>119.954</b>
Passivo Circulante	166.473	43.622
Passivo Não Circulante	27.845	76.332

## 29. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS – CELPE

	CONSOLIDADO			
	Circulante	Não Circulante	2006 Passivo Total	2005 Total
PAES	798	4.456	5.254	5.690
<b>Total</b>	<b>798</b>	<b>4.456</b>	<b>5.254</b>	<b>5.690</b>

A adesão aos programas de parcelamentos, tais como o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, em 9 de novembro de 2000, e o Parcelamento Especial – PAES, em 29 de agosto de 2003, tiveram como fatores determinantes às condições vantajosas, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para TJLP – Taxa de Juros a Longo Prazo). Os valores declarados correspondem a débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal – SRF, conforme demonstrado abaixo:

Composição PAES	
IRPJ	2.843
CSLL	1.694
PIS	872
COFINS	677
<b>Total do débito consolidado</b>	<b>6.086</b>
Atualização com base na TJLP de 29/8/2003 a 31/12/2005	1.248
Amortização no período de 29/8/2003 a 31/12/2005	(1.644)
<b>Total do débito consolidado em 31/12/2005</b>	<b>5.690</b>
Atualização com base na TJLP de 01/01/2006 a 31/12/2006	343
Amortização no período de 01/01/2006 a 31/12/2006	(779)
<b>Total do débito consolidado em 31/12/2006</b>	<b>5.254</b>
Passivo Circulante	798
Passivo Não Circulante	4.456

O débito consolidado do PAES está sendo pago em 120 parcelas mensais consecutivas, iniciadas em agosto de 2003, e atualizadas pela variação da TJLP, das quais já foram liquidadas 41 parcelas. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições.

A distribuição anual da amortização dos parcelamentos a longo prazo é a seguinte:

	2006	2005
2007	-	760
2008	810	760
2009	810	760
2010	810	760
2011	810	760
Após 2011	1.216	1.140
<b>Total</b>	<b>4.456</b>	<b>4.940</b>

### 30. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração da NEOENERGIA S.A. aprovou o pagamento de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor Deliberado	VALOR POR AÇÃO (Lote de mil) ON
<b>2006</b>			
RCA de 25 de maio de 2006	JSCP	53.000	9,05884
RCA de 20 de julho de 2006	JSCP	59.100	10,10147
RCA de 10 de novembro de 2006	JSCP	49.000	8,37516
RCA de 14 de dezembro de 2006	JSCP	54.000	9,22977
		<b>215.100</b>	
<b>2005</b>			
RCA de 21 de julho de 2005	JSCP	38.000	6,49502
RCA de 17 de novembro de 2005	JSCP	21.000	3,58935
RCA de 15 de dezembro de 2005	JSCP	86.000	14,69926
RCA de 30 de dezembro de 2005	JSCP	42.000	7,17871
AGO de 08 de março de 2006	Dividendos	34.772	5,94335
		<b>221.772</b>	

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado ao final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e da Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação “pro rata die”, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Será encaminhado através do Conselho de Administração da Companhia à Assembléia Geral Ordinária a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 115.762.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

<b>Dividendos mínimos – sobre o lucro líquido ajustado</b>		
Lucro líquido do exercício	995.073	807.280
Constituição da reserva legal	(49.754)	(40.364)
Base de cálculo do dividendo	945.319	766.916
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>236.330</b>	<b>191.729</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Juros sobre capital próprio – R\$ 36,76 por lote de mil ações ON (2005 R\$ 31,96 por lote de mil ações ON)	215.100	187.000
Dividendos propostos – R\$ 19,79 por lote de mil ações ON (2005 R\$ 5,94 por lote de mil ações ON)	115.762	34.772
<b>Total bruto</b>	<b>330.862</b>	<b>221.772</b>
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%.	(21.208)	(18.438)
Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de Imposto de Renda.	309.654	203.334

A formação dos saldos é como segue:

<b>Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio</b>	
<b>Em 1º de janeiro de 2005</b>	<b>74.035</b>
Declarados	223.340
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(19.123)
Pagos	(109.171)
<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>169.081</b>
Declarados	330.862
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(21.208)
Pagos	(314.298)
<b>Em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>164.437</b>

### 31. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Imposto de Renda	4.556	7.269
Contribuição Social	24.774	43.624
Provisões Férias e 13º salário	18.965	17.747
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13º salário	8.655	8.352
Outros	5.531	5
<b>Total</b>	<b>62.482</b>	<b>76.997</b>



## 3.2. CONTINGÊNCIAS

### 32.1. Contingências Passivas

As provisões constituídas para contingências passivas e líquidas dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONSOLIDADO			
	Contingências	(-) Depósitos Judiciais	2006 Provisão Líquida	2005 Provisão Líquida
Trabalhistas	46.874	(33.133)	13.741	8.259
Cíveis	82.782	(16.722)	66.060	87.879
Fiscais	15.656	(10.805)	4.851	15.112
Ambientais	19.939	(669)	19.270	20.351
<b>Total</b>	<b>165.251</b>	<b>(61.329)</b>	<b>103.922</b>	<b>131.601</b>
Passivo circulante	41.621	-	41.621	27.893
Passivo Não Circulante	123.630	(61.329)	62.301	103.708

	CONTINGÊNCIAS				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>42.040</b>	<b>98.592</b>	<b>23.619</b>	<b>20.926</b>	<b>185.177</b>
Constituição	12.083	24.957	1.107	-	38.147
Baixas/reversão	(15.078)	(44.267)	(11.692)	(1.221)	(72.258)
Remuneração	7.829	3.500	2.622	234	14.185
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>46.874</b>	<b>82.782</b>	<b>15.656</b>	<b>19.939</b>	<b>165.251</b>

A administração da Controladora e suas controladas consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

#### Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Valor Atualizado	Expectativa de Perda	Valor Provisionado
Ex-empregados da Companhia	29.943	Provável	29.943
	13.469	Possível	-
Ex-empregados de Empreiteiras	11.638	Provável	11.638
	13.236	Possível	-
Empregados	5.293	Provável	5.293
	3.914	Possível	-
<b>TOTAL</b>	<b>77.493</b>		<b>46.874</b>

Os valores na COELBA e CELPE foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

## Cíveis

Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Valor Atualizado	Expectativa de Perda	Valor Provisionado
Clientes – Plano Cruzado	47.884	Provável	47.884
	8.870	Possível	–
Indenização por perdas	2.760	Provável	2.760
	34.415	Possível	–
Acidente terceiros/trabalho	3.710	Provável	3.710
	6.512	Possível	–
Comerc. energia e produtos	298	Provável	298
	2.896	Possível	–
Outras	28.130	Provável	28.130
	213.686	Possível	–
<b>TOTAL</b>	<b>349.161</b>		<b>82.782</b>

Na COELBA os valores foram atualizados monetariamente pela variação do IGPM.

- **Clientes – Plano Cruzado** – Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos. Não é possível prever o resultado final das ações, tendo diversas outras distribuidoras de energia obtido êxito parcial nos pleitos dos consumidores. As controladas constituíram provisões tomando por base o diferencial de alíquota cobrado no período de março a novembro de 1986 dos consumidores industriais, acrescidos dos encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes tomando como base a jurisprudência dominante no STJ.
- **Indenização por Perdas** – Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.
- **Acidente terceiros/trabalho** – Referem-se a ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.
- **Comercialização de Energia, Serviços e Produtos** – Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito, cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.
- **Outras** – Referem-se a principalmente a litígios das controladas com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

## Fiscais

Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Valor Atualizado	Expectativa de Perda	Valor Provisionado
ICMS	17.107	Possível	-
ISS	3.918	Provável	3.918
	5.961	Possível	-
CPMF	13	Possível	-
	2.900	Remota	-
CSLL	184	Provável	184
	2.368	Possível	-
TLF/IPTU	20	Provável	20
	171	Possível	-
REFIS	13.896	Remota	-
PIS/COFINS	3.075	Provável	3.075
	49.481	Remota	-
IRRF	505	Provável	505
	10.641	Remota	-
INSS	5.915	Provável	5.915
	220	Possível	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	1.434	Remota	-
CIDE	3.178	Remota	-
Outras	2.039	Provável	2.039
	51.274	Possível	-
<b>Total</b>	<b>174.300</b>		<b>15.656</b>

Os valores da COELBA foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

- **ISS** – Autos de infração exigindo recolhimento do imposto sobre as receitas decorrentes dos serviços taxados, uso mútuo de postes, manutenção de equipamentos, elaboração de projetos, aluguel de equipamentos, etc.
- **CPMF** – Autos de infração – No caso da COELBA, a Receita Federal procedeu ao lançamento de ofício cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimento no período de 9/1998 a 8/2002 realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) mediante a compensação com os valores a receber da união.
- **REFIS** – Diferença cobrada pela Receita Federal entre o valor do débito consolidado e o valor declarado pela COELBA, correspondente às multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSL e FINSOCIAL que estavam com a exigibilidade suspensa.
- **PIS/COFINS** – Correspondem a Autos de Infração e a Indeferimento de créditos contra a COELBA, como segue abaixo:
  - Auto de infração cobrando o recolhimento das contribuições ao PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes dos contratos de “hedge – swap”, referente aos exercícios de 2000 a 2002, segundo o regime de competência contábil.
  - Auto de Infração questionando o pagamento dos débitos de COFINS referente aos meses de novembro de 1998 e dezembro de 1998. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF e não foram formalizados através da Declaração de Compensação.
  - Indeferimento de Crédito – A Companhia compensou débitos de PIS e COFINS com créditos de imposto de renda retido na fonte (IRRF) anos-calendário 1998 a 2001.
  - Indeferimento de Crédito – Notificação Fiscal – Em setembro de 2002, a Companhia efetuou o recolhimento a maior do que o devido de PIS e COFINS e utilizou esses créditos para compensar débitos fiscais federais posteriores formalizados através de Declarações de Compensações enviadas tempestivamente à Receita Federal.
- **COFINS** – Processo judicial pela COSERN argüindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. Na COELBA os débitos de COFINS referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 1999 foram compensados com crédito de IRRF e não foram formalizados através da Declaração de Compensação.

- **IRRF** – Corresponde a Auto de Infração contra a COELBA, como segue abaixo:
  - Parecer da Secretaria da Receita Federal, desconhecendo o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras, sob o argumento de que a empresa não apresentou o comprovante de retenção emitido pelas instituições financeiras.
  - Auto de Infração ocasionado pela suposta falta de recolhimento e/ou recolhimento a menor do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
- **INSS** – Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços.
- **ITD** – Auto de infração cobrando o pagamento do imposto sobre as doações de rede elétrica, bem como sobre a participação financeira do consumidor.
- **CIDE** – Auto de infração pela falta de recolhimento.

### Ambiental

Visa compensar os impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidro-elétrica de Itapebi.

Contingência Ambiental	Valor Atualizado	CONSOLIDADO	
		Expectativa de Perda	Valor Provisionado
Licença Ambiental	19.939	Provável	19.939
<b>Total</b>	<b>19.939</b>		<b>19.939</b>

## 32.2. Contingências Ativas

### Fiscais

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) – As controladas COELBA, COSERN, CELPE e ITAPEBI impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. Os consultores jurídicos das Companhias atribuem uma probabilidade de perda remota para a ação judicial. O montante histórico estimado do crédito pleiteado, corresponde a R\$ 79.792.

### 3.3. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Ref	CONSOLIDADO	
		2006	2005
Consumidores		24.693	15.321
Empregados – Adiantamento Acordo Coletivo		4.434	3.937
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(1)	35.531	33.967
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP		11.771	12.738
Empréstimos compulsórios – ELETROBRÁS		3.315	1.029
Adiantamentos serviços técnicos		12.397	4.877
Suprimento de Energia		(2.475)	3.609
REFIS		-	-
Convênios		1.616	2.722
Adiantamento Estado		9.014	6.210
Caução em Garantia		10.728	1.199
FGTS Conta Empresa		316	1.618
Termo acordo CHESF	(2)	7.291	-
Encargos CBEE		5.573	18.015
Outras		18.258	10.367
<b>Total</b>		<b>142.462</b>	<b>115.609</b>
Passivo circulante		101.585	109.207
Passivo não circulante		40.877	6.402

(1) Fundo de Reserva constituído até 31 de dezembro de 2006, por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Coelba, patrocinado pela Companhia e pelos empregados e ex-empregados (aposentados), para atender a despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação do CDI e juros de 6% a.a.

(2) Acordo firmado em 20 de abril de 2006, no montante de R\$ 8.854 para a COELBA, R\$ 7.774 para a CELPE e R\$ 4.002 para COSERN, formalizando entendimentos comerciais relacionados aos Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados em janeiro de 2000 e setembro de 2002. O valor será pago em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, no dia 15 de cada mês, corrigidas pelo IGPM e acrescidas de juros de 1% a.m, contados a partir de abril de 2006.

### 3.4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, subscrito e integralizado é de R\$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	LOTE DE MIL AÇÕES	
	Única	Ações Ordinárias %
Iberdrola Energia S.A.	2.281.748	39
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22
521 Participações S.A.	1.048.751	18
BB – Banco de Investimentos S.A.	515.362	9
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv – BB Ações Price	379.521	6
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv – BB Carteira Livre I	323.858	6
<b>Total</b>	<b>5.850.636</b>	<b>100</b>

Acionistas	R\$ MIL	
	Única	Ações Ordinárias %
Iberdrola Energia S.A.	1.848.220	39
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22
521 Participações S.A.	849.490	18
BB – Banco de Investimentos S.A.	417.444	9
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv – BB Ações Price	307.412	6
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv – BB Carteira Livre I	262.326	6
<b>Total</b>	<b>4.739.025</b>	<b>100</b>



### Incentivo Fiscal Imposto de Renda – ADENE

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste do Brasil e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do Imposto de Renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Por conta disso, as controladas COELBA, COSERN, CELPE, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO formalizaram pleito à ADENE, antiga SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo Constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75,0%
COELBA	0039/2002	25,0%
CELPE	0155/2005	75,0%
CELPE	0039/2002	25,0%
COSERN	0148/2005	75,0%
COSERN	0038/2002	25,0%
ITAPEBI	0307/2003	75,0%
TERMOPE	0118/2005	75,0%
TERMOPE	0119/2005	75,0%

A COELBA, CELPE, COSERN, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO apuraram, respectivamente até 31 de dezembro de 2006, os valores de R\$ 118.949, R\$ 11.297, R\$ 25.758, R\$ 14.190 e R\$ 17.179 (R\$ 91.231, R\$ 0,00, R\$ 12.837, R\$15.417 e R\$ 32.102 em 2005 respectivamente) de incentivo fiscal ADENE, calculado com base no Lucro da Exploração. O valor correspondente da respectiva redução foi contabilizado como Reserva de Capital em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

### Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio (vide nota explicativa nº 16).

### Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

### Reserva de Retenção de Lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros visa realização de investimentos futuros da Companhia.

Em junho de 2006 a Companhia participou do Leilão 002/2006 de Geração de Energia, e foi vencedora de dois empreendimentos: PCH Pedra do Garrafão e PCH Pirapitinga.

Em setembro de 2006 a Companhia adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III (vide nota 21.5).

As datas previstas para o fim das obras e conseqüente entrada em operação são novembro de 2008, dezembro de 2008 e maio de 2010, respectivamente.

A seguir, as principais características dos projetos:

	GOIÁS SUL						
	GOIANDIRA	NOVA AURORA	BAGUARI I	PEDRA DO CORUMBÁ III	PIRAPITINGA	GARRAFÃO	DARDANELOS
Participação da Neoenergia	100,00%	100,00%	51,00%	60,00%	75,00%	75,00%	46,00%
Potência Instalada (MW)	27,00	21,00	140,00	93,60	16,50	15,70	261,00
Energia Assegurada (MWm)	17,09	12,37	81,40	50,90	11,31	11,50	154,90
Queda bruta (m)	41,25	30,30	18,00	42,30	55,00	37,50	95,68
Área do Reservatório (Km²)	6,42	6,83	14,16	72,42	0,40	2,71	0,24

A Companhia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de DARDANELOS, no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso.

O novo negócio foi conquistado pelo Consórcio Aripuanã, formado pela NEOENERGIA, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), pela ELETRONORTE e pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO). Posteriormente a NEOENERGIA assumirá a investimento da CNO, ampliando sua participação no Consórcio para 51%.

A concessão de DARDANELOS foi obtida pelo Consórcio com o preço de venda de energia de R\$ 113,09 MWh. A construção da usina exigirá um investimento de aproximadamente R\$ 700 milhões e seu cronograma de construção prevê a entrada de operação no ano de 2010.

### 3.5. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Nº de Consumidores (1)		CONSOLIDADO MWh (1)		R\$	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>Consumidores:</b>						
Residencial	6.606.545	6.274.552	7.605.144	7.269.209	2.991.397	2.548.258
Industrial	37.361	36.458	4.133.855	4.501.148	1.214.890	1.117.837
Comercial	532.764	523.132	4.476.017	4.317.193	1.971.955	1.638.059
Rural	398.179	394.635	1.700.873	1.695.699	326.063	278.579
Poder Público	67.985	65.564	1.158.601	1.069.736	465.814	379.439
Iluminação Pública	23.292	23.022	1.147.359	1.091.006	241.711	208.984
Serviço Público	8.111	5.976	1.391.891	1.270.387	341.335	261.808
Consumo Próprio	693	1.624	36.787	37.877	-	1.809
Suprimento	40	40	344	32.580	174.238	145.701
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(5.755)	(4.964)
<b>Subtotal</b>	<b>7.674.970</b>	<b>7.325.003</b>	<b>21.650.871</b>	<b>21.284.835</b>	<b>7.721.648</b>	<b>6.575.510</b>
Reversão da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	-	-	(194.240)	(169.056)
Receita (reversão) Revisão Tarifária	-	-	-	-	48.685	253.236
Reversão Energia Livre	-	-	-	-	(72.618)	(58.925)
Receita (reversão) de ativo regulatório	-	-	-	-	(64.952)	(3.565)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	262.860	180.062
Encargos CBEE	-	-	-	-	112	134.231
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	717.676	912.280	52.020	18.265
Subvenção à baixa renda (tarifa social)	-	-	-	-	391.454	334.245
Outras receitas	-	-	-	-	72.734	67.541
<b>TOTAL</b>	<b>7.674.970</b>	<b>7.325.003</b>	<b>22.368.547</b>	<b>22.197.115</b>	<b>8.217.703</b>	<b>7.331.544</b>

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

#### Reajuste Tarifário

##### ■ COELBA

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 319, de 18/4/06, fixou em 11,35% o índice médio de reajuste sobre as tarifas estabelecidas no Anexo III – tarifas “puras” – da Resolução Homologatória nº 107, de 18/4/05.

O índice médio de reajuste para o consumidor foi de 4,36%. O percentual aplicado aos consumidores em baixa tensão, incluindo os residenciais, será de 2,22%, em média. Já os consumidores industriais e comerciais de médio e grande portes, na Bahia, terão reajuste de 9,15%, em média.

A diferença entre os dois índices representa o efeito da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no reajuste anterior, para vigorar por um ano, e que representavam 6,99%, em média, da tarifa vigente em 21/4/06.

O reajuste foi maior para os clientes de grande porte porque estão passando por um processo de realinhamento tarifário, definido pela ANEEL, em cumprimento ao Decreto 4.667, de 2002. Com esse realinhamento, os consumidores residenciais deixaram de subsidiar os comerciais e industriais, como vinha ocorrendo nos últimos anos. Esse processo de realinhamento deverá ser concluído no próximo ano. A expectativa é de que a partir de 2008, a variação entre as classes de consumidores seja menor.

## ■ CELPE

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 327/2006, de 28 de abril de 2006, fixou as novas tarifas da CELPE que passaram a vigorar a partir de 29 de abril de 2006. Este reajuste anual é previsto no contrato de concessão das distribuidoras, conforme metodologia específica. Para definir esses índices a ANEEL considerou a variação das despesas não gerenciáveis (Parcela A), bem como a atualização dos custos gerenciáveis de operação da Companhia (Parcela B).

O índice de reajuste homologado pela ANEEL foi de 19,82%, tendo impacto médio nas contas dos consumidores de 8,59%, devido ao fim da vigência dos ativos regulatórios reconhecidos em 2005, que representavam 11,93% da tarifa anterior.

O reajuste citado será diferenciado conforme o nível de tensão. Os consumidores de baixa tensão terão aumento de 4,65%, enquanto que aos consumidores atendidos em alta tensão caberá um índice médio de reajuste de 16,66%.

Com esse realinhamento, entre baixa e alta tensão, que atende ao Decreto Presidencial nº 4.667, de 4 de abril de 2003, os consumidores residenciais deixam gradativamente de subsidiar os comerciais e industriais.

O processo de revisão tarifária 2005, que estava provisório no tocante ao tratamento para as perdas regulatórias, foi concluído pela ANEEL após fiscalização e análises técnicas. O tratamento adotado foi o mesmo conferido às demais distribuidoras, resultando em índice de perdas equivalentes ao proposto inicialmente pela ANEEL na Audiência Pública. Os efeitos econômicos dessa mudança refletem-se no parcelamento da revisão de 2005 e foram considerados neste reajuste de 2006, no âmbito do mecanismo de diferimento da Parcela B.

## ■ COSERN

### Reajuste Tarifário – 2005

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 103, de 18 de abril de 2006, fixou em 19,58% o índice médio de reajuste tarifário da COSERN, para o ano de 2005, sendo 15,02% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residenciais e outros) e entre 27,41% e 22,09% para os consumidores de alta tensão (industriais e comerciais de médio e grande portes), vigente a partir de 22 de abril de 2005.

Em 2 de junho de 2005, foi concedida antecipação de tutela, tendo a COSERN sido intimada através do mandado de intimação nº 002.000672-2/2005, para que suspendesse os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 103, de 18 de abril de 2005, e aplicasse o reajuste anual de 11,1321% relativos à variação do IGP-M no período de abril de 2004 a março de 2005, aplicado de forma linear pela Companhia a partir de 6 de junho de 2005.

Em 13 de junho de 2005, foi emitido um novo Mandado de Intimação de nº 0002.000696.8/2005, determinando que o índice de reajuste anual de 11,1321% fosse aplicado de forma proporcional, o qual foi atendido pela Companhia. Em 14 de setembro de 2005, a Companhia voltou a praticar as tarifas homologadas pela ANEEL, devido à suspensão da antecipação de tutela pelo STJ, ficando, no entanto, impedida de cobrar os valores retroativos, no período de 6 de junho a 13 de setembro de 2005, em função da nova decisão da Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte.

Em 30 de junho de 2006 a Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, julgou improcedente a ação civil pública movida pelo Ministério Público, revogou a liminar que suspendeu os efeitos da Resolução Homologatória nº 103, da ANEEL e impedia a cobrança retroativa para o período citado anteriormente.

A Companhia reverteu o valor de R\$ 6.612 (R\$ 4.364 líquido de impostos), correspondente à diferença do reajuste de 19,58%, homologado pela ANEEL e registrou o valor de R\$ 10.279, efetivamente faturado aos consumidores, resultando um efeito líquido de R\$ 3.667 no resultado do terceiro trimestre de 2006.

### Reajuste Tarifário – 2006

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 317, de 18 de abril de 2006, fixou em 8,23% o índice médio de reajuste tarifário da COSERN, para o ano de 2006, que passa a vigorar a partir de 22 de abril de 2006.

Os consumidores de baixa tensão, incluindo os residenciais, tiveram uma redução de 2,25%. Já os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte ligados em alta tensão, terão as tarifas reajustadas em 7,13% em média. Estes clientes tiveram um reajuste maior porque estão passando por um processo de realinhamento tarifário, definido pela ANEEL, em cumprimento ao Decreto 4.667, de 2002 e que deverá ser concluído no próximo ano. Com esse realinhamento, os consumidores residenciais estão deixando de subsidiar os consumidores comerciais e industriais, como vinha ocorrendo nos últimos anos.

Os reajustes médios autorizados pela ANEEL incluem componentes relativos ao ano 2005, como o repasse de parcelas da Conta de Variação de Itens da Parcela (A) e outros Ativos Financeiros, como o PIS/COFINS.

## Outras receitas operacionais

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Renda da prestação de serviços	33.494	40.983
Arrendamentos e aluguéis	21.150	16.851
Subvenção CCC	-	4.804
Serviço taxado	6.271	6.000
Outras receitas	11.819	(1.097)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>72.734</b>	<b>67.541</b>

## 3.6. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE

Compra	2006		2005	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
CCEE (*)	3.939.995	98.524	3.163.880	50.806
Ajustes	(272)	(5)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.939.723</b>	<b>98.519</b>	<b>3.163.880</b>	<b>50.806</b>
Contratos Bilaterais	3.313	285	76.480	1.640
<b>TOTAL</b>	<b>3.943.036</b>	<b>98.804</b>	<b>3.240.360</b>	<b>52.446</b>

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(\*) CELPE – estimada referente ao período de 1 de novembro de 2005 a 31 de dezembro de 2005.

TERMOVERNAMBUCO – estimada referente aos meses de novembro de 2005 nos meses de agosto e setembro de 2006 e 2005.

Venda	2006		2005	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
CCEE (*)	717.635	52.349	912.125	18.262
Ajustes	41	(329)	155	3
<b>Subtotal</b>	<b>717.676</b>	<b>52.020</b>	<b>912.280</b>	<b>18.265</b>
Contratos Bilaterais	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>717.676</b>	<b>52.020</b>	<b>912.280</b>	<b>18.265</b>

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(\*) CELPE – estimada referente ao período de 1 de novembro de 2005 a 31 de dezembro de 2005.

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, foram referendados pelas controladas.

### 37. RESULTADO OPERACIONAL

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2006			2005	
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
<b>Receita Operacional Líquida</b>	-	-	-	<b>5.656.251</b>	<b>5.083.189</b>
<b>Custos/Despesas Operacionais</b>					
Pessoal	(118.469)	(91.259)	(125.090)	(334.817)	(302.995)
Administradores	-	-	(10.199)	(10.199)	(5.821)
Entidade de previdência privada	(4.882)	(2.858)	(6.375)	(14.115)	(15.906)
Material	(43.588)	(2.191)	(2.771)	(48.550)	(49.300)
Combustível para produção de energia	(46.507)	-	-	(46.507)	(120.404)
Serviços de terceiros	(208.448)	(110.555)	(100.465)	(419.469)	(345.642)
Conta para Consumo de Combustível – CCC	(326.095)	-	-	(326.095)	(252.450)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE	(14.711)	-	-	(14.711)	(14.997)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(19.786)	-	-	(19.786)	(14.407)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(9.658)	-	-	(9.658)	(7.353)
Pesquisa e Desenvolvimento – PGD	(20.755)	-	-	(20.755)	(14.012)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(15.317)	-	-	(15.317)	(29.327)
Compensação Financeira Recursos Hídricos – CFRH	(4.449)	-	-	(4.449)	(4.937)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.567.227)	-	-	(1.567.227)	(1.081.852)
Encargos de uso do sistema transmissão	(374.815)	-	-	(374.815)	(402.040)
Depreciação e amortização	(332.839)	(10.289)	(43.802)	(386.931)	(367.888)
Arrendamentos e aluguéis	(7.400)	(1.187)	(7.231)	(15.818)	(23.140)
Tributos	(756)	(1.447)	(26.863)	(29.067)	(28.256)
Provisões Líquidas – PCLD	-	(24.526)	-	(24.526)	(64.686)
Provisões Líquidas – Contingências	-	(66.261)	(9.606)	(75.867)	(4.313)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(44.755)	-	-	(44.755)	(38.357)
Outros	(484)	2.682	(42.045)	(39.846)	(61.526)
<b>Total custos/despesas operacionais</b>	<b>(3.160.941)</b>	<b>(307.891)</b>	<b>(374.448)</b>	<b>(3.843.280)</b>	<b>(3.249.608)</b>
<b>Resultado do Serviço</b>				<b>1.812.971</b>	<b>1.833.581</b>
Resultado Financeiro				(290.918)	(479.770)
Juros sobre capital próprio				(248.784)	(227.405)
Resultado Equivalência Patrimonial				(106.213)	(95.176)
Outras Receitas Operacionais				-	14.517
<b>Resultado Operacional</b>				<b>1.167.055</b>	<b>1.045.747</b>

Pessoal	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Remunerações	-	-	179.897	165.959
Encargos sociais	-	416	85.838	73.340
Auxílio alimentação	6	4	14.697	12.538
Convênio assistencial e outros benefícios	-	4	17.641	13.696
Incentivo à aposentadoria e PDV	-	-	10.004	4.370
Provisão para férias e 13º salário	-	-	43.026	40.453
Plano de saúde	-	45	8.248	15.328
Contencioso trabalhista	-	-	18.052	17.408
Participação nos resultados	-	-	44.313	34.618
Encerramento de ordem em curso	-	-	3.704	3.871
(-) Transferências para ordens	-	-	(90.603)	(78.586)
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>469</b>	<b>334.817</b>	<b>302.995</b>



Energia Elétrica Comprada para Revenda	CONSOLIDADO			
	2006		2005	
	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)
CHESF	463.909	6.553.680	707.187	11.951.293
CEEE	27.879	490.124	17.768	309.005
CESP	187.964	2.269.091	63.368	1.035.831
COPEL	102.924	1.627.798	73.250	1.273.491
DUKE	24.138	331.507	16.108	270.525
ELETRONORTE	73.021	1.197.174	47.999	852.474
EMAE	9.991	142.348	6.596	109.596
ENERGEST	3.567	57.740	2.572	44.985
CEMIG GERAÇÃO	73.207	993.215	-	-
ELETROPAULO	-	-	1.670	29.111
ESCELSA	-	-	3.820	66.941
FURNAS	491.376	6.579.339	238.811	3.962.655
LIGHT	34.907	617.587	25.073	475.079
SAELPA	(1)	-	452	6.063
CEAL	50	-	1.490	11.706
CCEE	98.804	3.943.036	44.180	3.240.360
Parcela A	73.834	-	(155.951)	-
Créditos PIS/COFINS	(125.898)	-	(122.230)	-
PROINFA	22.669	98.391	-	-
Outras	4.886	82.172	109.689	311.032
<b>Total</b>	<b>1.567.227</b>	<b>24.983.202</b>	<b>1.081.852</b>	<b>23.950.147</b>

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Encargos de uso do sistema de transmissão	CONSOLIDADO	
	2006	2005
FURNAS	47.683	47.662
CTEEP	29.268	29.802
ELETRONORTE	19.831	22.090
CHESF	102.012	74.736
ELETROSUL	18.121	18.630
CEMIG	12.203	12.297
CEEE	8.107	8.859
ONS	2.465	-
NOVATRANS	6.922	-
TSN	6.392	-
COPEL	3.925	-
ENTE	1.059	-
NTE	415	-
EXPANSION	1.082	-
ATE	405	-
STN	488	-
EATE	5.633	-
ENERGIPE	3.170	-
CVA encargos	48.507	91.006
Crédito PIS/COFINS	(28.693)	(27.397)
Outros	85.820	124.355
<b>Total</b>	<b>374.815</b>	<b>402.040</b>

Depreciação e Amortização	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Quota de depreciação e amortização no exercício	206	152	390.104	370.062
(-) Depreciação e Amortização transferida para ordens em curso	-	-	(3.173)	(2.174)
<b>Depreciação e Amortização residual no resultado</b>	<b>206</b>	<b>152</b>	<b>386.931</b>	<b>367.888</b>

Outras Despesas Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	-
Seguros	14	35	7.733	9.450
Doações e contribuições	-	-	3.553	5.452
Recuperação de despesa	(31)	(360)	(38.919)	(27.065)
Transporte	-	-	131	-
Publicações e avisos de desligamentos	-	-	1.110	470
Órgãos de classe do Setor Elétrico	-	-	3.131	3.549
Despesas de viagem	39	52	7.256	7.409
Consumo próprio e energia elétrica	-	-	14.047	12.718
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE	-	-	101	2.957
Propaganda e publicidade	991	724	15.672	16.142
Processo cível	494	-	20.451	7.320
Processo fiscal	-	-	184	2.000
Alimentação	-	-	32	-
Multas ANEEL	-	-	1.658	4.065
Desembolso a compartilhada	-	-	-	3.166
Encerramento de ordem em curso	-	-	658	633
Outros	807	1.666	3.048	13.260
<b>Total</b>	<b>2.314</b>	<b>2.117</b>	<b>39.846</b>	<b>61.526</b>

### 38. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Ganho na desativação/alienação de bens e direitos	9.977	5.718
Perda na desativação/alienação de bens e direitos	(13.706)	(13.775)
Outras receitas (despesas) não operacionais	226	(20.093)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.503)</b>	<b>(28.150)</b>

### 39. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

As controladoras possuem um programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, baseado nos objetivos operacionais e financeiros previamente estabelecidos com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2006 foi de R\$ 45.600 (2005, R\$ 35.370).

#### 40. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Empresas	Ref	Natureza de Operação	2006 Controladora			2005 Controladora		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA		Outros	28	-	-	7	-	-
	(1)	AFAC	1.694	-	-	1.694	-	-
		Total Coelba	1.722	-	-	1.701	-	-
CELPE	(2)	Contrato de Mutuo	-	-	7.870	45.323	-	-
		Outros	178	-	-	165	-	-
		Total Celpe	178	-	7.870	45.488	-	-
COSERN		Outros	1	-	-	1	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Outros	3.574	1	-	3.574	1	-
TERMOAÇU S.A.	(3)	Contrato de Mutuo	59.470	-	2.135	55.480	-	1.869
	(1)	AFAC	14.777	-	-	13.540	-	-
		Outros	-	-	-	87	-	(1.221)
		Total Termoaçu	74.247	-	2.135	69.107	-	648
ITAPEBI	(4)	Contrato de Mutuo	-	-	-	-	34.729	(7.439)
IBERDROLA ENERGIA DO BRASIL		Outros	-	-	-	-	55	-
IBERDROLA ENERGIA S.A.		Outros	-	-	-	-	5.038	-
IBERDROLA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.		Outros	-	-	-	-	2.393	-

Empresas	Ref	Natureza de Operação	2006 Controladora			2005 Controladora		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
AMARA BRASIL	(5)	Reembolso de despesas	10	259	(521)	11	257	(499)
IBERDROLA ENERGIA DO BRASIL	(6)	Contrato de O&M	1	20	(16.281)	87	-	(15.542)
		Outros	-	-	-	-	55	-
		Total Iberdrola	1	20	(16.281)	87	55	(15.542)
IBERDROLA ENERGIA S.A.	(7)	Outros	-	2.745	(632)	-	13.560	(944)
IBERDROLA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.	(8)	Outros	-	69	-	-	2.462	-
IBERDROLA GENERACIÓN		Contrato de O&M	-	-	(15.258)	-	-	(17.573)
CELPOS	(9)	Contrato de Mútuo	-	149.650	(6.644)	-	147.095	(10.363)
		Outros	-	28.454	(5.820)	-	5.100	(6.034)
		Total Celpos	-	178.104	(12.464)	-	152.195	(16.397)
FAELBA		Constituição Patronal	-	-	(7.731)	4.284	-	(8.248)

- (1) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela NEOENERGIA.
- (2) Refere-se à operação de mútuo com a controlada CELPE, celebrada em 19 de dezembro de 2005, corrigido pela taxa de 102% do CDI, que foi totalmente amortizada em fevereiro de 2006.
- (3) Refere-se à operação de mútuo efetuada em 1º de dezembro de 2004, atualizado pelo IGP-M, ao adiantamento para futuro aumento de capital e à assunção das dívidas da TERMOAÇU com empresas do Grupo conforme Termo de Compromisso assinado entre os Sócios.
- (4) Refere-se à operação de mútuo efetuado em 23 de setembro de 2004, corrigido pela taxa de 102% CDI, que foi totalmente amortizada em março de 2006.
- (5) Contrato nº 44113998 com a COSERN, vigência de 16 de dezembro de 1998 até 15 de maio de 2005. O mesmo é corrigido pelo IGP-M a cada 12 meses.
- (6) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) da TERMOPERNAMBUCO, com vigência até 2016.
- (7) Refere-se a valores a pagar por prestação de serviços de consultoria e assistência técnica de implantação da Central Termoeletrica prestados à TERMOAÇU, conforme contrato nº 010350 de 18 de dezembro de 2000. Sobre o saldo devedor incide variação cambial. Sobre o saldo em atraso, vem sendo acrescidos juros de mora equivalentes ao índice IGPM e taxa de 12% ao ano, por cada dia de atraso.
- (8) Refere-se a valores a pagar por prestação de serviços à TERMOAÇU.
- (9) Refere-se a contratos de mútuos de Benefícios Concedidos (vigência – dezembro de 2007), de Benefícios a Conceder (vigência – dezembro de 2023) e de Indenizações de perdas com imóveis (vigência – dezembro de 2005), atualizados pelo INPC+ 6% a.a.

## 4.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas das controladas.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

### Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2006, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Numerário disponível, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários – o valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores registrados aos balanços patrimoniais da controladora e suas controladas.
- As contas e títulos a receber de setores públicos, federais, estaduais e municipais (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo nas controladas, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 462.826 (R\$ 426.839 em 2005), líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa no consolidado. Não foi possível estimar os valores de mercado dos créditos vencidos, face às negociações em andamento que impossibilita a previsão dos prazos de recebimento.
- Os ativos e passivos regulatórios das controladas estão registrados conforme critérios definidos pela ANEEL.
- Passivos de empréstimos e financiamentos – os valores de mercado foram calculados com base em taxas de mercado em vigor na data do balanço. Para os vinculados aos projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira, junto a instituições internacionais de desenvolvimento, assim como os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e aos consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.
- Derivativos – os valores justos são calculados com base em preço de mercado de contratos comparáveis.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2006 e 2005 são como segue:

	(ATIVOS) PASSIVOS – CONSOLIDADOS			
	2006		2005	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Numerário disponível	153.840	153.840	195.743	195.743
Aplicações financeiras	928.243	928.243	204.413	204.413
Títulos e valores mobiliários	70.605	70.605	44.630	44.630
Empréstimos e financiamentos	2.086.936	2.104.609	2.136.941	2.123.955
Debêntures	2.167.523	2.197.199	2.047.694	2.089.331
<b>Instrumentos derivativos</b>	<b>49.065</b>	<b>36.087</b>	<b>96.268</b>	<b>92.697</b>

### Contratos de derivativos

Os contratos derivativos consolidados vigentes em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 das controladas COELBA e CELPE são como segue:

Tipo Swap	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Número dos Contratos		CONSOLIDADO		Saldos Contábeis de Passivos em 31 de Dezembro	
			2006	2005	Valor Nacional Agregado 2006	2005	2006	2005
U.S./CDI	12/01/2001	22/03/2011	10	25	21.314	138.857	6.150	66.810
U.S./CDI	30/06/2005	29/06/2010	3	3	150.000	150.000	7.918	3.025
U.S./IGPM	30/07/2004	27/01/2014	15	17	19.795	24.459	34.997	26.433
			<b>28</b>	<b>45</b>	<b>191.109</b>	<b>313.316</b>	<b>49.065</b>	<b>96.268</b>

## Fatores de risco

### ■ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as controladas monitoram as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

### ■ Risco de Moeda estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. As controladas COELBA e CELPE, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas, a que estão sujeitos seus passivos em moeda estrangeira, não afetem seus resultados e fluxos de caixas, possuem em 31 de dezembro de 2006, operações de “swap” cambial, representando 100% e 103,14%, respectivamente, do endividamento em moeda estrangeira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006 as controladas COELBA e CELPE apuraram um resultado líquido nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 82.684 (em 2005 R\$ 163.713) e R\$ 4.358 (em 2005 R\$ 35.690), respectivamente.

### ■ Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge”/”swap” contra este risco. Porém, as mesmas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A controladas consideram que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas e a perspectiva de redução nas taxas de juros domésticas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justificam a sua opção por taxas flutuantes.

### ■ Risco de Vencimento antecipado

As controladas possuem contratos de empréstimos, financiamento e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiro em determinados níveis. O descumprimento dessas restrições podem implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nos 26 e 27).

### ■ Risco quanto à escassez de energia

A energia adquirida e vendida pelas Controladas é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatório das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

## 4 2 . C O M P R O M I S S O S

Os compromissos das controladas relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

	Vigência	2007	2008	2009	2010	2011	Após 2011
Contrato de compra de energia	2007 a 2040	2.298.636	2.614.626	3.006.680	3.306.435	3.486.544	42.507.499

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço contratado no final do período. Esses montantes incluem contratos principalmente com a TERMOPERNAMBUCO, CHESF, CESP, FURNAS, COPEL, ELETRONORTE e outros.



### 43. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

#### ■ COELBA

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o Plano de Benefícios Previdenciários a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. No plano previdenciário de Benefício Definido, eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora.

A contribuição da Patrocinadora COELBA para o plano de Benefício Definido corresponde a 8,89% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (soma dos salários reais de contribuição) dos quais 6,76% corresponde a contribuição normal e de risco e 2,13% a cobertura das despesas administrativas da FAELBA.

A partir de outubro de 1998, a FAELBA, passou a adotar novo plano de benefício previdenciário de contribuição definida, cuja adesão foi superior a 98% dos participantes ativos.

O plano contempla benefícios de risco com cobertura para invalidez e morte totalmente custeados pela patrocinadora, aos empregados ativos participantes do plano. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, pagamento único. Por suas características o plano previdenciário de contribuição definida não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Patrocinadora para o plano de Contribuição Definida corresponde a 7,52% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (soma dos salários reais de contribuição) dos quais 4,98% corresponde a contribuição normal (igual a dos participantes), 0,54% a contribuição dos benefícios de risco e 2,00% a cobertura das despesas administrativas da FAELBA.

#### ■ CELPE

A Companhia é patrocinadora da Fundação Celpe de Seguridade Social – CELPOS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão em conformidade com planos de benefícios previdenciários a que estiverem vinculados.

No exercício de 2005 foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS por meio da Portaria nº 285 de 29 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2005, o Regulamento que tem por finalidade instituir o Plano Misto I de Benefícios, doravante designado Plano CD, estabelecendo normas, pressupostos, condições e requisitos para a concessão dos benefícios previdenciários.

Em 29 de dezembro de 2005 foi aprovada a data de 31 de janeiro de 2006, para entrada em vigor do Plano CD, com prazo de 90 dias, a contar daquela data, para as adesões. Em cumprimento ao que determina a legislação vigente, o novo plano de benefícios foi oferecido aos participantes que ainda não se encontram em benefício e aos futuros. O processo de adesão por parte dos atuais participantes foi de forma voluntária, resultando na adesão de aproximadamente 22%.

Foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS através do Ofício nº 2716/2005/SPC/DETEC/CGAT, de 30 de dezembro de 2005, o Novo Regulamento do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD visando adequar-se às Leis Complementares nº 108 e 109 de 29 de maio de 2001. A sua vigência, nos termos do Art. nº 63 do citado Regulamento, ocorreu na mesma data de entrada em vigor do Plano CD, ou seja, 31 de janeiro de 2006, ficando a partir dessa data fechado a novas adesões.

Ao longo do exercício de 2006, considerando a população remanescente de participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido (Plano BD) após a conclusão da migração para o Plano CD, realizou-se um estudo de aderência de tábua de mortalidade geral e de mortalidade de inválidos, sendo adotadas as seguintes alterações: a tábua de mortalidade que era AT-29 passou a ser GAM-83 masculina e a tábua de mortalidade de inválidos foi alterada de IAPB55 para GAM-71 masculina.

Durante o exercício, findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 4.452 (em 31 de dezembro de 2005, R\$ 4.452).

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido, em 31 de dezembro de 2001 foi adotado o método do crédito unitário projetado, conforme definido pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM por meio

do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/ nº 01/2002. A Companhia optou por registrar o ajuste dos passivos referentes ao complemento do serviço passado do plano em bases prospectivas diretamente no resultado em até 5 anos. A Companhia conservadoramente apropriou 4 anos, no total de R\$ 112.112, e a parcela final, de R\$ 25.035, em setembro de 2006.

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não Circulante	
	2006	2005	2006	2005
<b>Contrato de reconhecimento de dívida</b>				
Benefícios concedidos	9.203	8.977	-	8.965
Benefícios a conceder	-	-	140.447	129.153
Indenização de perdas com imóveis	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>9.203</b>	<b>8.977</b>	<b>140.447</b>	<b>138.118</b>
<b>Contribuição da patrocinadora</b>				
Obrigação atuarial	-	-	25.035	-
Participação ativos	2.116	3.743	-	-
Desligados PDV	267	246	648	806
<b>Subtotal</b>	<b>2.383</b>	<b>3.989</b>	<b>25.683</b>	<b>806</b>
Empréstimos a empregados e consignações	388	305	-	-
<b>Total</b>	<b>11.974</b>	<b>13.271</b>	<b>166.130</b>	<b>138.924</b>

#### ■ COSERN

A Companhia é patrocinadora da FASERN – Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o Plano de Benefícios Previdenciários a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (das patrocinadoras e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. No plano previdenciário de Benefício Definido, eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da patrocinadora.

A partir de março de 1999, a FASERN passou a adotar novo plano de benefício previdenciário de Contribuição Definida, no qual encontram-se atualmente todos participantes ativos.

O plano contempla benefícios de risco com cobertura para invalidez e morte totalmente custeados pela patrocinadora, aos empregados ativos participantes do plano. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, pagamento único. Por suas características, o plano previdenciário de contribuição definida não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Patrocinadora COSERN para o plano de Contribuição Definida corresponde a 6,35% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 4,32% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,22% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas da FASERN.

A partir de janeiro de 2005, em virtude da utilização de parte do Superávit Técnico, registrado como Reserva para Ajuste do Plano, para eliminar as contribuições dos Assistidos e do Patrocinador, a COSERN foi dispensada do recolhimento dos valores pertinentes a Reserva a Constituir do Plano de Benefício Definido.

A partir de junho de 2005, com a aposentadoria do último participante ativo do Plano de Benefício Definido, a COSERN deixou de efetuar qualquer contribuição para este Plano.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício para as controladas foram as seguintes:

	2006			2005		
	FAELBA	FASERN	CELPOS	FAELBA	FASERN	CELPOS
Custo do Imobilizado em Curso	554	-	537	320	88	1.601
Despesas Operacionais	7.177	718	5.283	7.928	1.135	4.433
<b>Total</b>	<b>7.731</b>	<b>718</b>	<b>5.820</b>	<b>8.248</b>	<b>1.223</b>	<b>6.034</b>

#### Deliberação CVM nº 371 – Contabilização dos Planos de Pensão

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido foi adotado o método do crédito unitário projetado, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/nº 01/2002.

Os pareceres atuariais da FAELBA, CELPOS e FASERN, emitidos por atuários independentes, considerando a situação econômico-financeira da fundação, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>Plano de benefícios definido</b>						
Valor presente das obrigações atuariais com direitos já vencidos	191.153	191.340	(50.568)	(50.360)	449.145	404.123
Valor presente das obrigações atuariais com direitos a vencer	5.850	4.589	-	-	140.716	137.947
<b>Obrigação atuarial total com o plano</b>	<b>197.003</b>	<b>195.929</b>	<b>(50.568)</b>	<b>(50.360)</b>	<b>589.861</b>	<b>542.070</b>
Valor justo dos ativos do plano	(302.630)	(279.759)	75.690	69.567	(318.314)	(319.717)
<b>Valor presente das obrigações atuariais líquidas</b>	<b>(105.627)</b>	<b>(83.830)</b>	<b>25.122</b>	<b>19.207</b>	<b>271.547</b>	<b>222.353</b>
Passivo (ativo) líquido no balanço patrimonial	62.374	53.708	(17.553)	(9.040)	(177.716)	(151.868)
<b>Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço</b>	<b>(43.253)</b>	<b>(30.122)</b>	<b>7.569</b>	<b>10.167</b>	<b>93.831</b>	<b>70.485</b>
Passivo na adoção da Deliberação CVM nº 371 não reconhecido	-	-	-	-	-	(25.035)
<b>Perdas atuariais não reconhecidas</b>	<b>(43.253)</b>	<b>(30.122)</b>	<b>7.569</b>	<b>10.167</b>	<b>93.831</b>	<b>45.450</b>

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>Custo esperado do plano previdenciário de benefício definido</b>						
Custo do serviço corrente	76	163	-	-	5.106	5.267
Juros sobre as obrigações atuariais	19.338	19.252	4.952	4.936	70.756	64.465
Rendimento esperando sobre os ativos do plano	(30.154)	(27.835)	(7.525)	(6.903)	(37.719)	(37.942)
Custos de amortizações	(2.136)	(106)	-	(166)	3.825	-
Contribuição dos empregados	(79)	(78)	-	-	(2.834)	(3.598)
<b>Custo esperado estimado para o ano 2007/2008</b>	<b>(12.955)</b>	<b>(8.604)</b>	<b>(2.573)</b>	<b>(2.133)</b>	<b>39.134</b>	<b>28.192</b>

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
<b>Principais premissas atuariais</b>						
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,24%	10,24%	10,24%	10,24%	12,36%	12,36%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,24%	10,24%	10,24%	10,24%	12,36%	12,36%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	7,12%	7,12%	N/A	6,08%	7,35%	7,35%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	6,00%	6,00%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%	N/A	98,00%	97,00%	97,00%
Tábua geral de mortalidade	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	GAM-83	
					Masculina	AT-49
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	GAM-71	
					Masculina	IAPB-55
Tábua de entrada de invalidez	Light-Média	Light-Média	N/A	Light-Média	Light-Média	Light-Média

O superávit apresentado nos planos previdenciários de benefício definido da fundação FAELBA e FASERN minimizam o risco de eventual passivo atuarial futuro para as controladas. As controladas não reuniram condições estabelecidas na legislação para reconhecimento contábil e utilização desse superávit.

#### 4.4. EVENTOS SUBSEQÜENTES

##### Emissão de Debêntures

A controlada Itapebí protocolou na CVM, em 11 de dezembro de 2006, um pedido de registro da 2ª Emissão de Debêntures no âmbito do 1º Programa de Emissão Pública de Debêntures arquivado na CVM em 25 de setembro de 2006. A 2ª Emissão será de R\$ 175.000 com custo de IGPM + 9,5% a.a. e se destinará ao pré-pagamento da 1ª Emissão de Debêntures da Itapebí, cujo custo é de IGPM + 12,5% a.a.

## M E M B R O S D A A D M I N I S T R A Ç Ã O

### Conselho de Administração

Renato Sobral Pires Chaves

P R E S I D E N T E

Fernando Becker Zuazua

Luciana Freitas Rodrigues

Érico Cavalcanti Furtado

Francisco Cláudio Duda

Joaquim Augusto Nunes Pina Moura

Gonzalo Pérez Fernández

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Eduardo Capelastegui Saiz

Valmir Marques Camilo

S U P L E N T E S

Joilson Rodrigues Ferreira

Antônio Carlos Silva

Volnei Antonio Nichetti

Celso Caruso Carvalho

Alberto Monteiro Queiroz Neto

Monserrat Quinzán Garcia

Santiago Martinez Garrido

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Antônio Martínez Atienza

Luiz Eduardo Gabriel Carvalhosa

### Conselho Fiscal

Davidson de Magalhães Santos

P R E S I D E N T E

Luiz Gustavo Braz Lage

Francesco Gaudio

S U P L E N T E S

Antônio Rubem de Almeida B. Junior

Sérgio José da Cunha

### Diretoria Executiva

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

D I R E T O R - P R E S I D E N T E

Paulo Roberto Dutra

D I R E T O R D E P L A N E J A M E N T O E C O N T R O L E

Carlos Mulas Orosa

D I R E T O R D E G E R A Ç Ã O

Gonzalo Gómez Alcântara

D I R E T O R D E D I S T R I B U I Ç Ã O

Erik da Costa Breyer

D I R E T O R F I N A N C E I R O

E D E R E L A Ç Õ E S C O M I N V E S T I D O R E S

Roseli Schilagi

D I R E T O R A D E G E S T Ã O D E P E S S O A S

Solange Maria Pinto Ribeiro

D I R E T O R A D E R E G U L A Ç Ã O

### Contadora

Cláudia Almeida Santos Franqueira

C R C M G - 0 6 8 3 6 9 / 0 - 0 T - R J



## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da NEOENERGIA S.A., tendo examinado, em reunião desta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2006, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, a Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Balanço Social bem como Proposta de Destinação de Lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo Contador da Companhia e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

**Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2007**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, de Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, Demonstrações do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Balanços Sociais.

Com fundamento nas análises realizadas e no Parecer dos Auditores Independentes, opina este Conselho no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

**Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2007**

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

### Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da NEOENERGIA S.A.

#### Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da NEOENERGIA S.A. (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 da investida Termoçu, cujo investimento representa 3,7% (2005, 3,9%) do patrimônio líquido da Companhia, foram examinadas por outro auditor independente e a nossa opinião, no que se refere ao valor do investimento correspondente àquela investida, está somente baseado no parecer daquele auditor.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e no parecer de outro auditor independente, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEOENERGIA S.A. (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, a controlada Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, em 9 de maio de 2005, a ANEEL fixou, com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 112, em caráter provisório e com efeito retroativo a 29 de abril de 2005 o reposicionamento tarifário da CELPE resultando em 21,50%, sendo 12,50% aplicados no primeiro ano de vigência da revisão tarifária sobre as tarifas de fornecimento de energia, e a diferença de 9 (nove) pontos percentuais diferida nos próximos três anos por ocasião dos reajustes tarifários. Adicionalmente, a ANEEL concedeu 11,93% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. Dessa forma, o aumento da tarifa homologado pela ANEEL aplicado para o período de 29 de abril de 2005 a 28 de abril de 2006 monta em 24,43%. Em 27 de maio de 2005, foi expedido o mandado de citação e intimação nº 737-2/2005, em caráter de liminar, que suspende os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL no 112, de 9 de maio de 2005, e determina que a ANEEL fixe, provisoriamente, novos percentuais para as tarifas de energia. Em atendimento ao mandado supracitado, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 116, de 8 de junho de 2005, que altera os resultados da primeira revisão tarifária periódica, estabelecidos pela Resolução Homologatória ANEEL nº 112, de 9 de maio de 2005. O novo percentual definido pela ANEEL foi de 7,40% e foi aplicado na mesma proporcionalidade de distribuição contida na Resolução Homologatória ANEEL nº 112, de 9 de maio de 2005. A CELPE vinha reconhecendo desde setembro de 2004 no ativo realizável a longo prazo os custos de energia considerados no reajuste homologado originalmente pela ANEEL, os quais foram impossibilitados temporariamente de serem cobrados por meio da referida medida liminar. A CELPE juntamente com o órgão regulador - ANEEL entraram com pedido de suspensão da liminar por entenderem que o ativo registrado é um direito garantido. Em 13 de setembro de 2005, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, suspendeu os efeitos da liminar, restabelecendo a vigência do reajuste médio de 24,43%, a ser cobrado a partir desta data. Em 19 de setembro de 2005, a Seção Judiciária da Justiça Federal de Pernambuco determinou através de decisão interlocutória, que a CELPE não efetuasse a cobrança retroativa a 29 de abril de 2005 referente a diferença de percentual entre o reajuste de 24,43% e 7,4%. Em 28 de abril de 2006, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 326 homologou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da CELPE fixando o reposicionamento tarifário em 23,57%, como

esta decisão o diferencial de 9% concedido temporariamente pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 112 foi majorado para 11,07%. Em 30 de setembro de 2006, a CELPE procedeu ao recálculo dos custos de energia considerando o reajuste definitivo homologado pela ANEEL em 28 de abril de 2006, tendo sido reconhecido desde setembro de 2004 até a presente data, atualizado e amortizado, montam em R\$ 211.883 mil (R\$ 139.843 mil, líquidos de impostos), dos quais R\$ 100.936 mil (R\$ 66.618 mil, líquidos de impostos), referente ao período de 29 de abril a 13 de setembro de 2005, que estão impossibilitados de serem cobrados por meio da referida decisão interlocutória. A CELPE entrou com o pedido de suspensão da decisão interlocutória por entender que o ativo registrado é um direito garantido. Em 5 de abril de 2006, a Justiça Federal de Primeira Instância de Pernambuco sentenciou favoravelmente ao processo mantendo os efeitos da liminar que suspendeu a Resolução Homologatória ANEEL nº 112. A CELPE entrou com embargos declaratórios na Justiça Federal e a decisão foi desfavorável. A mesma recorreu da sentença e aguarda decisão. A realização desse ativo está condicionada ao julgamento do mérito favorável à CELPE sobre o reajuste retroativo ao período compreendido entre 29 de abril a 13 de setembro de 2005.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 35 às demonstrações contábeis, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 03 de 18 de abril de 2005, fixou em 19,58% o índice médio de reajuste tarifário da controlada Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, para o ano de 2005, sendo 15,02% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residenciais e outros) e entre 27,41% e 22,09% para os consumidores de alta tensão (industriais e comerciais de médio e grande portes), vigente a partir de 22 de abril de 2005. Em 2 de junho de 2005, foi concedida antecipação de tutela, tendo a COSERN sido intimada através do mandado de intimação nº 002.000672-2/2005, para que suspendesse os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 103 de 18 de abril de 2005, e aplicasse o reajuste anual de 11,1321% relativos à variação do IGP-M no período de abril de 2004 a março de 2005, aplicado de forma linear pela COSERN a partir de 6 de junho de 2005. Em 13 de junho de 2005, foi emitido um novo Mandado de Intimação de nº 0002.000696.8/2005, determinando que o índice de reajuste anual de 11,1321% fosse aplicado de forma proporcional o qual foi atendido pela COSERN. Em 14 de setembro de 2005, a COSERN voltou a praticar as tarifas homologadas pela ANEEL, devido à suspensão da antecipação de tutela pelo STJ, ficando, no entanto, impedida de cobrar os valores retroativos, no período de 6 de junho a 13 de setembro de 2005, em função da nova decisão da Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Em 30 de junho de 2006 a Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, julgou improcedente a ação civil pública movida pelo Ministério Público e revogou a liminar que suspendeu os efeitos da Resolução Homologatória nº 103, da ANEEL e impedia a cobrança retroativa para o período citado anteriormente. Em 30 de setembro de 2006, a COSERN procedeu o faturamento aos consumidores no valor de R\$ 10.279 mil (R\$ 6.784 mil, líquido de impostos), dos quais R\$ 6.612 mil (R\$ 4.364 mil líquido de impostos) já tinham sido registrados anteriormente, correspondente à diferença do reajuste de 19,58%, homologado pela ANEEL, aplicável ao fornecimento de energia.

6. Os assuntos regulatórios que impactam as demonstrações contábeis estão descritos nas notas explicativas nº 8 (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE), nº 11 (Ativos e Passivos Regulatórios).

7. Adicionalmente, examinamos as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) e balanços sociais (controladora) da NEOENERGIA S.A., correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 aplicando os mesmos procedimentos descritos no parágrafo 2. Essas demonstrações, não são requeridas como parte das demonstrações contábeis básicas e foram elaboradas para permitir análises adicionais. Em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis básicas tomadas em conjunto.

**Salvador, 19 de janeiro de 2007**

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**

CRC - Nº 2SP 011.609/0-8

**José Luiz Santos Vaz Sampaio**

SÓCIO

CRC - BA Nº 015.640/0-3-5 "RJ"

## COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

### Conselho de Administração

**Presidente:** Renato Sobral Pires Chaves

Luciana Freitas Rodrigues, Érico Cavalcanti Furtado, Francisco Cláudio Duda, Joaquim Augusto Nunes Pina Moura, Gonzalo Pérez Fernández, Lísicio Fábio de Brasil Camargo, Eduardo Capelastegui Saiz, Valmir Marques Camilo

**Suplentes:** Joilson Rodrigues Ferreira, Antônio Carlos Silva, Volnei Antonio Nichetti, Celso Caruso Carvalho, Alberto Monteiro Queiroz Neto, Montserrat Quinzán Garcia, Santiago Martinez Garrido, Mario José Ruiz-Tagle Larrain, Antônio Martínez Atienza, Luiz Eduardo Gabriel Carvalhosa

### CONSELHO FISCAL

**Presidente:** Davidson de Magalhães Santos

Luiz Gustavo Braz Lage, Francesco Gaudio

**Suplentes:** Antônio Rubem de Almeida B. Junior, Sérgio José da Cunha

### Diretoria Executiva

**Diretor-Presidente:** Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

**Diretor de Distribuição:** Gonzalo Gómez Alcántara

**Diretor de Geração:** Carlos Mulas Orosa

**Diretora de Gestão de Pessoas:** Roseli Schilagi

**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Erik da Costa Breyer

**Diretor de Planejamento e Controle:** Paulo Roberto Dutra

**Diretora de Regulação:** Solange Maria Pinto Ribeiro

## CRÉDITOS

Neoenergia S/A

EDIÇÃO

Diretoria de Planejamento e Controle

SUPERVISÃO

Assessoria de Relações com Imprensa

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Traço Design

PROJETO GRÁFICO

Banco de Imagens do Grupo Neoenergia

FOTOGRAFIAS